



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Tiago Magaldi Granato Silva

**Comerciários, sindicato e desigualdades sociais: contribuição para
uma sociologia do sentimento de justiça**

Rio de Janeiro

2017

Tiago Magaldi Granato Silva

**Comerciários, sindicato e desigualdades sociais: contribuição para uma sociologia
do sentimento de justiça**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Helena Bomeny

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

S586 Silva, Tiago Magaldi Granato.
Comerciários, sindicato e desigualdades sociais: contribuição
para uma sociologia do sentimento de justiça / Tiago Magaldi
Granato Silva. – 2011.
136 f.

Orientador: Helena Bomeny.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
Bibliografia.

1. Sindicatos – Teses. 2. Classes sociais - Teses. 3.
Igualdade - Teses. I. Bomeny, Helena, 1948-. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

CDU 331.88

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Tiago Magaldi Granato Silva

**Comerciários, sindicato e desigualdades sociais: contribuição
para uma sociologia do sentimento de justiça**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 20 de abril de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Helena Bomeny
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes
Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro
2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Sebastião e Sônia. Sem sua ajuda material e moral não teria sido possível chegar até aqui. Apoiaram-me desde o primeiro momento em que declarei o desejo de abandonar minhas atividades profissionais anteriores. Saibam que ajudaram a transformar um advogado frustrado em um sociólogo feliz (embora bem mais pobre!). Agradeço também à minha irmã, Juliana, por toda a ajuda que me deu nesses intensos dois anos, e por toda a companhia. Sou profundamente grato a vocês, mais do que seja possível dizer.

À minha companheira, Bia, pelo apoio material e moral, pelo amor, por tudo. Sem ela na minha vida essa dissertação não existiria. Abriu-me o campo que terminei por tomar por objeto, ajudando-me em tudo que profissionalmente poderia. Pessoalmente, foi e é companheira e compreensiva, e, “engelianamente”, assumiu a manutenção financeira (dentre outras!) do lar enquanto eu me dedicava a construir castelos de ar. Muito obrigado por tudo, meu amor!

Ao Ramon, irmão intelectual e pessoal que a Uerj me deu. Nossas discussões quase diárias sobre tudo e sobre nada, sobre o pensamento dos outros e o nosso, ajudaram muito a clarear as ideias que terminaram desenvolvidas aqui, desde a graduação. A responsabilidade sobre eventuais equívocos, portanto, **é dos dois**.

À minha orientadora, Helena Bomeny, por todo o apoio intelectual que me dispensou até aqui. Já se vão quase cinco anos de uma relação que me foi muitíssimo benéfica. Seu profissionalismo e gentileza, a capacidade de diálogo com os mais diferentes campos de pesquisa, o apoio nos maus momentos da vida intelectual e a genuína satisfação com o progresso de seus orientandos já me deixam com saudade. Infelizmente o desenvolvimento do meu pensamento me leva para longe de sua orientação, mas a profunda admiração continuará, sem dúvida.

À gestão “A hora da mudança” do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Desde o primeiro momento estiveram abertos à realização da pesquisa, me ajudando em tudo que precisei. Agradeço particularmente à técnica do DIEESE destacada para atuar no SEC-RJ, Carolina Gagliano. Sem as verdadeiras aulas que me deu – com toda a sua característica boa vontade – sobre as bases brasileiras de dados do trabalho tampouco seria esta dissertação possível. Agradeço também ao setor de comunicação do SEC-RJ, e particularmente a seu coordenador, Luis Henrique

Nascimento, e sua assistente Karina dos Santos, pela ajuda com o trabalho historiográfico, infelizmente não concluído para esta dissertação.

Às minhas colegas de PPCIS, Amanda e Izabelle, que encararam comigo de peito aberto a pedreira de tentar desvendar a tal “nova classe média”. A Rafaely, Geisa e Camila, colegas com quem coordenava a Revista Intratextos, que tiveram o desprazer de ter de lidar com meus “talentos” de coordenação. Agradeço muito sua paciência! A Leandro, Marina e Carlos, colegas que levavam e levam a sério o trabalho intelectual. Mesmo não tendo nos tornado amigos próximos, respeito profundamente sua seriedade com a atividade de pesquisa, que testemunhei por diversas vezes em sala e fora dela. São colegas como esses que garantem o bom nível de debate intelectual dentro de um programa. Aprendi muito com eles, e espero ter contribuído também.

Agradeço aos meus amigos. Estou em dívida com praticamente todos pela ausência e, quando na presença, pelo ensimesmamento. Espero pagar minha dívida em breve. Ao André, meu xará Thiaguinho e Rafael, com quem faço o som que me mantém “equilibrado” em meio aos altos e baixos da vida acadêmica. Estendo esse agradecimento aos meus ex-companheiros de banda Fábio, Léo e Anderson. Toda a música que fizemos juntos me ajudou imensamente, como músico, pessoa e intelectual. Às minhas colegas do meu tempo de servidor da UFRJ, Altair, Cláudia e Rosa, com quem estou com uma dívida enorme pela ausência. Saibam que a vontade de revê-las catalisou todo o processo!

Agradeço também à Luanda e aos meus ex-camaradas de partido (que sejam felizes!), Thiago Morani e Willian Muniz. Se fosse procurar a “origem” do desejo intelectual pelo tema da justificação da desigualdade, sem dúvida encontraria minha militância estudantil como um marco fundamental, e estes amigos foram fundamentais na experiência.

Por fim, agradeço muito aos servidores do PPCIS, Wagner e Sônia, que sempre me auxiliaram durante o curso. Vocês fazem nossa vida muito mais fácil, muito obrigado!

RESUMO

SILVA, Tiago Magaldi Granato. **Comerciários, sindicato e desigualdades sociais: contribuição para uma sociologia do sentimento de justiça.** 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho procura compreender o impacto da participação sindical nas maneiras pelas quais os trabalhadores do comércio percebem desigualdades sociais, bem como nos critérios de justiça que utilizam para julgar sua remuneração. A partir do debate sobre as condições necessárias para a ação política de classe na teoria clássica chega-se à crítica da unidimensionalidade da tradição marxista. Reconhecida a importância de elementos ideais na mobilização e própria conformação das classes sociais, toma-se a dimensão do julgamento sobre as desigualdades sociais como central, focando particularmente nos critérios de justiça social. A pesquisa mostra que a composição dos critérios de justiça de sindicalistas tende a dar mais peso àquilo que se entende por “necessidades” dos indivíduos do que não sindicalistas, bem como a maior tolerância destes às desigualdades de renda. Mostra também que a percepção da violação desses critérios é mais forte dentre os sindicalistas, em função da própria atividade sindical. Por isso, parece haver maior sentimento de injustiça dentre os sindicalistas. Este resultado, no entanto, não anula a profunda semelhança ideológica encontrada no conjunto dos entrevistados – dentre sindicalistas e não sindicalizados –, cuja visão de mundo se assenta sobre a imagem do indivíduo capaz, base de uma meritocracia que se sobrepõe à percepção da dinâmica dos interesses. Procura-se, assim, contribuir para a compreensão de uma dimensão central da ação política de classe.

Palavras-chave: Comerciários. Sindicato. Percepção de desigualdades. Critérios de justiça.

ABSTRACT

SILVA, Tiago Magaldi Granato. **Commerce workers, union and social inequalities: contribution to a sociology of the feeling of justice** 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This work aims to understand the impact of union participation on the ways which commerce workers perceive social inequalities and also on the justice criteria they use to judge their own payment. It starts discussing the necessary conditions to class political action in classic sociologic theory, concluding with a critique of the unidimensionality of the classical Marxist tradition. Opened the path to acknowledgement of the importance of ideal elements on mobilization and even conformation of social classes, it takes the dimension of social inequalities judgement as key, focusing on the justice criteria used by individuals to judge their perceived reality. Our research shows that the justice criteria composition of syndical leaders tends to weigh more what is comprehended as “necessities” of individuals than plain workers, and shows also that plain workers have more tolerance on income inequalities. The perception of the violation of these criteria is stronger on the syndical leaders, and there seems to be a stronger injustice feeling on them. This empirical result, however, does not hide the strong ideological resemblance between the whole of the interviewees – syndical leaders or not syndicalized workers –, which world-view is strongly based on the image of the capable individual, basis of the idea of meritocracy, overshadowing the dynamics of interests. This research aims to contribute to the comprehension of a central dimension of class political action.

Keywords: Commerce workers. Union. Inequalities perception. Justice criteria.

LISTA DE SIGLAS

CAGED	–	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMPRE	–	Cadastro Central de Empresas
CNAE	–	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	–	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CTB	–	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
DIEESE	–	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPT	–	Ministério Público do Trabalho
PCdoB	–	Partido Comunista do Brasil
RAIS/MTE	–	Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego
SEC-RJ	–	Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro
SEC-SP	–	Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo
SM	–	Salário Mínimo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As dez “classes” de comércio com maior número de vínculos.....	58
Tabela 2 – Número de associados distribuídos por patronal.....	59
Tabela 3 – Distribuição dos trabalhadores da base do SEC-RJ por faixa etária.....	63
Tabela 4 – Distribuição das empresas de comércio por faixas do número de postos de trabalho.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação do comércio no PIB (2010-2014).....	55
Gráfico 2 – Evolução da participação no total de ocupações.....	56
Gráfico 3 – Evolução do emprego no comércio (em mil).....	57
Gráfico 4 – Evolução da distribuição por gênero na base do SEC-RJ.....	61
Gráfico 5 – Evolução da distribuição dos trabalhadores do comércio de gêneros alimentícios por gênero.....	61
Gráfico 6 – Evolução da distribuição dos trabalhadores do comércio de eletrodomésticos por gênero.....	62
Gráfico 7 – Evolução da distribuição dos trabalhadores do comércio de vestuário e acessórios por gênero.....	62
Gráfico 8 – Evolução das médias de idade para os diferentes ramos.....	63
Gráfico 9 – Distribuição dos comerciários por nível de escolaridade.....	64
Gráfico 10 – Distribuição dos comerciários por faixas de remuneração em 2015 (em SM).....	66
Gráfico 11 – Evolução anual da média salarial dos comerciários.....	66
Gráfico 12 – Distribuição das empresas de comércio de setores selecionados.....	69
Gráfico 13 – Distribuição do percentual de vínculos por faixas de tempo de emprego..	70
Gráfico 14 – Indicador de desigualdade tolerada.....	94

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	PARA UMA SOCIOLOGIA “CLASSISTA” DOS CRITÉRIOS DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA	24
1.1	Classes sociais e ação política na teoria sociológica clássica	24
1.2	Bourdieu e a “relativa autonomia” das categorias de interpretação do mundo	28
1.3	Percepção de desigualdades e critérios de justiça	31
1.3.1	<u>Percepção das desigualdades sob uma perspectiva culturalista</u>	31
1.3.2	<u>Mobilidade social e critérios de justiça: compreendendo a legitimação da ordem social</u>	34
1.4	Elementos para uma “sociologia da justiça” sindical	45
2	PERFIL SOCIAL DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO	49
2.1	Evolução recente da atividade econômica do comércio	53
2.2	Quem é o(a) trabalhador(a) empregado(a) do comércio da base do SEC-RJ?	56
2.2.1	<u>O emprego no comércio na base territorial do SEC-RJ</u>	56
2.2.2	<u>Os diferentes setores de atividade do comércio</u>	57
2.2.3	<u>Características dos trabalhadores</u>	60
2.2.4	<u>Características do emprego</u>	65
2.3	Conclusão	71
3	INDIVIDUALISMO, MÉRITO E TRABALHO	74
3.1	Sobre as entrevistas	74
3.1.1	<u>Objetivos</u>	74
3.1.2	<u>Critérios para seleção dos entrevistados</u>	77
3.2	Resultados das entrevistas	78
3.2.1	<u>Em busca de um sistema geral de pensamento: a importância do indivíduo</u>	79
3.2.1.1	Decompondo as “capacidades”.....	84
3.2.1.2	A importância subordinada das necessidades.....	88
3.2.1.3	O “sistema de pensamento” dos entrevistados.....	90
3.2.2	<u>As diferenças no pensamento sobre a justiça entre os trabalhadores: consequências da experiência sindical</u>	92
3.2.2.1	A importância da experiência político-partidária.....	96

3.2.3	<u>A percepção de desigualdade sociais e critérios de justiça nos diferentes ramos do comércio</u>	101
3.2.3.1	Trabalhadores de supermercado: o sacrifício.....	101
3.2.3.2	Trabalhadores de vestuário: o talento.....	104
3.2.3.3	Trabalhadores do setor de elétricos, eletrônicos e eletrodomésticos: o impacto ideológico da crise.....	107
3.3	Conclusões parciais	109
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas (sindicalistas).....	121
	APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas (não sindicalizados).....	125
	APÊNDICE C – Lista de sindicatos patronais com os quais o SEC-RJ está legalmente habilitado a negociar.....	129
	ANEXO A – Questões objetivas sobre ocupações.....	131
	ANEXO B – Modelos de sociedade.....	134

INTRODUÇÃO

Nossa proposta atual teve origem no debate acerca da chamada “nova classe média”, tema de nossa monografia de graduação. Quem eram esses indivíduos, sociologicamente falando? Em quais ocupações estavam inseridos? Quais eram os determinantes de suas condições de vida? Tinham interesses em comum? Organizavam-se para defendê-los? Se sim, como? Quais visões de mundo adotavam e quais rejeitavam? A que atribuíam sua ascensão social, se é que a sentiam? Desejávamos, então, compreender como a sociologia brasileira estava tratando a questão, visando principalmente seus impactos políticos. A ambição era enorme. Apesar do grande número de intervenções no debate público, o tema parecia ter pouco contribuído para avançar algum consenso dentre as diferentes perspectivas teóricas que adotam a categoria “classe social” como instrumental básico de análise – então pensávamos que isso seria possível. Ao contrário, a disputa pela primazia explicativa evidenciou as grandes diferenças entre os intelectuais que se apresentaram com maior visibilidade, e isso tanto entre economistas (como Marcelo Neri (2011), Márcio Pochmann (2012, 2014) e Waldir Quadros (2013)) quanto entre sociólogos e cientistas políticos (como André Salata e Celi Scalon (2012), Jessé Souza (2012a, 2012b), Bolívar Lamounier e Amaury Souza (2010), e André Singer (2012)).

Ao final do trabalho de monografia, a frustração foi proporcional à ambição. Dentre os autores que lemos então, o único que havia construído alguma explicação consistente sobre a dinâmica política das classes sociais sob o “lulismo” foi Singer (2012), mas ainda assim “saindo pela tangente”, isto é, reconhecendo a importância da crítica da “nova classe média”, mas se abstendo de propor uma nova interpretação. Limitou-se a resenhar as já existentes, praticamente as mesmas que citamos acima. Em suma, terminamos o trabalho de monografia em um impasse. O que fazer? Seguir a tradição da “estratificação social”, procurando métodos quantitativos de mensuração das ocupações que constituem a estrutura social brasileira, como faziam Salata e Scalon (2012)? Seguir a vertente “bourdieusiana radical” de Souza (2012a, 2012b), procurando nas famílias da “nova classe média” a socialização determinante para podermos falar em definir seu verdadeiro pertencimento de classe? Recorrer às análises eleitorais, como Singer (2012), utilizando o critério da renda para determinar as classes? Cada uma das opções indicava uma tomada de posição teórica e disciplinar bastante definitiva; cada autor parecia utilizar o fenômeno para confirmar sua própria metodologia de trabalho,

com pouco diálogo. Essas intervenções, no entanto, possuíam um ponto em comum: negavam validade sociológica à expressão “nova classe média”: ela apenas faria sentido em termos estritamente de renda – como, aliás, o próprio Neri já havia salientado.

Nessa época, tivemos a sorte de assistir a uma palestra de Wanderley Guilherme dos Santos, proferida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O cientista político propôs a contra intuitiva tese de que a ascensão social experimentada, que dava ensejo ao debate sobre uma “nova classe média” havia produzido uma “safra” de sujeitos conservadores quanto ao favorecimento da ascensão social daqueles que ainda não haviam se beneficiado do bom momento, pois estariam preocupados com a possível disputa pelos mesmos empregos e posições sociais alcançadas: os beneficiados desejariam “chutar a escada” pela qual subiram. Em tom de brincadeira, disse que a produção de indivíduos politicamente conservadores por um governo de esquerda era “uma das coisas mais lindas” da sociologia política. Interpretamos a brincadeira como um alerta para não nos esquecermos de estar sempre atentos às contradições que organizam a sociedade. Foi naquele momento que a proposta desta dissertação começou a tomar corpo: o que significaria esse “conservadorismo” produzido pela ascensão social vista durante o governo petista? Certamente, Santos não queria afirmar que essas pessoas eram explicitamente contra a ascensão de outras.

A leitura do artigo de Scalon e Oliveira (2012) sobre as percepções de jovens de classe média e baixa sobre desigualdade assentou definitivamente a direção de nossos esforços de pesquisa. Nele, os autores procuravam compreender particularmente como esses jovens explicavam a existência de vários tipos de desigualdade; delineavam as suas “teorias” sobre o assunto. Pensamos então que a dimensão da explicação e justificação de uma sociedade tão desigual como a brasileira oferecia um interessante recorte do que poderia ser considerado como “opinião política”. Tratava-se de uma dimensão difusa, ainda mais se comparada com as conclusões possíveis a partir de estudos eleitorais e de suas técnicas “objetivas” de pesquisa, mas ainda assim bastante concreta em sua relevância social. A leitura, em seguida, da coletânea organizada também por Scalon (2004) com artigos dedicados a analisar os resultados de um *survey* sobre percepção de desigualdades assentou definitivamente essa impressão. Estava decidida nossa “variável dependente”.

A “classe”, cuja opinião política gostaríamos de compreender, no entanto, continuava um problema. Nossa monografia de graduação havia servido bem a seus

propósitos panorâmicos, mas pouco havia contribuído para esclarecer sobre a melhor via de análise de classes. Seguindo as melhores intervenções que analisamos, havíamos já abandonado a “nova classe média” como expressão de qualquer relevância sociológica. Foi quando tivemos contato com o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ). Na mesma época, o sindicato terminava de passar por um conturbado processo eleitoral, que havia culminado com a derrota da situação. A nova gestão parecia bastante aberta ao diálogo. Já havíamos então lido as curtas obras, destinadas ao debate público sobre a “nova classe média”, de Pochmann (2012, 2014), nas quais havíamos constatado a criação, durante a década de 2000, de grande número de postos de trabalho no setor de comércio e serviços: cerca de 40% de todos os empregos de até 1,5 salários mínimos estavam nele (2012:32). Boa parte da ascensão social ocorrida durante os governos petistas havia ocorrido via emprego formal neste setor. Decidimos, então, tomar a categoria dos comerciários como parte de nosso objeto.

Esta decisão veio no mesmo momento em que encontrávamos na crítica bourdieusiana ao marxismo certa “libertação” da análise de classes calcada sobre apenas uma dimensão da vida social, a saber, a econômica. Pensar a mediação do sindicato como representante legítimo dos trabalhadores através de Bourdieu (1996, 2009) significava de-substancializar a própria noção de classe social: se os “princípios de visão e divisão” têm certa autonomia para criar ou destruir grupos, então a utilização do conceito de classe social não deve ser necessariamente atrelado a apenas uma dimensão, embora continue tendo sempre que levar em consideração os limites objetivados dos grupos – basicamente, capital econômico e cultural ao invés de lugar nas relações de produção. (Desenvolvemos extensamente este ponto no primeiro capítulo desta dissertação, e não é o caso de alonga-lo aqui). Desse ponto de vista, os trabalhadores do comércio nos pareceram, pelo menos a princípio, relativamente homogêneos em seus capitais, fazendo sentido testar o acúmulo que já vínhamos desenvolvendo sobre classes sociais e política sobre esse conjunto.

Chegamos, assim, ao tema dessa dissertação. Queremos compreender se e como a percepção de desigualdades e os critérios de justiça social variam conforme a influência da atividade sindical sobre os trabalhadores do comércio. Em que medida a participação sindical produz ou ativa visões de mundo que interpretam o caráter justo ou injusto da sociedade em que vivem? O foco na *percepção* faz recuar nossas pretensões iniciais de explicar a *ação*, mas, como procuraremos explicar no decorrer do trabalho, ainda é estreitamente ligada a ela. Secundariamente, nos propomos a compreender

também como o trabalho em diferentes ramos do comércio poderia influenciar essas dimensões.

O primeiro capítulo procura ressaltar a importância da percepção e da interpretação da realidade para a ação política de classe dentro de alguns autores da sociologia política clássica. Criticamos particularmente a unilateralidade da tradição marxista, ancorada que está na perspectiva da crítica à “exploração”. A partir dessa crítica, procuramos destacar a importância da “igualdade” como elemento inarredável da cultura política ocidental e, principalmente, como elemento ideal central nas avaliações práticas que os indivíduos fazem da legitimidade da ordem social sob a qual vivem. Essas avaliações levariam em consideração, dentre outras coisas, a percepção de desigualdades e os critérios de justiça social distributiva. Utilizando-nos de instrumental teórico principalmente elaborado por Cardoso (2004, 2010), propusemos então uma maneira de classificar os critérios de justiça. Mas, diferentemente do autor, que debate os resultados para essa dimensão comparando grupos construídos a partir de um critério de renda, propomos comparar grupos de indivíduos influenciados ou não pela atividade sindical, justamente por ser um ponto na estrutura social que possui o poder de produzir (ou fazer sumir, conforme a direção ideológica que tenha a sua gestão) a própria oposição entre o grupo dos trabalhadores e o dos empregadores.

O segundo capítulo procura dar “corpo” ao grupo cuja percepção desejávamos pesquisar, os trabalhadores do comércio. Embora pensem ser correto abandonar a unidimensionalidade que enxergamos no marxismo clássico, não nos ocorreria abandonar o reconhecimento da influência de “condições objetivas” na percepção dos indivíduos. Este é o capítulo que procura dar forma à classe da qual os comerciários fazem parte, recortando os trabalhadores do comércio da base do SEC-RJ. Por isso, procuramos observar, elaborando os dados disponíveis em algumas fontes, incluindo o próprio SEC-RJ, quem são esses trabalhadores em termos estatísticos. Primeiramente, construímos em grandes pinceladas o seu próprio lugar na estrutura econômica brasileira; em seguida, procuramos elaborar seu “perfil social”, bem como as características estatísticas de seu trabalho. Como pretendíamos mensurar o impacto da atividade sindical na percepção dos trabalhadores, e como o comércio possui muitos sub-ramos de atividades, a construção do perfil e das características de trabalho tomou como referência a composição da própria diretoria do sindicato quanto ao ramo de comércio no qual possuía vínculo. Assim, além do perfil da base do SEC-RJ,

construímos o perfil de três “tipos” de trabalhadores, que correspondiam aos três ramos do comércio mais presentes na diretoria do sindicato.

Por fim, o terceiro capítulo, que acreditamos ser o mais importante, no qual elaboramos argumentos para explicar os resultados das entrevistas realizadas. Nele procuramos, em primeiro lugar, reconstruir a visão de mundo que parece informar a grande maioria dos entrevistados, destacando as maneiras particulares de reconhecer o mérito da ação individual no trabalho. Em seguida, tratamos das diferenças encontradas dentre a visão de sindicalistas e não sindicalizados, mesmo ambas estando, pelo menos na maioria dos entrevistados, inseridas na visão de mundo individualista elaborada na seção anterior. Por fim, procuramos analisar as diferenças encontradas dentre os trabalhadores de diferentes ramos do comércio, seguindo a divisão feita no segundo capítulo.

Para tanto, utilizamos exclusivamente o material empírico que produzimos. A escolha foi por realizar entrevistas semi-estruturadas. Como já dissemos, a principal referência empírica dessa dissertação foi o conjunto de análises sobre um *survey*. O caráter difuso do tema, no entanto, nos pareceu exigir metodologia mais “aberta”, que permitisse a observação das construções ideais que orientavam racionalmente o discurso dos sujeitos entrevistados, em detrimento da objetividade dos dados produzidos. A escolha terminou por reduzir a possibilidade de afirmações fortes sobre percepção de desigualdades, por serem mais dependente de objetividades; por outro lado, permitiu uma visão mais profunda sobre como os entrevistados construía sua visão de justiça.

Infelizmente, o caminho foi bem mais tortuoso do que essa sumária descrição, e isto se reflete no resultado final. A princípio não pensávamos abordar a questão do trabalho específico no comércio, focando exclusivamente na percepção de desigualdades na dinâmica da relação entre sindicato e base. Pensávamos nossa pesquisa como uma sociologia “dos valores”, e não “do trabalho”. Foi um grave equívoco. Logo ficou claro que não abordar a dinâmica das relações de trabalho como uma dimensão crucial na determinação dos “valores” que presidiriam a percepção de desigualdades e a formulação de critérios de justiça empobreceria irremediavelmente os resultados da pesquisa. Assim, embora tenhamos tentado, “*on the job*”, superar essa lacuna, lendo e inserindo as contribuições conforme o trabalho empírico avançava, esse equívoco terminou por nos prejudicar tanto na ausência de um trabalho bibliográfico sistemático que permitisse abordar com mais critério as diferentes dimensões envolvidas na atividade social do trabalho, como nos privou de muitas intuições

interessantes que provavelmente teríamos tido a partir de nosso trabalho de campo, que, por isso, foi relativamente extenso para uma pesquisa realizada durante um mestrado, mas pouco frutífero.

Obviamente, – porque aqui estamos – não acreditamos que a pesquisa tenha sido fatalmente vitimada por esse problema. Ela, apenas, parece tomar “ares etéreos”, como se a percepção de desigualdades e a produção de critérios de justiça se dessem menos influenciados pela realidade prática vivida pelos indivíduos em seu trabalho do que parece efetivamente ocorrer. Há uma grande lacuna entre a estatística que apresentamos e as construções ideais coletadas nas entrevistas. Procuramos remediar esse problema aumentando a profundidade analítica do material empírico que dispomos, esforçando-nos o máximo para delinear tendências mais gerais. Mas nada substituiria a desenvoltura e eloquência produzidas pela convivência prolongada com pesquisas anteriores... Por outro lado, gostamos de pensar que não apenas por deslize epistemológico se deram esses equívocos. Contribuiu bastante também a escassa bibliografia sobre a categoria. Encontramos pouquíssimo material dedicado exclusivamente à sociologia do trabalho comerciário, o que nos deixou ainda mais “órfãos” de abordagens sociológicas consolidadas pela tradição. Isso não nos exima do erro, sem dúvida. No entanto, se estivéssemos pesquisando sobre metalúrgicos, por exemplo, acreditamos que os problemas teriam se tornado aparentes mais rapidamente, permitindo uma correção de rota mais rápida.

Resta ainda um mea culpa a fazer. A estrutura dessa dissertação contava originalmente com um capítulo dedicado à história do SEC-RJ. Pretendíamos pelo menos esboçar-lo desde o período de intervenção da ditadura militar no sindicato, em 1966, que impôs sobre a categoria a presidência de Luisant Mata-Roma. Para além da importância historiográfica dessa tarefa – até onde pudemos encontrar, ainda não realizada pela academia, e apenas esboçada pelo próprio sindicato – esse capítulo cumpriria importante função em nosso argumento: ela contrastaria o discurso oficial do SEC-RJ atual com aquele realizado pela família Mata-Roma durante seu meio século de gestão. Estabelecer esse contraste significaria, em nosso “modelo”, a demonstração da afirmação de que atualmente o SEC-RJ se apresenta como um representante dos trabalhadores em oposição aos patrões, isto é, que o sindicato produz um discurso que opõe patrões e empregados como grupos rigidamente distintos. Consequentemente, a atual gestão teria por principal fonte de legitimação política o fortalecimento da organização dos trabalhadores via sindicato para fazer avançar os interesses específicos

da categoria *contra* os interesses dos patrões. Fundamentaríamos, assim, a caracterização do sindicato de trabalhadores como um “corpo privilegiado de produção subjetiva” que visava à construção de uma visão de mundo particular, explicitada em nosso primeiro capítulo.

Por conta de algumas decisões equivocadas na condução da pesquisa, que nos tomaram um tempo precioso, faltou-nos fôlego. Assim, com uma intenção muito mais modesta, procuraremos, ao final desta introdução, indicar alguns momentos de construção dessa imagem de oposição por parte da atual gestão do SEC-RJ. Nos limitaremos a expor as impressões que nossas observações de campo e algumas outras fontes permitem elaborar. Trata-se de procurar confirmar o SEC-RJ como um corpo de produção de interpretações do mundo social que atribui peso ao critério das necessidades como o mais legítimo a ser adotado no interesse dos trabalhadores, isto é, aquele que deve presidir as relações entre patrões e empregados.

Quase que por dever de ofício, não poderíamos fechar a seção com pesadas críticas. As reconhecemos como parte da permanente busca por maturidade intelectual, ainda mais no início da profissionalização como pesquisador. A despeito delas, no entanto, estamos convictos de ter encontrado achados bastante relevantes, que permitem esclarecer a legitimação profunda da sociedade desigual na qual vivemos. De fato, encontramos no seio de uma instituição representante de trabalhadores, por vezes bastante precarizados, critérios de justiça social que, sem dúvida, auxiliam a justificação da imensa desigualdade social brasileira. Como alguns analistas vêm destacando recentemente, é preciso que compreendamos o que determina o profundo individualismo que observamos em nossas cidades, e que compromete a possibilidade de uma visão normativa mais igualitária – e, portanto, a luta por uma sociedade menos excludente. Se, como argumentaremos, não devemos apostar todas as nossas fichas no “otimismo” marxista que garante que o incremento da precariedade – seja social, seja do trabalho – engendrará movimentos de contestação, é preciso que os sociólogos deem especial atenção aos processos de produção e reprodução da *justificação* das desigualdades sociais. A nosso ver, é a produção da sensação de contradição entre a justificativa e o real, através da construção de visões de mundo críticas, que proporcionará os elementos psico-sociais (ressentimento, indignação) necessários à superação do atual quadro.

Se pudermos falar em termos de “etapas” para descrever os diferentes momentos pelos quais passam uma instituição, diríamos que a etapa mais recente da história do SEC-RJ, que culmina em 2016, na primeira greve da categoria em décadas, começa com a morte de seu icônico presidente. A 12 de outubro de 2006 morria Luisant Mata-Roma, aos 76 anos, vítima de infecção generalizada (O Globo, 12/10/2006). Por quarenta anos esteve à frente da instituição, desde quando foi “eleito” por representantes da recém-instaurada ditadura militar, no ano de 1966, até sua morte. Por uma espécie de sorte macabra, não precisou acompanhar o processo que levaria ao fim da era Mata-Roma, processo esse que terminou com a eleição de uma nova diretoria para a entidade, formada efetivamente por trabalhadores do comércio, em uma chapa organizada pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), central sindical ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em 23 de setembro de 2014, o Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou a ação civil pública nº 0011308-36.2014.5.01.0019, que foi distribuída por sorteio à 19ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Na ação, o MPT apontava como réus o então presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, Otton da Costa Mata Roma, filho de Luisant Mata Roma, e mais três dirigentes: o vice-presidente da entidade, o Secretário Geral e o Tesoureiro, então re-eleitos para dirigir a entidade no quinquênio de 2014 a 2019. O inquérito que ensejou a ação civil pública foi instaurado a partir de denúncias formuladas por funcionários do Sindicato, que relatavam atraso no pagamento de salários e o envolvimento de membros da diretoria em um esquema de dilapidação do patrimônio social do sindicato e enriquecimento ilícito através de desvio do dinheiro arrecadado com as contribuições sindicais. A direção do sindicato contratava parentes com altos salários. A irmã de Otton e filha de Luisant, por exemplo, contratada para ser diretora da escola do sindicato, recebia mais de R\$ 20.000,00 por mês. Seus parentes estavam empregados por toda a estrutura da entidade, que contava com quase 300 funcionários ao tempo da intervenção.

Embora Otton Mata Roma tenha mantido vínculo de emprego na entidade sindical enquanto esta era presidida por seu pai, também manteve vínculos de emprego no comércio. Segundo o MPT, no registro na carteira de trabalho de Otton constavam como empregadores empresas que pertenciam a pessoas de uma mesma família. Além disso, o MPT constatou que uma série de integrantes da chapa de Otton Mata Roma eram empregados do Sindicato, com vínculos fictícios com o comércio. Em 1998, Otton havia se tornado empresário, constituindo uma empresa de táxi aéreo; no mesmo ano,

criou uma empresa do ramo do comércio varejista de carnes. Em 2006, abriu mais uma empresa de taxi aéreo.

Em suma, além das graves e concretas acusações de malversação do patrimônio da entidade, os dirigentes do Sindicato sequer possuíam os requisitos legais mínimos para estarem à frente da entidade. Diante disso, o MPT fez um pedido para que a Justiça do Trabalho determinasse o imediato afastamento dos diretores. Assim, em 15 de outubro de 2014, a 19ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro determinou a intervenção na entidade sindical, impedindo a posse dos dirigentes eleitos. Determinou a nomeação de um interventor judicial para auditar a entidade, a busca e apreensão de toda documentação relativa às prestações de contas, o afastamento dos familiares empregados, impediu o acesso dos dirigentes às dependências da entidade, determinou o bloqueio de ativos do sindicato e a indisponibilidade dos bens dos dirigentes.

Em 17 de junho de 2015 foram realizadas novas eleições para a diretoria do sindicato. Na madrugada do dia 17 de junho, dia marcado para a eleição, por volta das 2 horas da manhã, o prédio do Sindicato foi invadido de madrugada e teve oito andares depredados por cerca de duzentos invasores. O quebra-quebra teve fim quando os arruaceiros entraram em embate com a segurança local (O Dia, 18/06/2015). Das 5 chapas registradas, a chapa 1, “A Hora da Mudança”, liderada por Márcio Ayer Correia Andrade, pregava a filiação do sindicato à CTB. Apesar da invasão à sede do sindicato, as urnas e cédulas foram encontradas intactas. Assim, a eleição ocorreu sem maiores problemas. Ao final do dia 17, a comissão eleitoral se reuniu com representantes das chapas fiscalizando a apuração dos mais de mil votos colhidos. No dia 18 de junho, sagrou-se vencedora a chapa 1. A posse ocorreu em 26 de junho de 2015. Terminava, definitivamente, a era Mata Roma no SEC-RJ.

Começamos a frequentar a instituição em setembro de 2015, conversando informalmente com dirigentes e acompanhando atividades de mobilização. Ao ter contato com os “arquivos” históricos do sindicato – constituído por dois armários cheios de toda a sorte de documentos, quase completamente desorganizado –, percebemos que não faltavam palavras de elogio à “revolução” de 1964 em vários memorandos e jornais do sindicato ou entidades afins. Em um livro de fotos organizado pelo sindicato em 1972, por exemplo, por ocasião do 64º aniversário de fundação do SEC-RJ, podemos ler que “veio a Revolução de 31 de Março de 1964, e então novas luzes se abriram em todas as direções, dentre elas a renovação dos dirigentes sindicais”. A partir de então

passaria a haver “uma nova dinâmica no sindicalismo nacional, com o sindicato deixando a fase acadêmica para ser um prestador de serviços aos associados”.

O discurso dos novos dirigentes parecia ser bastante diferente. O slogan da campanha salarial de 2016 – “Patrão só abre a mão na base da pressão” – indicava outra maneira de legitimar o sindicato perante seus representados. Em palestra para os agentes sindicalizadores, o diretor de comunicação da nova gestão afirmou que havia dois motes principais elaborados pelo setor de comunicação para a campanha. O primeiro era o de “Patrão ostentação”, que visava deixar explícito o modo de vida nababesco dos grandes proprietários do capital comercial, e que segue até hoje; o segundo era a valorização da coragem do trabalhador na defesa de seus direitos, procurando alavancar a agência do trabalhador de base. As mobilizações de rua da campanha que acompanhamos – quando um grande grupo de dirigentes e agentes sindicalizadores peregrinavam por supermercados, lojas de rua e shoppings, panfletando e conversando com os trabalhadores do comércio –, bem como os eventos realizados na própria sede do sindicato – assembleias, palestras e encontros – deixavam claro que a nova gestão procurava opor rigidamente trabalhadores e empregadores, negando em ato a concepção do “sindicato prestador de serviços” e ressaltando a importância dos interesses econômicos na dinâmica social. Não que tenham eliminado os serviços médicos, jurídicos e até de lazer oferecidos pela instituição antes de sua posse. Mas não os tratavam como centrais. Em suma, desejavam ser vistos como representantes dos trabalhadores *contra* os empregadores, e pareciam atuar conforme essa concepção.

Ainda em outro aspecto a nova gestão se diferenciava da anterior. Sua composição apresentava uma maioria de trabalhadores neófitos na atividade sindical. À exceção de dois entrevistados, nenhum deles havia tido qualquer participação política mais ostensiva, seja em instituições sindicais, seja em movimentos sociais menos institucionalizados. A nosso ver, isso permite uma situação única para observarmos o objeto que nos move: a influência do sindicato sobre a percepção de desigualdades e os critérios de justiça dos trabalhadores. Como os próprios sindicalistas são recém adentrados no universo sindical, registrar suas posições sobre o tema já indicaria possíveis respostas ao nosso problema de pesquisa.

Portanto, na pesquisa que apresentaremos abaixo esperávamos encontrar não apenas o discurso de legitimação de sua própria representação, mas um que apresentava uma forma específica de representação: a dos interesses de um grupo, os trabalhadores, *contra* os interesses de outro, os patrões. E assim esperávamos em função do discurso

legítimo construído pelos vencedores, e mesmo incorporado por eles, como pudemos observar em nossas incursões nas atividades do sindicato. Não se tratava de mera “tática” eleitoral. A primeira tarefa nesse sentido, enunciada por todos os sindicalistas que entrevistamos, era construir os comerciários enquanto categoria. Fazer valer um novo “princípio de divisão” dentre os seus representados.

Não pudemos prosseguir na pesquisa historiográfica sobre o SEC-RJ por falta de tempo hábil. Mas queríamos aqui deixar claro que estamos cientes de certa a-historicidade do argumento desta dissertação, na ausência de um capítulo específico para não apenas “contar a história” do sindicato, mas também, e em igual medida, suas relações com o contexto político brasileiro mais amplo. Se nos for possível continuar a pesquisa, no futuro esta lacuna será abordada com particular cuidado.

1 **PARA UMA SOCIOLOGIA “CLASSISTA” DOS CRITÉRIOS DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA**

Neste capítulo procuraremos construir um “modelo” de análise da ação política de classe. Para tanto, faremos uso de uma pequena parte do caudaloso debate dentro das ciências humanas sobre o conceito de “classe social”, abordando especificamente o tema da política. Estamos cientes da grande quantidade de autores importantes que não nos foi possível comentar. Por outro lado, pensamos que resenhar a totalidade da bibliografia sobre o tema talvez não fosse teoricamente produtivo; pelo menos não o seria para nós. Procuramos aqui tão somente utilizar autores que nos ajudassem a tornar mais claro e operacionalizável o objeto de nossa pesquisa, e cuja obra nos foi acessível. Reconhecemos de antemão as limitações bibliográficas daquilo que conseguimos construir.

1.1. **Classes sociais e ação política na teoria sociológica clássica**

A exegese dos escritos de Karl Marx e Max Weber sobre o tema da estratificação social nos permite afirmar que há mais complementaridade que diferença entre os autores. No que tange às consequências políticas da “sociedade de classes” (uma expressão de nítido sabor marxista, mas que é coerente com a obra weberiana) reside, a nosso ver, a principal discordância. Enquanto Marx toma o protagonismo revolucionário de uma determinada classe como irresistível, Weber afirmará uma distinção clara, uma relativa autonomia entre o econômico e o político. Ambos, no entanto, concordariam com a afirmação de que é necessário algum tipo de influência externa sobre as diferentes classes sociais, de modo a torna-las conscientes da estrutura social dentro da qual vivem, compreendendo assim a sua posição dentro da disputa existente na sociedade capitalista.

O conceito de classe social utilizado por Marx e Engels possui uma dupla exigência: 1) a existência de um grupo de indivíduos enquanto classe econômica, a “classe-em-si”; e a organização política dessa classe em função de seus próprios interesses, a classe “para si”. Afirmar que uma classe existe “em si” significa dizer que um grupo de pessoas possui interesses econômicos comuns determinados pela divisão social do trabalho, que os diferencia “objetivamente” de outros grupos, e que sua posição na produção econômica determina suas condições materiais de vida. Já afirmar

que uma classe existe “para si” significa dizer que os membros de determinada classe social estão conscientes de sua existência enquanto classe, isto é, sabem de seu destino econômico comum, e passam a agir enquanto classe; organizam-se para a defesa de seus interesses. É por conta deste duplo requisito que se torna possível que um grupo social, ao mesmo tempo, seja e não seja uma classe: o primeiro requisito é da ordem da produção econômica; o segundo, do político (Marx, 1978:116). Mas, embora seja possível identificar essa separação analítica do momento de constituição das classes sociais, em diversos trechos os autores tratam a ação política proletária por excelência – a revolução – como inevitável, como inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Tal afirmação parece dispensar a necessidade de constituição do proletariado em classe politicamente organizada e mobilizada: o “desenvolvimento histórico” levaria necessariamente a ela. É o sentido da famosa passagem: “A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (Marx e Engels, 2010:51):

Assim, a dificuldade na descrição de um sistema da sociologia política formulada por Marx e Engels ocorre porque sua obra é permeada pela tensão entre duas proposições: (a) o proletariado deve se constituir enquanto “classe para si” para agir em favor de seus interesses que, em última instância, levariam à revolução social; e (b) a revolução proletária é inevitável. Mas se o proletariado não for conscientemente constituído enquanto classe, que ocorrerá à “inevitável” revolução? A revolução ocorrerá naturalmente ou será necessária alguma ação subjetivamente criadora da “classe operária”? Ou ainda: trata-se de uma ação de “parto” (fazer emergir o que já se encontra potencialmente pronto - metáfora bastante utilizada por marxistas), ou de efetiva criação? É esta a tensão nunca resolvida pelos autores, provavelmente porque escreviam não apenas para os pares de atividade intelectual, mas especialmente para os membros da própria classe que desejavam construir.

Quando se faz necessário explicar os motivos de eventual fracasso do proletariado, a saída dos autores é afirmar o baixo “grau de educação” das massas, isto é, do quanto as massas estão pouco conscientes da sua condição de classe, dos seus interesses e do seu papel histórico. Isto parece ocorrer porque, ainda que Marx faça a distinção entre “classe em si” – determinada pela divisão social do trabalho – e “classe para si” – determinada pela organização política em defesa dos próprios interesses –, sua teoria da inevitabilidade da revolução proletária o obriga a “automatizar” a passagem de uma para outra no que tange ao proletariado. O desenvolvimento do

capital, e particularmente a concentração da propriedade privada, levaria necessariamente a conflitos de classe cada vez maiores e cada vez mais radicais. Isso significa afirmar que a classe protagonista da próxima revolução tornar-se-ia cada vez mais organizada e consciente dos seus interesses e de seu papel histórico. E apesar de em vários momentos Marx ressaltar a importância da ação de elementos não proletários na elevação do “grau de consciência” destes, é possível apontar aqui certo determinismo mal resolvido.

Trata-se aqui da conhecida problemática da constituição da “consciência de classe”, tão cara ao marxismo. Autores como Lenin (1979) e Lukacs (2003) mitigaram o determinismo marxiano, destacando como fundamental a introdução “de fora” do proletariado da “consciência socialista”, isto é, dos elementos subjetivos capazes de tornar o proletariado consciente de sua posição na sociedade capitalista e de sua tarefa histórica de derrubá-la. Em ambos é mantida a necessária existência econômica das classes: é na interação entre a situação de exploração econômica e a consciência socialista “de fora” que adviria o movimento revolucionário de classe. Isto porque o proletariado teria algo como um “instinto de classe”. Exposto à correta teoria, aderiria a ela por conta de certa “compreensão instintiva” (LUKÁCS, 2003:183). Assim como em Marx, a situação de trabalho e a consciência política estão inextricavelmente ligadas, embora o peso determinativo de cada um desses elementos varie. Esta conexão é constitutiva da tradição marxista e, a nosso ver, deve ser criticada.

O argumento de Wright (2015) sobre a diferença essencial entre a obra weberiana e marxiana nos ajudará a clarificar qual a crítica necessária. Afirma o autor que, ainda que concordem em vários pontos importantes, a posição weberiana foca no modo como a posição de classe determina as chances materiais de vida, enquanto o marxismo foca no modo como a posição de classe determina as chances materiais de vida *e a exploração* no processo de produção. Essa diferença é central por sua influência na análise política a ser feita a partir da categoria de classe social. Além de produzir desigualdades, a relação de exploração predisporia uma classe de indivíduos contra a outra, na medida em que conteria em si mesma a produção de interesses materiais contraditórios e inconciliáveis: o desigual se torna antagônico. A nosso ver, essa “marca de nascença” do marxismo – e é este o motivo teórico desta digressão – implicitamente naturaliza uma predisposição antiexploratória pelos explorados (ou dominados, tanto faz). Dela descendem expressões que reafirmam este ponto como uma “garantia” de inconformidade dos trabalhadores frente a seu destino de classe sob o

capitalismo. Podemos notar este “otimismo da inteligência” desde o “instinto de classe” de Lukács (2003), até o “classicismo prático” utilizado recentemente por Ruy Braga (2012). Independentemente destas críticas, é certo que a sociologia política marxista não é de um determinismo vulgar. Sua carência está, a nosso ver, em não tratar a produção subjetiva das classes sociais como uma dimensão tão central quanto a objetiva.

É apenas nesse sentido que podemos dizer que a obra de Max Weber refina a análise marxiana. Como argumentado por alguns intérpretes (GIDDENS, 1984), a obra dos dois autores sobre o tema possui muitas similaridades. Ressalvadas as devidas diferenças de enfoque, ambos concordam em afirmar a existência de grupos de pessoas cujas oportunidades de vida e interesses econômicos são determinados por uma dada estrutura econômica. Para ambos, a posição ocupada no “mercado” (se entendermos por essa palavra tanto a esfera da produção quanto a da circulação de valores) determina a situação de classe, uma vez que os interesses econômicos ganham sentido nesse quadro. Mas a partir daqui, como esperamos deixar claro, se distanciam definitivamente.

Max Weber ataca duramente a pretensão marxiana de constituir as classes sociais em um bloco que une necessariamente existência econômica e ação política. Não que a existência de uma classe economicamente determinada não concorra fortemente para causar uma ação política: ela é necessária, mas não suficiente; mas, para tanto, é fundamental que a classe a ser mobilizada seja capaz de enquadrar o contexto social no qual vive como desigualitário, percebendo a distribuição de propriedade e os determinantes da guerra dos preços a que está sujeita. Só é possível construir ação societária ou comunitária de classe na medida em que outros fatores, que não apenas a situação de classe, intervenham. São aquilo que o autor chama de “condições culturais gerais” de “tipo intelectual”: “os resultados da situação de classe precisam ser claramente reconhecidos” (WEBER, 1971:215). Se a legitimidade de uma ordem pode ser atribuída “em virtude de uma crença racional referente a valores”, isto é, à “vigência do que se reconheceu como absolutamente válido” (WEBER, 2000:22), então para compreendermos parte do que determina ações contra a ordem ilegítima por parte de um conjunto de indivíduos é preciso compreender quais são os valores referentes à questão da igualdade que esses indivíduos tomam para si.

O que Weber não deixa claro, entretanto, e que nos parece fundamental – e que desenvolveremos mais adiante –, é que não bastaria o simples esclarecimento acerca dos determinantes das desigualdades de classe, mas também o fato de que sejam considerados injustos. Enquanto tais determinantes forem considerados justos, não há

porque afirmar que do mero reconhecimento das desigualdades derivaria uma ação política qualquer. Voltaremos a este ponto na última parte desta seção.

1.2. Bourdieu e a “relativa autonomia” das categorias de interpretação do mundo

Na teoria sociológica recente, Pierre Bourdieu (2009) destaca a disputa pela representação legítima da realidade social como aquilo que define a política. Inspirado em Weber, o autor faz uma crítica ao marxismo como reducionista por supostamente localizar a produção de interesses, bases da ação política, apenas no campo econômico. Para ele, o conhecimento do mundo social, isto é, as categorias que tornam possível sua própria “visão” e julgamento são o que está em jogo na luta política. Esta luta seria “ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (2009: 142).

O “conhecimento do mundo social” é uma dimensão central de qualquer análise de classes. Como vimos, Weber, por exemplo, liga a probabilidade de mobilização de grupos nominalmente tomados por classes sociais à capacidade intelectual de reconhecer os determinantes das relações desiguais na qual o grupo estaria inserido. Marx também realiza tal movimento, embora de maneira mais ambígua.

O importante a ser ressaltado aqui é o momento do reconhecimento como indispensável à ação política concreta. A crítica de Bourdieu ao que chamou de “economicismo marxista” reside justamente neste ponto. Segundo ele, esta tradição não foi capaz de compreender claramente, em termos teóricos, a importância da produção de categorias de percepção da realidade para a efetiva mudança objetiva desta. Ao invés disso, ela teria tratado a “tomada de consciência” de classe como efetiva promoção ontológica – a elevação inevitável da própria essência da classe – e não como o resultado das disputas pelas categorias de interpretação da realidade.

Sua crítica fica ainda mais clara se comparada com a posição de Georg Lukács (2003). Em seu livro clássico sobre o tema da “consciência de classe”, este autor critica duramente posições teóricas internas ao marxismo (que tacha de “oportunistas”) por “confundir o verdadeiro estado de consciência psicológica dos proletários com a consciência de classe do proletariado” (2003:180). A “verdadeira consciência de classe” não estaria, por assim dizer, “dentro” de cada classe social, sendo de algum modo

empiricamente aferível, mas “fora” dela: seria seu objetivo determinado, sua tarefa histórica. Confundir a consciência atual do proletariado com a consciência de classe do proletariado *em geral* significaria afirmar que os objetivos imediatos de sua luta política (aumento de salários, por exemplo) seriam também os objetivos últimos do proletariado enquanto classe social. Por isso, tornar-se “classe para si” não deveria significar apenas a tomada de consciência da própria existência enquanto conjunto de indivíduos cuja situação comum é determinada pelo modo de produção capitalista, e cujo resultado seria a luta econômica por melhores condições de vida. A “verdadeira consciência de classe” para Lukács é aquilo que torna a luta econômica uma luta política, isto é, “a capacidade de perceber (...) sua unidade [do processo econômico] como desenvolvimento total da sociedade” (2003:181). É quando o proletariado percebe a totalidade, e a si como o único agente capaz de superá-lo, que podemos afirmar, propriamente, que ele possui “consciência de classe”.

A crítica bourdesiana interessa aqui principalmente quando afirma a incapacidade deste tipo de argumentação de atribuir importância ativa à produção de categorias de percepção da realidade. Embora se desvincule de parte do peso teleológico que a noção de “crise econômica” possui por vezes no próprio Marx, Lukács se mantém preso à noção de “interesses objetivos” do proletariado, determinados pela própria produção econômica – contanto que entendida em sua totalidade. Portanto, a “verdadeira consciência de classe” seria também expressão de um entendimento “verdadeiro” da totalidade social, possível apenas dada certa situação econômica objetiva.

É importante deixar claro que, do ponto de vista bourdieusiano, o problema teórico de Lukács não é um excesso normativo – não se advoga a possibilidade de uma teoria neutra –, mas o entrave que este excesso acaba por produzir na própria teoria. Tratar as *próprias categorias* como as “verdadeiras”, sendo todas as outras “falsas” é a negação da pretensão de validade de quaisquer outras análises possíveis, é afirmar que a teoria se identifica com a realidade; isto significa uma interdição não apenas sobre possíveis indagações teóricas provenientes de outras tradições de pensamento, mas também a interdição das categorias produzidas, por assim dizer, “nativamente”. É, enfim, negar a multiplicidade de interpretações possíveis a partir das mesmas situações concretas. No entanto, uma grave crise econômica que leve à retirada de direitos trabalhistas, por exemplo, pode ser *legitimamente* interpretada tanto como um ataque à classe trabalhadora, levando à unidade desta por seus interesses econômicos diretos,

quanto como uma forma de “moralizar” a sociedade, reduzindo benefícios contra os quais pese os princípios de certa moral ascética, como seguro-desemprego, programas de redistribuição condicional de renda, etc¹.

A posição lucaksiana, assim, a despeito de sua intrincada construção argumentativa, levaria a uma simplificação da realidade social. A única escolha do proletariado passa a ser entre a consciência “verdadeira” e todas as outras, “falsas”. Contra esta posição, Bourdieu afirma a validade *social* de todos os “tipos de consciência”, embora não abdique de reafirmar a força do “objetivo”, contanto que esta palavra não seja tomada como sinônimo apenas de “econômico”.

Tomando então a elaboração crítica bourdiesiana, afirmamos que não há grupo social existente enquanto classe sem o trabalho de produção dessa classe no plano simbólico; isto é, não existe classe social mobilizável sem alguma transcendência construída. Assim, será central para qualquer análise política que verse sobre luta de classes o estudo da própria construção das classes sociais enquanto entidades, e não apenas a aceitação bruta de agregados de indivíduos economicamente determinados como classe. Não afirmamos – e nem o faz Bourdieu – que a construção de uma classe enquanto ente dependa *apenas* do trabalho de representação. Nesse tocante, dizemos, simplesmente, que a mobilização de classe é provável e frequente, mas nem por isso depende menos de um trabalho constante neste sentido. É preciso reafirmar “a existência de um espaço objetivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias” (Bourdieu, 2009:136), e *também* a expressão subjetiva que fundamenta simbolicamente os grupos politicamente unidos. O problema, nos parece, está na expressão “interesse”. Sob esta expressão se escondem os critérios pelos quais o marxismo aqui apresentado transfere ao proletariado a sua concepção própria de justiça. Se o proletariado decide agir após ser “esclarecido” sobre seus interesses, a nosso ver, não é porque houve um crescimento linear de seu “grau de consciência”, mas porque identificou certa situação atual como injusta, e portanto, deve liquidá-la.

Em suma, a tradição sociológica exposta ajuda a investigar o objeto desta dissertação na medida em que admite que o “interesse” do proletariado – ou de qualquer outra classe, deixemos claro – não é determinado economicamente, mas depende da interpretação dos agentes sociais, e que esta interpretação está sujeita a ser influenciada de muitas maneiras. Elementos culturais comuns a todas as classes sociais, isto é, uma

¹ Argumento este, aliás, infelizmente muito presente na atual conjuntura brasileira.

cultura transclassista, por exemplo, pode ser uma delas. Isto posto, podemos afirmar que, teoricamente, eventual ação social não é efeito direto de mudanças estruturais, sejam elas econômicas ou outras quaisquer. Para conseguirmos construir um quadro completo visando compreender as razões da ação não bastaria apresentar dados que comprovem mudanças “objetivas”, subentendendo a ação social como mero reflexo de mudanças estruturais, mas também a interpretação de cada agente sobre tais mudanças, sob o impacto das quais vive e reflete cotidianamente. É nesse sentido que ganha expressão o tema da percepção das desigualdades: partimos do pressuposto de que esta percepção é condição necessária para a ação política de classes, embora não suficiente.

A posição bourdieusiana é a mais interessante para criticar essa tradição porque sua afirmação da importância da construção de “princípios de visão e divisão” (1996:22) permite enfiar duas dimensões: a da produção de divisões sociais que constituem grupos – empregados e patrões, por exemplo – e, no mesmo movimento, a produção dos valores que identificam esses grupos, sem cair em um relativismo total da livre constituição de grupos pela agência humana.

1.3. **Percepção de desigualdades e critérios de justiça**

1.3.1. Percepção das desigualdades sob uma perspectiva culturalista

Em sua contribuição sobre o tema da igualdade, Richard Munch (1992) parte da premissa de que as estruturas sociais são produzidas e reproduzidas em interação com um código cultural socialmente compartilhado em determinada sociedade. Admitidas as existências de estruturas sociais e de um código cultural compartilhado, os processos de interação social seriam os responsáveis por dinamizar as duas instâncias. Por “processos de interação social” o autor quer dizer, baseando-se explicitamente em Parsons, quatro momentos diferentes: 1) trocas no mercado; 2) luta política; 3) associação comunal; e 4) legitimação cultural. Este último processo seria o responsável por conectar os outros ao código cultural compartilhado, permitindo que as influências entre todas as partes sejam trocadas reciprocamente.

Nesse sentido, todos os diferentes processos estão necessariamente ligados ao código cultural, na medida em que é ele que fornece a própria linguagem a ser utilizada nos diferentes processos para o fim de legitimação dos resultados das disputas em cada área. Se os resultados de cada um desses processos for certa desigualdade estrutural,

então ela deverá ser legitimada (ou deslegitimada) pelo código cultural compartilhado de cada sociedade. Assim, desejos individuais por igualdade passam a ser encaminhados enquanto a defesa de princípios abstratos de igualdade:

“The more the reproduction and transformation of structures of inequalities is guided by symbolic abstraction, that is, by a system of general ideas, the more particular interests will be channeled into the frame of general rights” (1992: 245)

Isto significa afirmar que, se existem desigualdades, elas deverão ser justificadas a partir de princípios gerais culturalmente aceitos. E o princípio “menos radical” aceito pela maioria das sociedades hoje seria o princípio da “igualdade de oportunidades”, em oposição ao princípio que afirma que todas as desigualdades seriam ilegítimas.

É a partir deste ângulo que Reis (2004) analisará a relação da sociedade brasileira com a percepção das desigualdades sociais. A autora se propõe a buscar o sentido socialmente atribuído às desigualdades sociais pelos brasileiros, isto é, como ela é “experimentada, condenada ou justificada” (2004:42). Dividindo o conjunto dos indivíduos entrevistados em sua pesquisa em duas categorias, “elite” e “brasileiros”, a autora pretende explorar divergências e, especialmente, as convergências, de modo a dar conteúdo empírico à hipótese do código cultural compartilhado entre os brasileiros sobre as desigualdades.

Embora a busca de um código cultural compartilhado acerca das desigualdades nos pareça uma perspectiva bastante promissora, nos parece que a perspectiva adotada pela autora deve ser criticada pontualmente. O artigo que citamos deixa claro que se trata de um escrito exploratório sobre o tema a partir dos dados coletados, mas isso não deve nos impedir de criticá-lo. Munch, no artigo já citado, propõe a perspectiva que informa o artigo de Reis; no entanto, o autor deixa claro que em seu modelo espera-se que os interesses particulares sejam vocalizados publicamente enquanto princípios gerais de amplo reconhecimento social. Isto significa dizer que a interpretação dos elementos que compõem o código cultural – a noção de igualdade sendo um deles – está sempre em disputa pelos diferentes interesses socialmente existentes.

No esquema interpretativo do autor alemão estes interesses particulares, ao utilizar o código cultural existente, universalizam suas demandas particulares através da linguagem, para *só então* conseguir legitimação. Seriam, assim, dois os momentos necessários à legitimação de uma demanda particular: i. sua “tradução universal” nos termos do código cultural vigente; ii. a legitimação desta tradução. O código cultural não se confunde com a própria legitimação. Ele seria, por assim dizer, “neutro”; um

arcabouço de ideias e imagens a serem utilizadas no jogo social. O seu uso particular é que seria avaliado enquanto legítimo ou não. É isso que permite a existência de diferentes interpretações sobre o que é “igualdade”.

Este esclarecimento se justifica porque a admissão da existência de algo como um código cultural compartilhado sobre a questão da desigualdade social não é obstáculo para a intervenção dinâmica dos diferentes interesses existentes na sociedade. Ainda que exista, este código seria análogo a uma gramática, cujos usos variam conforme o sujeito de fala. Afirmar isto não significa tratá-lo como a-histórico, pelo contrário. Em Munch o código cultural só pode ser compreendido historicamente contextualizado: é o processo histórico específico de cada sociedade que determina os conteúdos sedimentados que se tornarão o código cultural.

Dizemos isto porque ao final do artigo de Reis (2004), como a autora encontra algumas divergências pontuais de opinião entre o grupo que denomina “elite” e o outro, que denomina “brasileiros”, ela propõe a hipótese de que possam haver “subculturas paralelas” sobre a questão da desigualdade, isto é, que possam haver códigos culturais paralelos que determinem diferentes pontos de vista. Como argumentamos acima, no entanto, o que Munch chama de “código cultural” é coextensivo ao que é delimitado como “sociedade”. Neste sentido, assim como o autor alemão analisa o código cultural da “sociedade alemã”, Reis procura analisar o código cultural da “sociedade brasileira”, de modo que a existência de “subculturas paralelas”, sob esta perspectiva específica, não é possível.

Não nos demoramos sobre este ponto por filigrana, mas para marcar a possibilidade teórica da utilização de códigos culturais amplamente compartilhados – como acreditamos ser a expressão “igualdade” – por interesses particulares com pretensões universalistas. Se há diferentes percepções de desigualdade por parte de diferentes grupos sociais não parece razoável adotar a hipótese de que existem diferentes códigos, mas sim que um *mesmo* código é disputado por diferentes interesses, ou mesmo diferentes interpretações. Além disso, a própria existência do código não determina a legitimidade da desigualdade, pois a questão da legitimação é *diferente* da existência de um código. Se acredito que a existência de miséria é fruto de uma ordem social injusta porque não supre as necessidades básicas de todos os indivíduos igualmente, estarei usando o elemento da “igualdade” para deslegitimar esta ordem tanto quanto uma pessoa que a legitima baseado na premissa de que todos os indivíduos são iguais em oportunidades de conquistar o seu sustento, e que portanto o miserável só

tem a si para culpar por sua situação presente. Se os indivíduos de uma mesma sociedade não utilizassem as mesmas expressões com um sentido ao menos fracamente semelhante, a própria pergunta acerca da percepção de desigualdades estaria comprometida. Nesse sentido, não devemos contrapor o “comportamento interessado dos indivíduos” às “normas e valores” (Reis, 2004:41), como a autora faz.

A perspectiva que a argumentação acima nos abre é a de procurar compreender qual interpretação os diferentes agentes sociais de uma *mesma* sociedade adotam quando utilizam o tema da igualdade. Se admitimos que a igualdade, enquanto promessa da modernidade, faz parte do arcabouço cultural compartilhado “transclassisticamente”, então sua apropriação particular por cada grupo social deve ser explicitada. E então ela nos coloca outro problema, que é o de determinar quem são esses diferentes atores sociais, e como fazem uso diferencial do tema da igualdade.

Esta não é uma escolha que diz respeito apenas à qual técnica de pesquisa utilizar. A maneira através da qual agregamos indivíduos já está imbuída de antemão daquilo que esperamos encontrar. Os resultados encontrados serão lidos tendo os grupos sociais determinados aprioristicamente como pressupostos, e por isso determinam em parte a interpretação dos resultados. Isto não significa que uma análise científica seja impossível, apenas que a escolha dos grupos sobre os quais se quer dizer algo deve ser explicitada até o limite. Assim, a determinação dos agentes sociais e dos diferentes usos que fazem do tema da igualdade é central pra reflexão que queremos desenvolver. Na próxima seção trataremos de autores contemporâneos que nos ajudam a compreender esta dimensão do problema.

1.3.2. Mobilidade social e critérios de justiça: compreendendo a legitimação da ordem social

Um dos autores contemporâneos que se dedicou à análise do impacto da percepção de desigualdades sobre a ação social foi Albert Hirschman. Em famoso artigo, o autor propõe uma engenhosa metáfora para explicar uma tese de sociologia política:

Suponhamos que esteja dirigindo meu carro por um túnel de duas pistas que dá mão no mesmo sentido, e que me veja diante de um engarrafamento. Nenhum carro se move nas duas pistas pelo menos até onde eu possa enxergar. Encontro-me na pista esquerda e sinto-me desanimado pela imobilidade prolongada. Passado algum tempo, os carros da pista direita começam a movimentar-se. Animo-me consideravelmente, pois deduzo que o

engarramento desfez-se e que, de um momento pra outro, será a vez de se moverem os carros da pista esquerda. Embora ainda me encontre parado onde estava, acho que a situação já é muito melhor do que a anterior, graças à expectativa de que logo estarei em movimento. (1975:32)

No entanto – prossegue a metáfora –, caso ocorra da minha pista não andar, provavelmente ficarei revoltado. E não apenas pelo fato de estar estagnado, mas principalmente pela frustração de minhas expectativas. Com isto, Hirschman propõe que, *num primeiro momento* – o elemento temporal aqui é central –, a interação da percepção de desigualdades com o fenômeno da mobilidade social – a efetiva melhora da posição relativa de outras pessoas que não o agente – leva não à inveja social, mas à efetiva satisfação daqueles que *não* ascenderam em função das expectativas produzidas para o seu próprio futuro. É apenas num segundo momento que, em não se cumprindo tais expectativas, teríamos um efeito de mobilização.

O “efeito-túnel” a que se refere o autor, portanto, possui uma determinação fixa: a satisfação de agentes estagnados em função do cálculo de possibilidades – expectativas – sobre ganhos próprios. Mas para que este efeito ocorra seria preciso ainda o cumprimento de duas condições: a. que a mobilidade seja visível aos que ficam estagnados; e b. que esses tenham alguma forma de empatia com os que ascenderam. Nesse sentido, uma sociedade rigidamente estratificada dificultaria a ocorrência do efeito túnel, uma vez que a mobilidade de indivíduos de um grupo não produziria efeitos sobre indivíduos de outros grupos, pois seu efeito seria restrito ao grupo do qual estes indivíduos fazem parte. Do que decorre que, quanto mais homogênea uma sociedade, maior a tolerância às desigualdades proporcionada pelo efeito-túnel. No entanto, a outra característica do efeito também adquire maior força: quanto maior a tolerância às desigualdades, maior a revolta com a frustração das expectativas.

Chegamos assim a uma conclusão algum modo contra-intuitiva: quanto mais homogêneo o país, mais suscetível será a conflitos sociais violentos no curso do processo de desenvolvimento, salvo se as lideranças forem extremamente capazes e sensíveis (1975:40)

Se o efeito túnel empiricamente trabalhado é útil pra criticar a concepção da “inveja social”, explicando fenômenos que um eventual “efeito-inveja” não explicaria, por outro lado ele desconsidera como determinados contextos sociais e culturais podem interpretar diferentemente as causas da mobilidade social. Para que o efeito-túnel aconteça, é pressuposto um indivíduo que acredita que a causa da mobilidade social de quem ascendeu é a mesma que fará com que ele ascenda num futuro próximo. Não basta que a mobilidade social seja visível; é preciso também que ela ocorra

independentemente da ação de ambos os grupos de pessoas, os que ascenderam e os que continuam estagnados. Assim, ao sentimento de “privação relativa”² percebido é conectada uma causalidade estabelecida em um ponto de fuga³, impossível de ser determinada pelos agentes estagnados, ou mesmo pelos ascendentes. Tal expediente se justifica a partir dos propósitos do autor, preocupado que está com processos macrossociais desencadeados pelo desenvolvimento econômico. Sua intenção é, afinal, justificar a existência de desigualdades como salutares no processo de desenvolvimento econômico, uma vez que produzem certa satisfação social e, assim, impedem turbulências políticas em um momento inicial do desenvolvimento (capitalista, frise-se, apesar do autor não fazê-lo), quando seria inevitável o aparecimento de desigualdades – embora a tolerância frente às desigualdades possa resultar numa catástrofe política quando não haja ações para redistribuir a riqueza decorrente do desenvolvimento econômico efetivadas a tempo.

De um ponto de vista mais “sociológico” e menos “político”, por assim dizer, é fundamental compreender as diferentes possibilidades de interpretação das causas das desigualdades percebidas. Em outras palavras, o raciocínio sociológico deve problematizar os pressupostos da metáfora do efeito-túnel. O próprio Hirschman aponta eventualmente para este caminho, embora em um comentário lateral do artigo:

“Também é concebível, embora não muito provável, que o sucesso dos outros seja atribuído ao seu mérito pessoal ou à aplicação no trabalho. Nesse caso, os que ficaram de fora somente a si próprios poderiam culpar pela estagnação. Nesse caso, poderiam simplesmente curvar-se diante dos membros mais bem sucedidos da comunidade, ou invejá-los por serem mais bem dotados, ou procurar imitá-los, redobrando os próprios esforços. O resultado seria bastante indeterminado nesse caso e carecemos de maiores informações” (1975: 42)

Ou seja, a eficácia do modelo construído sobre o efeito-túnel depende em grande medida da interpretação realizada pelos agentes sociais estagnados sobre as causas da mobilidade. Variando esta, variará também o nível de tolerância às desigualdades. Assim, a metáfora elaborada por Hirschman, embora engenhosa e bastante frutífera quanto aos modelos que podem ser construídos a partir de suas elaborações, acabam por sofrer de certo fundamento antropológico excessivamente racionalista.

² Definido por SANTOS (2006:145) como o “sentimento hospedado no hiato que se interpõe entre a condição de vida, tal como percebida pelo indivíduo, e aquela que ele considera deveria ter, por mérito ou compensação social”.

³Lembremos do trecho de HIRSCHMAN (1975:32) – fundamental para os nossos propósitos aqui – segundo o qual, dentro da ilustração do “túnel”, “nenhum carro se move nas duas pistas pelo menos **até onde eu possa enxergar**”.

Exercício semelhante realiza Wanderley Guilherme dos Santos (2006), já aplicando o modelo teórico ao qual chega a alguns dados disponíveis sobre o Brasil. Sua proposta aborda o tema da tolerância das desigualdades de um ângulo diferente. Ela gira ao redor da noção central de “privação relativa”⁴. Utiliza como sinônimo a expressão “horizonte do desejo”, que deixa mais clara a ideia que se deseja enfatizar – não por acaso o título do livro que a desenvolve.

O autor parte da premissa hobbesiana de que os homens seriam essencialmente acumuladores⁵ para refuta-la parcialmente mediante um argumento de caráter histórico. O argumento se organiza como se segue: aplicando a noção hobbesiana de indivíduo utilitarista à questão do consumo de bens, afirma-se que o horizonte do desejo humano caminha sempre paralelo à fruição real, embora produzido em função dessa. Sendo essencialmente desejosos de mais prazer e diante da impossibilidade de serem finalmente saciados, os homens estariam sempre redefinindo para mais aquilo que desejam a partir do que já tem. A satisfação final transforma-se num horizonte inalcançável, e a busca por mais bens tornar-se-ia incessante. Se adotarmos a premissa hobbesiana de que o homem é insaciável, então a posse presente de um bem será sempre a base do desejo de posse futura, de modo que o “real” e o “desejo” nunca conseguem se encontrar: ilustram-se, assim, como retas paralelas, o desejo produzido em função do real e paralelo a ele. Para o autor, este cenário seria aplicável às sociedades pré-revolução industrial. Após o século XIX, a Revolução Industrial teria multiplicado vertiginosamente os bens objetos de desejo, de tal modo que atualmente seria impossível consumir tudo o que é oferecido, *ainda que o poder de aquisição de um indivíduo o permitisse*: “o crescimento da produção extrapolou a curva do crescimento da possibilidade material de consumo” (2006: 137). De modo que, embora o desejo por riqueza possa ser inelástico, o desejo de consumo possui hoje um limite prático.

Se um “teto” de consumo foi alcançado, a diferença entre as pautas de consumo de ricos e desprivilegiados, por outro lado, apenas teria aumentar do século XVII em diante. Durante a maior parte desse período este hiato produziu grandes turbulências, na medida em que o excesso dos primeiros era complementar à carência dos segundos: por exemplo, enquanto os pobres não possuíam lugar para morar, ricos eram proprietários de várias casas, e assim por diante. Lentamente, entretanto, este excesso deixou de ser

⁴ Ver nota nº2

⁵ A fundamentação completa dessa visão sobre o homem é a seguinte: 1) prefere sempre o prazer à dor; 2) prefere mais prazer a menos prazer; e 3) é insaciável na busca e aquisição de mais prazer.

percebido enquanto o complemento necessário da carência, uma vez que o patamar mínimo de consumo se elevou para todos – ainda que mais para alguns que para a maioria. Chega-se à conclusão de que nesta situação a desigualdade tende a ser mais tolerada: então, “o que importa é o crescente poder absoluto de acesso ao consumo, não o diferencial (...) O ponto de fuga diluiu-se. A diferença é irrelevante” (2006: 137). E é neste momento que a perspectiva hobbesiana se exaure. Agora, o homem deixa de poder ser tomado como um ser insaciável pelo consumo: certo patamar mínimo lhe basta, e a pauta mais excessiva já não lhe interessa tanto. É por este motivo que Marx também estaria “exausto”: alcançado um patamar mínimo de consumo, “o estado de espírito das pessoas desprende-se do mundo material e são outros os determinantes de bem estar”. A insaciedade humana (sempre na perspectiva hobbesiana) surgiria e se esgotaria “inteiramente na subjetividade dos seres” (2006: 139). Neste modelo, o patamar mínimo de consumo significa o fim da privação relativa enquanto fundamento da política de classe. Isto explicaria o fim deste tipo de fundamentação em sociedades de bem-estar social.

Não é este, certamente, o caso brasileiro. Aqui o tema da privação relativa adquire caráter central, e a explicação deve voltar-se para a análise do por que dela não se tornar o fundamento de ações políticas que visem à redução do hiato entre privilegiados e despossuídos. Para tanto, o autor começa por retomar a hipótese toquevilliana explicativa da Revolução Francesa, segundo a qual um ganho material em seguida a uma longa estagnação produz “um processo de expectativas crescentes, que se desloca a ritmo superior ao do progresso real” (2006:152), e que termina por produzir uma derrocada definitiva na confiança outorgada às instituições. Esta seria a “instabilidade toquevilliana”. Isto não ocorre no Brasil. Por quê? A resposta permite completar o modelo toquevilliano no sentido de elaborar as condições de uma “instabilidade toquevilliana periférica”.

No caso brasileiro, a população majoritariamente pobre não aderiria a ações coletivas que visassem mitigar a privação relativa porque faria na prática um cálculo de custos de organização, concluindo que não valeria a pena sua mobilização. Tanto os custos de mobilização quanto os custos de eventuais fracassos inviabilizam qualquer participação massiva dos setores empobrecidos. Preocupados em demasia com a própria sobrevivência, não lhes restaria recursos para mobilizar-se, ainda que estivesse configurada a condição toquevilliana de uma longa estagnação seguida de melhoria de vida. Para que a consequência de uma crescente demanda se efetive talvez seja preciso

retificar o modelo do pensador francês e incluir nele a necessidade de que a melhoria de vida ultrapasse certo “limiar de sensibilidade social” para que a hipótese se torne realidade. Melhoras de vida limitadas que não consigam ultrapassar determinado limite são incapazes de produzir um horizonte do possível que dinamize a privação relativa. “Aquém dessa divisória, o horizonte do desejo é ainda muito medíocre para que uma precária mudança marginal seja interpretada como estímulo a demandas ulteriores” (2006: 174). Portanto, é a interação entre o movimento de melhoria de vida e a chegada a certo nível de pobreza que seria capaz de produzir expectativas crescentes e, conseqüentemente, demandas crescentes pela redução do hiato da privação relativa. O calcanhar de Aquiles da hipótese tocquevilliana no caso brasileiro estaria, então, no fato de que, na ausência desse nível mínimo de vida material, os custos seriam muito altos para aqueles despossuídos que se mobilizam. Custos tanto de mobilização quanto de eventuais fracassos dela (exemplo típico é de sindicalistas, que correm o risco de serem demitidos de seu trabalho quando deixam de ser dirigentes). O fato destes custos serem muito altos inclusive reflete na confiança às instituições, que seriam as responsáveis por salvaguardar o desejo de superar o hiato da privação relativa: a regra é a desconfiança em instituições como parlamento, governo, partidos políticos, etc.

Por fim, associado a este quadro de “melhoria conservadora” está o fato de mesmo os mais pobres possuírem um falso substituto da ação coletiva: o voto. Votar seria um meio de opinar sobre a situação social presente que não ocasionaria riscos para a sobrevivência do indivíduo. Além disso, seu valor não se deterioraria; pelo contrário, possui o mesmo valor em todas as eleições. Tratar-se-ia de um verdadeiro “arranjo diabólico” (2006:180), pois reduziria o custo do fracasso a zero, mas ao preço da eterna manutenção das desigualdades.

É importante lembrar que o modelo elaborado por Santos baseia-se quase que exclusivamente em premissas utilitaristas – a concepção do homem como movido pelo desejo de mais prazer. Por isso, a discussão que realiza acerca da tolerância às desigualdades percebidas não considera elementos ideológicos centrais da modernidade, particularmente a promessa de igualdade para todos os seres humanos (independentemente do debate acerca de qual igualdade seria esta). Outro ponto que ao caráter utilitarista da argumentação não interessa é a dimensão da legitimidade da ordem social. É certo que o autor comenta rapidamente a questão da “confiança institucional”, mas este tema parece ser bem mais restrito que o da legitimidade, que frequenta terrenos contíguos à questão da justiça: a confiança se refere à percepção da correspondência

entre expectativas e resultados práticos; a legitimidade, por sua vez, se refere à justificação da própria prática institucional geral.

O ponto de vista macrossociológico que adota, de fato, não privilegia a descrição de sutilezas ideológicas, e tampouco o faz a premissa utilitarista. Não obstante, é interessante para os nossos propósitos notar que a segunda condição da hipótese da “instabilidade toquevilliana”, qual seja, a correlação positiva entre melhoria de vida e o sentimento de privação relativa (a primeira é a longa estagnação inicial) é operacionalizada pelo autor através da mensuração da filiação sindical por estratos de renda. O resultado é uma relação praticamente linear positiva. Isto indica, para o autor, um movimento social geral de aumento do sentimento de privação relativa. O sindicato aparece aqui apenas como um meio passivo ao qual os indivíduos aderem por causa de seu sentimento de privação relativa, como se a própria atividade sindical não fosse um elemento potencializador, ou mesmo criador deste sentimento.

A reelaboração que Adalberto Cardoso (2004, 2010) leva a cabo do modelo organizado por Santos procura incluir alguns elementos para a análise da questão da legitimidade das desigualdades percebidas. O propósito de análise específica de aspectos políticos, como organização de forças, mobilização, etc., no entanto, não é o objetivo do autor, o que favorece a intenção de nossa pesquisa especificamente. É certo que ele se permite avançar mais no debate específico das implicações políticas gerais no segundo escrito que produz sobre o tema (Cardoso, 2010), mas também é verdade que suas conclusões mais robustas parecem se limitar ao campo da sociabilidade, e não ao da “contestação social organizada e aberta” (2004: 172), o que, para nossos propósitos iniciais, é o que mais importa. Vejamos como ele o desenvolve.

O tratamento explicitamente utilitarista que Santos opera à questão das desigualdades sociais e de sua percepção favorece certa compreensão sobre as razões de eventuais mobilizações sociais reivindicatórias (melhor dizendo, sobre as de sua ausência); do ponto de vista mais especificamente sociológico, entretanto, sua construção parece simplificar a problemática distributiva. No modelo do autor o elemento dinâmico central é apenas o desejo de aquisição de bens. Essa construção termina por excluir tudo o que diz respeito às mediações simbólicas necessárias tanto para a organização de interesses – as instituições em geral, incluindo os sindicatos, são tomados como meros depositários de confiança na crença que reduzirão os custos do fracasso reivindicativo – quanto para o estabelecimento de um “consenso ativo”, isto é,

uma compreensão da desigualdade percebida como legítima por aqueles que teriam maiores motivos para criticá-la e reivindicar sua mudança.

Se há a adesão, e não revolta, destes setores à atual distribuição de riquezas vigente no Brasil, seria legítimo imaginar que os motivos para tanto não se dão apenas em função de cálculos de ganho ou perda em caso de vitória ou derrota de suas reivindicações. Parece razoável pressupor que existe sim racionalidade envolvida neste tipo de decisão, mas também nos parece claro que tais decisões não podem ser compreendidas em sua totalidade sem conectá-las a alguma concepção de “sociedade boa”, isto é, do que seria uma sociedade legítima em função dos critérios de justiça que adotam. Em outras palavras, a percepção de desigualdades que os agentes sociais vivem cotidianamente passa necessariamente por critérios normativos. Não queremos dizer que o privilégio do horizonte utilitarista é equivocado em si; pelo contrário, ele é bastante útil para desenvolver o argumento sobre um ângulo fundamental da questão. Dizemos apenas que é sociologicamente limitado. Ainda que ele permita organizar o argumento relativo estritamente à questão da ação política propriamente dita, é necessário também organizar um modelo que permita abordar o sutil momento que a precede: o da construção (ou desconstrução) de padrões de justificação da sociedade vigente.

É por isto que Cardoso desenvolve a hipótese de que haveria forte correlação entre critérios de justiça, percepção de desigualdades e legitimação da ordem. Para que o “hiato de privação” (Santos, 2006: 174) seja percebido enquanto algo ilegítimo não bastaria que a riqueza acumulada dos mais pobres chegasse a um patamar mínimo de bens a partir do qual os custos do fracasso da ação social deixem de ser impeditivos da ação; seria preciso também a interpretação deste hiato enquanto algo injusto, e, portanto, ilegítimo. Esta interpretação se dará no quadro de determinados critérios de justiça, cuja variação deverá estar correlacionada à percepção de desigualdades e à legitimação da ordem.

No modelo anterior, centrado na “instabilidade toquevilliana”, a intensidade da ação social estaria correlacionada ao ganho material conseguido depois de longa estagnação. Aqui, para efeitos analíticos, podemos dizer que se trata de focar na mediação entre o movimento estrutural que determina desigualdades materiais objetivas e o enquadramento desse movimento pelos critérios de justiça. É a interação entre esses dois movimentos que determinará eventual ação social e sua intensidade; é, basicamente, a afirmação de que existe muito mais na explicação social que mero cálculo de ganhos ou custos. É a partir do “sentido de justiça” que decorre do

juízo prático do mundo efetuado pelos agentes, fundamentados em seus critérios de justiça, que podemos complexificar o modelo elaborado a partir das premissas utilitaristas, e a partir dele conseguir chegar não apenas à quantificação da percepção das desigualdades, mas efetivamente a qual tipo de critério de justiça que estaria por trás desta percepção e, conseqüentemente, à definição adotada pelos agentes de “sociedade boa”, isto é, de ideal social. Se a própria desigualdade é percebida como um problema, isto só é possível quando se contrapõe a realidade percebida a algum critério de justiça social.

Chegamos, então, à questão dos critérios de justiça. Situando-os historicamente, Cardoso dirá que, se toda sociedade humana possuiu e possui critérios de justiça que legitimaram suas respectivas ordens sociais, a modernidade apresenta algumas características particulares nesse tocante. Em primeiro lugar, a modernidade estabeleceu em seu alvorecer algumas promessas. Liberdade, Igualdade e Fraternidade são palavras de ordem constitutivas das sociedades modernas, e não apenas de seus discursos, mas principalmente das instituições que organizam cotidianamente a vida social em boa parte do planeta. De tal modo que, invariavelmente, elas surgem no discurso dos agentes sociais modernos. Em segundo lugar, a modernidade faz recuar cada vez mais a justificação das desigualdades a partir de critérios que não sejam de justiça. Cada vez menos seria possível legitimar uma ordem social sem referência a estes critérios – seja fundamentando-a em Deus ou na natureza. Trata-se aliás de uma afirmação que Munch (1992:249), já citado acima, também faz.

Isto posto, o autor propõe dois critérios para avaliar a percepção das desigualdades, cada um deles ligado a uma visão de fundo normativa sobre qual seria a sociedade justa. Partindo da famosa formulação de Marx sobre justiça distributiva⁶, mas reelaborando o sentido original – que tratava de princípios distributivos no contexto de uma sociedade comunista, isto é, abundante – para se adequar à realidade da sociedade capitalista contemporânea, Cardoso formula um critério distributivo baseado nas “capacidades” e outro baseado nas “necessidades”. A escolha normativa por trás de cada um desses critérios dar-se-ia por referência, respectivamente, ao mercado ou ao Estado como mecanismos distributivos.

Referenciar no mercado e no Estado os critérios de justiça significa dizer que adotam resultados distributivos completamente diferentes. A escolha pelo critério das

⁶ “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012)

“capacidades” significa afirmar que deve haver recompensa diferencial segundo a capacidade de cada indivíduo *em sua atuação no mercado*. Trata-se de um critério não igualitário porque é razoável pressupor – como o faz Marx – que as capacidades são desigualmente distribuídas entre os homens e, sendo o mercado um mecanismo indiferente às desigualdades naturais, a retribuição de renda por esse critério, e não por necessidade, engendraria uma desigualdade estrutural. É por este motivo que, para Marx, na sociedade comunista as capacidades deveriam ser um critério para a alocação de indivíduos na produção, e não de recompensa pelo trabalho. Como neste contexto não haveria escassez, mas abundância, a negação das capacidades como critério de retribuição não configura injustiça: todos têm suas necessidades supridas, independentemente de sua capacidade de trabalho: “a sociedade está além da justiça” (Cardoso, 2010).

Do lado das “necessidades” também há variação. Tratar igualmente necessidades desiguais não seria igualitário. Mas o critério distributivo das necessidades é equitativo porque pretende colocar todos num mesmo patamar de não-necessidade. Portanto, as desigualdades variariam, mas o objetivo do critério, o resultado de sua aplicação, não. O critério pode não ser igualitário, mas é equitativo. Do ponto de vista do mercado, por outro lado, o que deve ser entendido por “necessidades” seria apenas o mínimo para a reprodução da vida do trabalhador, e nada além disso. Para o mercado capitalista, o problema é justamente que qualquer definição de necessidade que não o mínimo para a sobrevivência envolve definições extraeconômicas, ou seja, definições politicamente estabelecidas.

Ao traçar uma fronteira da necessidade, a sociedade leva em conta critérios de justiça que, por essa razão mesma, passam a ser constitutivos da própria fronteira, e a fronteira da necessidade é delimitada em tal ou qual patamar justo (Cardoso, 2004:149)

A hipótese do autor é que, variando estes critérios na preferência dos indivíduos, variará também a percepção das desigualdades. Como já dito acima, só é possível tratar as desigualdades percebidas enquanto um problema social partindo de critérios de justiça que esclareçam essa percepção. Ou seja, a percepção de desigualdades não se dá diretamente aos agentes sociais, sem qualquer mediação. Diante da mesma realidade, agentes que possuem diferentes critérios de justiça perceberão mais ou menos desigualdades, e de tipos diferentes. Assim, é plausível imaginar situações em que as desigualdades sejam consideradas injustas por certos agentes e justas por outros: “desigualdade” não é necessariamente sinônimo de “injustiça”. E mais: é possível que

uma sociedade seja vista como desigual e injusta, mas ainda assim não seja ilegítima (pode-se esperar que ela se torne justa no futuro, por exemplo).

É esta a conclusão a que o autor chega ao analisar dados de um *survey* sobre o tema da percepção das desigualdades aplicado no Brasil. Para ele, a ordem social brasileira não se tornou ilegítima para os mais pobres ainda, apesar da gigantesca desigualdade social percebida e da adoção de critérios de justiça baseados na necessidade (embora aqueles baseados na capacidade também sejam adotados em igual medida), porque seu ideal de sociedade (e não os critérios que levariam a este ideal) apresentaria similaridade com o estado atual, isto é, seria muito tolerante com a desigualdade: as posições mais altas da hierarquia social são percebidas enquanto tal, mas seu preenchimento por determinados indivíduos seria resultado de mecanismos considerados aceitáveis.

Expostos estes três modelos, cabe agora refletir sobre a contribuição de cada um para o tema que nos move. É certo que o último apresentado tende a ser mais complexo que os anteriores, por ter sido elaborado mais recentemente. No entanto, cada um dos três procura destacar pontos diferentes como sendo os centrais, e é isto que nos interessa particularmente. De certa forma, os três são bastante diferentes entre si. Hirshman tem por objeto a satisfação individual; Santos, os determinantes da ação social reivindicatória de bens; e Cardoso, a legitimidade da ordem social. Os três se identificam, no entanto, na busca pela percepção do hiato entre o ideal distributivo e o real distribuído – seja o ideal desejado ou não – e as consequências dessa percepção.

Existem dois momentos, por assim dizer, desta busca. Em primeiro lugar, trata-se de encontrar o elemento normativo, isto é, os critérios de justiça a partir dos quais os agentes sociais fundamentam os julgamentos sobre a sua realidade. Esta é uma dimensão diretamente ligada ao que as pessoas imaginam ser a sociedade ideal, aquela na qual os seus critérios agiriam sem obstáculos. Este elemento também é fundamental na questão da legitimação da ordem social, posto que, na modernidade, toda ordem social deve recorrer a critérios de justiça para justificar as desigualdades que abriga. Isto não significa dizer que todos os indivíduos justificam a ordem social na qual vivem através de critérios de justiça distributiva – a justificação da ordem social pode ser orientada por diversas fontes –, apenas que os critérios de justiça são parte importante dessa justificação. Quando não de todas, sem dúvida das instituições direta ou indiretamente responsáveis pela distribuição de bens nas sociedades modernas.

O segundo momento é a percepção das desigualdades sociais. Esta percepção teria alguma ligação com os critérios de justiça, mas não é razoável imaginar que seja determinada por ela. Isto porque a desigualdade pode ser percebida ainda que o indivíduo que a percebe não a considere injusta por seus critérios.

1.4. Elementos para uma “sociologia da justiça sindical”

Como afirmamos no início deste texto, nosso trabalho pretende contribuir para desvendar a relação existente entre classes sociais e ação política. Existem inúmeras maneiras de tratar esta relação, donde a necessidade de uma escolha que restrinja nossa reflexão e pesquisa ao nível do realizável empírica e teoricamente. Acreditamos que a recente bibliografia produzida sobre o tema dos critérios de justiça e percepção de desigualdades pode nos fornecer os meios de acessar algo como o “fundo” da questão em torno da qual giram boa parte das ações políticas na sociedade moderna: a percepção sobre a distribuição de bens e sua legitimidade.

Por sua posição de representante dos trabalhadores comerciários, que tende a fazer com que seus dirigentes utilizem a imagem historicamente decantada da luta entre trabalhadores e patrões por ganhos materiais para a justificação de sua própria existência de representantes, o sindicato nos parece um corpo privilegiado de produção subjetiva, cuja influência sobre os critérios através dos quais os trabalhadores julgam o mundo que os cerca, se pesquisada, poderá esclarecer um sentido especificamente subjetivo do termo “luta de classes”.

Evidentemente, esta é uma maneira particular de ver relações entre classes sociais e política. Poderíamos, por exemplo, nos propor, como os autores coligidos em Evans (1999), a procurar correlações entre a estrutura de classes ocupacionais e os recentes resultados eleitorais. No entanto, nos parece que este caminho não é capaz de compreender os diferentes contextos específicos no qual a opinião política é formada⁷. Ao invés de procurar por “fatos políticos”, isto é, por fenômenos que possam ser indicados enquanto expressão política da dinâmica das classes sociais – como o surgimento de partidos e associações, manifestações, coligações ou mesmo eleições – *nos interessa esclarecer o enquadramento realizado trabalhadores que os permite julgar sua realidade como justa ou injusta*. Particularmente, nos interessa saber em que

⁷ Talvez ainda menos a eleitoral, resultado de um conjunto de rituais bastante específicos.

termos estes trabalhadores percebem (ou não) e legitimam (ou não) a ordem social brasileira, e também sob quais critérios julgam a sociedade na qual acreditam viver, a partir da sua realidade de indivíduo colocado em determinada posição da divisão do trabalho.

De fato, o sindicato de trabalhadores parece ser uma das instituições sociais que incide no âmbito deste recorte da “política” que realizamos. É razoável afirmar que *parte* – e apenas parte, frise-se – da força política dos sindicatos (“força política” aqui, principalmente, no sentido de capacidade de impor suas demandas sobre os empregadores dos trabalhadores que representam) decorre justamente de sua capacidade de influenciar a percepção de seus representados acerca da injustiça de sua situação, e conseqüentemente de mobilizá-los para ações coletivas. Esta é apenas uma parte do leque de ações possíveis dos sindicatos, mas é certamente uma das mais importantes do ponto de vista de uma sociologia política.

A atuação dos sindicatos nesse sentido só é possível, em primeiro lugar, se houver um trabalho constante de produção e reprodução de certa “objetificação” do conjunto de trabalhadores enquanto conjunto conhecido e reconhecido. A própria existência dos sindicatos – como de qualquer grupo social reconhecido – depende de sua objetificação, da crença na sua existência objetiva. Como o fundamento máximo desta crença – por motivos históricos e também por “efeito de teoria” ocasionado pelo advento e posterior consolidação cultural do marxismo, como destaca Bourdieu (2009:160) – depende especificamente da contraposição “trabalhadores versus patrões”, versão *light* da disjuntiva marxiana “proletariado versus capitalistas”, é razoável supor que, quanto mais forte for a presença sindical, maior será dentre seus representados a presença de critérios de justiça baseados nas necessidades dos indivíduos, bem como a percepção de que a presente ordem social é injusta, e, talvez, ilegítima.

É certo que esta afirmação só é possível com uma boa dose de abstração teórica. Historicamente, como o demonstrou Luiz Werneck Vianna (1978), os sindicatos não necessariamente se colocam como representante de um grupo contraposto ao interesse patronal. Tivemos no Brasil e em outros países a experiência de sindicatos corporativos, que procuravam justamente *conter* a indignação de seus representados em níveis “ordeiros”. No entanto, como apontamos na introdução, não parece ser este o caso do SEC-RJ.

As noções de percepção de desigualdades, deslegitimação da ordem social e critérios de justiça são, na verdade, mediações entre o pertencimento de classe objetivo

(determinações econômicas) e objetificado (simbólico); são categorias da reflexividade dos próprios trabalhadores sobre a sua condição dentro do jogo social. Em jargão marxista, tratar-se-ia da questão da “consciência de classe”, embora aqui tomemos tanto a noção de “classe” quanto a de “consciência” de maneira um tanto mais mitigada do que o tratamento dispensado pela tradição marxista, como esperamos ter deixado claro.

Se nossa hipótese sobre o trabalho do sindicato na construção da representação dos trabalhadores e da influência desta no julgamento da sociedade realizada pelos próprios trabalhadores está correta, então é razoável presumir que, quanto mais próximo do sindicato o trabalhador estiver, mais propenso estará a adotar critérios de justiça que prevejam melhor distribuição de bens sociais (em sentido geral) independentemente dos mecanismos de mercado. Esperamos que os critérios de justiça dos trabalhadores influenciados pelo sindicato privilegiem a satisfação das “necessidades” dos indivíduos, em detrimento de critérios que privilegiem as “capacidades” (meritocracia). Esperaremos também que a percepção de desigualdades esteja correlacionada com estes critérios, de modo que, quanto mais forte for a importância das “necessidades” na determinação da distribuição de bens, maior será a percepção das desigualdades sociais e menor será a legitimação da ordem. Em um extremo estará um dirigente sindical; no outro, o trabalhador não sindicalizado que nunca teve contato com o sindicato, ou mesmo trabalhadores informais.

Prosperando a proposta organizada aqui, acreditamos que conseguiremos contribuir para este recente esforço da sociologia brasileira com uma perspectiva que foca nas instituições produtoras de critérios de justiça “de classe”, isto é, critérios produzidos através do manuseio da imagem dos “trabalhadores” pelo sindicato que os representa. A pequena bibliografia que foi produzida sobre este tema parece depender excessivamente da utilização teórica de “grupos sociais” que só existem estatisticamente. Grupos como “povo brasileiro” (Reis, 2004; Scalon, 2004), ou mesmo “40% mais pobres” (Cardoso, 2004; 2010), construídos para fins de análise de dados, embora auxiliem no desenvolvimento do argumento em geral, necessariamente ignoram as instituições de produção simbólica que se distribuem bastante desigualmente pelo espaço social. Realizam, assim, uma homogeneização artificial do contexto social específico dos indivíduos que compõem os grupos sobre os quais constroem suas análises. Dentre o “povo brasileiro” encontramos de trabalhadores extremamente precarizados a capitalistas milionários; dentre os “40% mais pobres” encontramos desde trabalhadores do comércio de luxo sindicalizados a indivíduos em situação de

indigência. Em suma: ainda que dois indivíduos se assemelhem quanto a alguma variável específica – renda, ocupação, nacionalidade, etc. –, estas análises ignoram a produção e reprodução de visões de mundo que derivam de uma experiência social em conjunto, como a que acreditamos poder encontrar em instituições como o sindicato de trabalhadores.

2 PERFIL SOCIAL DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO

O Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ) é o órgão de representação oficial de trabalhadores empregados no comércio, tendo base de atuação em três municípios do estado do Rio de Janeiro: a Capital, Paty do Alferes e Miguel Pereira. Sua sede fica em um edifício de nove andares situado à rua André Cavalcanti, no centro da cidade do Rio de Janeiro, próximo à rua Riachuelo. Além dela, existem subsedes localizadas nos bairros de Campo Grande, Barra e no município de Miguel Pereira. Em Madureira e Copacabana também existem duas subsedes, uma em cada bairro, mas estão desativadas. Por fim, em Paty do Alferes fica a colônia de férias do sindicato, chamada “Fazenda Vila Rica”.

No início de nossa pesquisa o sindicato estava realizando sua primeira campanha salarial em décadas. Acompanhamos as mobilizações, panfletagens, reuniões e assembleias, bem como o dia-a-dia do sindicato na construção de condições favoráveis que permitam melhores margens de negociação com os sindicatos patronais. Aos olhos dos atuais diretores e de seus assessores, os principais “patronais” são a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (FECOMERCIO), que agrega diversos sindicatos patronais, além de representar comércios inorganizados, o Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro (SINDLOJAS), que representa lojas de shopping e de rua, varejista de gêneros alimentícios (SINDGENEROS) que representa mercados e supermercados, e o sindicato varejista de material elétrico, eletrônico e eletrodoméstico (SIMERJ). No total, são 27 os sindicatos patronais perante os quais os quais o SEC-RJ representa seus trabalhadores⁸.

Se se pretende investigar a atuação de um sindicato, é fundamental partir da noção nativa de “categoria”, que significa o recorte de um conjunto de trabalhadores dentre o conjunto mais amplo de trabalhadores de um setor de atividade econômica, sendo aquele passível de representação legal⁹. Assim, na “categoria” dos trabalhadores do comércio do Rio de Janeiro encontram-se apenas parte de todos os trabalhadores ocupados no “setor” do comércio do município. Então, um dos objetos de estudo privilegiado de uma sociologia sindical é justamente a categoria, e não o conjunto dos

⁸ A lista de todos os patronais referidos encontra-se no Apêndice C desta dissertação.

⁹ A noção de “categoria” nos marcos legais atuais foi estabelecida pela própria Constituição Federal, em seu art. 8, inciso III, que delega aos sindicatos “a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria”. Sua origem, no entanto, parece ser bem anterior a 1988.

trabalhadores de uma determinada atividade econômica. Por outro lado, se se pretende investigar determinada prática econômica, determinado tipo de trabalho, determinada prática laboral, então deve-se ignorar a “categoria”, base dos sindicatos, e tomar o conjunto de indivíduos que possuem uma prática de trabalho semelhante. De modo que, teoricamente, as características desse conjunto podem variar muito em relação àqueles que formam uma base sindical, principalmente em função da não aplicação, neste conjunto, do critério da “formalidade”. Ser um empregado formal do comércio, isto é, ter sua carteira de trabalho assinada é pré-condição à participação sindical.

Assim, o sindicato, se é expressão das inclinações políticas de um conjunto de trabalhadores, o é do primeiro conjunto, isto é, da “categoria”. No Brasil, esse conjunto foi e é menor que o conjunto amplo dos trabalhadores, posto que o trabalho informal nunca foi a exceção para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, constituindo-se, antes, como regra (Cardoso, 2013). Como o sindicato apenas representa legalmente o conjunto de trabalhadores *formais*, é na relação específica estabelecida entre estes e o sindicato que devemos enxergar a célula básica de uma sociologia política sindical, sem prejuízo, evidentemente, da análise da relação com outras instituições intervenientes (empresas, governo, centrais sindicais, etc.).

Nosso intuito neste capítulo é, em primeiro lugar, dar “corpo” a esta categoria de “empregados formais do comércio”. Se pretendermos compreender como esses sujeitos julgam a justiça da sociedade na qual vivem é preciso, logicamente, estabelecer em que proporção existem na própria sociedade. Mas para que exista a categoria dos empregados do comércio basta que sejam oferecidos postos de trabalho nesse setor de atividade. No entanto, é preciso levar em consideração outras objetividades (idade, renda, escolaridade, etc.) que são também socialmente relevantes, e que tornam a existência social desses trabalhadores – e, portanto, sua compreensão e explicação pela sociologia – mais complexa. Procuraremos delinear o perfil social desses trabalhadores, de modo a, no percurso da pesquisa, nos dedicarmos a entender o papel desse perfil e das causas que o determinam nos julgamentos de justiça social. Em seguida, procuraremos delinear suas “objetividades de classe”, isto é, as imposições externas do mercado de trabalho como parte de suas situações típicas de trabalho. E o faremos para podermos conhecer um pouco melhor quais as situações estruturais (isto é, objetividades em geral enfrentadas por sujeitos que vendem sua força de trabalho ao empresariado do comércio, não as particulares de cada processo de trabalho específico

do comércio) encontradas pelos trabalhadores, e assim interpretar melhor suas opiniões sobre a desigualdade e a justiça da sociedade na qual vivem.

Para construir o perfil do trabalhador da base do SEC-RJ utilizaremos os dados do período compreendido entre os anos de 2006 e 2015, sendo este último o mais recente disponível da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹⁰. É importante demarcar três pontos antes de começarmos. Em primeiro lugar, os casos apresentados nos dados disponíveis não correspondem *exatamente* ao número de trabalhadores existentes. Isso porque a RAIS trabalha com a noção de *postos de trabalho*, não de trabalhadores, de modo que é possível, por exemplo, que um mesmo trabalhador ocupe dois postos de trabalho¹¹. De qualquer maneira, é bem provável que, na maior parte dos casos dos empregados no comércio, os trabalhadores estejam ocupados em apenas um posto de trabalho¹². Em segundo lugar, os dados que utilizamos para construir o perfil social e laboral dos trabalhadores do comércio *não abarcam a totalidade das empresas que exercem o comércio*. Como nossa proposta é explorar a influência de um sindicato específico sobre os trabalhadores de sua *base legal*, e não do comércio em geral, filtramos as informações dos registros administrativos de acordo com o perfil dos sindicatos patronais com os quais o SEC-RJ negocia. Explicaremos esse ponto mais abaixo, quando começarmos a construir os perfis.

Por fim, e o mais importante para o propósito desta pesquisa, a partir das diferentes dimensões a serem exploradas através dos dados procuraremos elaborar três perfis diferentes, para além do perfil do empregado no comércio da base do SEC-RJ em geral. Esses três perfis correspondem mais ou menos àqueles dos trabalhadores selecionados para a realização de entrevistas¹³. O interesse na elaboração desses perfis foi produzido de dupla forma. Em primeiro lugar, ele surge para procurar desenvolver a instigante hipótese elaborada por Trópia (1994), em seu estudo sobre os comerciários de

¹⁰ A RAIS, instituída pelo Decreto nº 76.900 de 23 de dezembro de 1975, é um registro administrativo do Ministério do Trabalho, de periodicidade anual e abrangência nacional. É composta pela declaração obrigatória acerca da existência de vínculos empregatícios e de algumas de suas características de todos os estabelecimentos empresariais existentes no país.

¹¹ Talvez o exemplo mais próximo para ilustrar essa situação seja o da profissão de professor, que tipicamente ocupa mais de um posto de trabalho.

¹² Afirmamos isso por conta da conhecida carga horária estendida dentre os trabalhadores do comércio. Infelizmente a RAIS não é uma boa base de dados para demonstrar isso, posto que ali constam declaradas as informações acerca do *contrato* de trabalho – que nunca ultrapassa os limites legais –, e não do trabalho efetivamente realizado. Para tanto, ver o boletim do DIEESE (2014), com dados referentes a algumas capitais brasileiras.

¹³ Apresentadas e analisadas em detalhe no capítulo 3.

São Paulo. Segundo a autora, o caráter conservador do Sindicato dos Comerciários de São Paulo (SECSP) era resultado de duas causas principais: a seleção consciente de associados de determinado perfil ideológico por parte daquele sindicato, através da adoção de ações que visavam trazer para o sindicato o trabalhador mais conservador; e a consciência política “conservadora”, e “pequeno-burguesa” desses associados, por sua vez produzida tanto pela forma de assalariamento mais comum dentre eles – a comissão por venda, que impediria a produção de uma solidariedade entre os trabalhadores de um mesmo estabelecimento, antes estimulando a concorrência entre eles – quanto por sua dispersão geográfica, que possuiria o mesmo efeito de impedir a produção de laços de solidariedade. Trópia toma por tipos ideais de seu argumento dois trabalhadores, opostos enquanto suportes de determinada consciência política. Um, o vendedor comissionista, disperso em milhares de pequenos estabelecimentos e fortemente competitivo em relação aos colegas; outro, o trabalhador dos supermercados, que recebe salário fixo, de trabalho repetitivo e precarizado, reunido em grandes unidades empresariais, tipicamente supermercados. Enquanto o primeiro seria conservador, típico suporte de uma ideologia pequeno burguesa fundada em uma falsa meritocracia, o segundo seria consciente de sua posição de explorado, e teria produzido os levantes grevistas mais radicais já vistos no comércio. A conclusão política é que o SEC-SP seria a barreira de contenção institucional desses interesses da base dos supermercados.

Embora não trabalhem na mesma perspectiva marxista que a autora, como esperamos ter deixado claro no primeiro capítulo, acreditamos que as situações específicas de trabalho dos empregados no comércio possam ter certo efeito na percepção das desigualdades e nos critérios de justiça adotados por cada um deles, por determinarem não só a forma como sua mão de obra é subordinada, mas principalmente os “prêmios” materiais e ideais “conseguidos” através de sua atividade laboral. E, embora não tenhamos tido fôlego para adentrar o vasto debate acerca do processo de trabalho¹⁴, procuraremos, neste capítulo, construir perfis diferenciados para os dois tipos destacados pela autora, o trabalhador lojista de vestuário e o trabalhador de supermercados, bem como para um terceiro, que acreditamos ser, de certa forma, intermediário. Trata-se do vendedor de eletrodomésticos, típico de lojas como Casas Bahia, Ponto Frio, etc. Em seu ambiente de trabalho, embora também estejam sujeitos à concorrência entre colegas, trabalham por vezes em lojas de médio porte, não tão

¹⁴ Vastidão bem representada em Ramalho (1991)

grandes quanto os supermercados, mas maiores que a típica loja de vestuário e acessórios, o que facilitaria, segundo a autora, a produção de uma “consciência de classe”. Além disso, trata-se de um ramo muito mais monopolizado por grandes redes que as frequentes “firmas familiares” encontradas dentre o pulverizado ramo de vestuário e acessórios.

A segunda razão pela qual tentamos produzir alguns perfis típicos advém da composição da própria diretoria do SEC-RJ. Dos trinta diretores eleitos para o atual mandato (2015-2020) existem dez provenientes do comércio varejista de gêneros alimentícios – basicamente supermercados –, oito do comércio varejista de material elétrico, eletrônico e de eletrodomésticos, quatro de lojas situadas em shopping, sendo três dentre eles do comércio varejista de vestuário e acessórios – tipicamente, “lojistas” –, e mais oito diretores de ramos variados. Se pretendemos isolar o efeito do sindicato sobre a percepção da desigualdade e os critérios de justiça dos indivíduos, então é bom que procuremos equalizar as diferentes dimensões que afetariam esses elementos, de modo a reduzir os ruídos de outras experiências de trabalho sobre a dimensão que mais nos interessa. Dessa maneira, procuramos construir perfis tendo a composição da diretoria por referência, procedimento este, aliás, que seguimos para selecionar os entrevistados não sindicalizados.

Em suma, este capítulo pretende destacar os possíveis elementos estruturais a partir dos quais os empregados em geral do comércio e os dos perfis específicos que produzimos vivem e interpretam a realidade de seu trabalho.

2.1. **Evolução recente da atividade econômica do comércio**¹⁵

Dada a importância econômica do setor do comércio no Brasil, tanto como produtor de valores quanto como empregador, surpreende a escassez de estudos sobre seus trabalhadores. Nos últimos anos, o setor tem aumentado cada vez mais sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional e aumentado também sua contribuição à criação de postos de trabalho no país. Passemos rapidamente em vista os números que atestam sua importância.

¹⁵ Infelizmente não dispomos de tempo e espaço para fazer uma crítica extensa da produção dos dados que utilizaremos nesse capítulo; por ora aceitamos os pressupostos implícitos na sua produção – boa parte dos quais, aliás, ainda desconhecemos –, procurando apenas incorporar algum equilíbrio em nossa argumentação onde nos parecerem mais evidentes os seus limites.

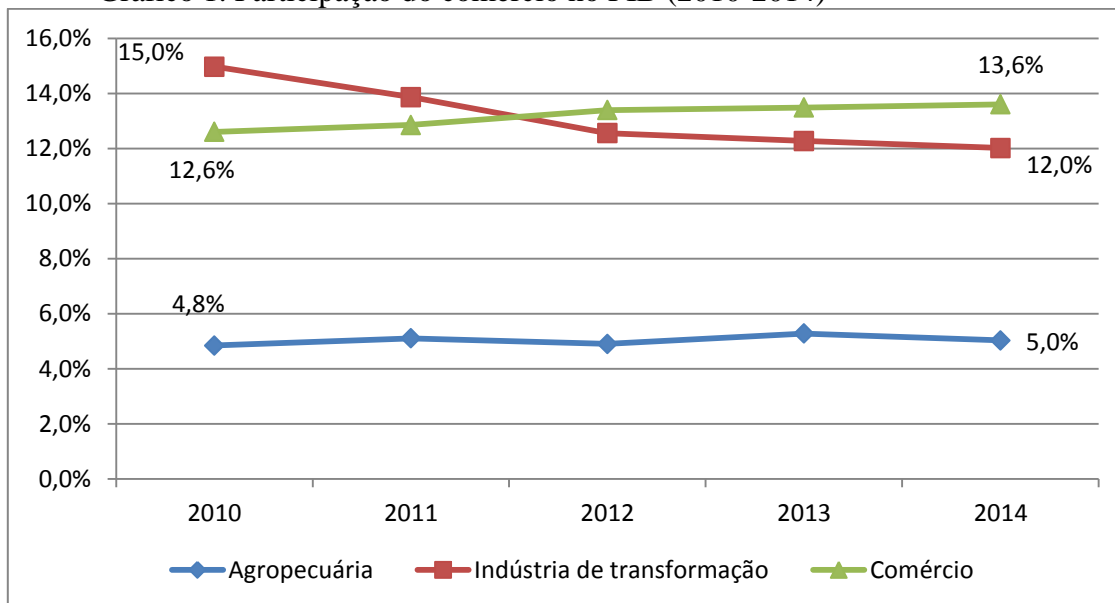
Segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE-IBGE), em 2014 existiam no Brasil 5.103.357 pessoas jurídicas cadastradas. Dessas, 90,67% (cerca de 4,6 milhões) são entidades empresariais, sendo que 40,08% delas (cerca de 2 milhões) são classificadas como integrantes da seção “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)¹⁶. É, disparado, o maior percentual dentre as grandes divisões da CNAE. O setor que possui o segundo maior número de empresas, o de “Atividades administrativas e serviços complementares”, possuía, no mesmo ano, 451.353 entidades empresariais registradas, o que correspondia a apenas 8,8% do total de empresas registradas.

Além disso, segundo os dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, o comércio vem aumentando a cada ano sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Se em 1995 o setor representava cerca de 7% do valor total do PIB, 20 anos depois, em 2015, passava a representar cerca de 11%. No mesmo período, os setores da indústria de transformação e de construção civil representavam, respectivamente, 13,03% e 6,49%, em 1995, e, em 2015, 10,67% e 4,98%. Ainda segundo o IBGE, em sua Pesquisa Anual do Comércio (PAC), realizada desde 2012, as empresas do setor tiveram em seu conjunto uma receita operacional líquida em 2014 – último ano que teve seus resultados divulgados até o momento em que escrevemos – de quase R\$ 3 trilhões. Desse total de receita, 43,4% são provenientes do comércio varejista. E apenas o segmento denominado “comércio não especializado”, que inclui supermercados e hipermercados, foi responsável por 14,5% de toda a receita operacional líquida do setor – cerca de R\$ 430 bilhões¹⁷. O gráfico 1 abaixo permite visualizar a evolução da participação do comércio no PIB nacional nos últimos 20 anos.

¹⁶ A CNAE é produto da elaboração da Comissão Nacional de Classificação, entidade criada em 1994 e coordenada pelo IBGE; procura homogeneizar a classificação das atividades econômicas do país, fornecendo a classificação oficial para as estatísticas nacionais. É periodicamente renovada, e se encontra em sua versão “2.0” atualmente.

¹⁷ Informações provenientes da Pesquisa Anual do Comércio, 2014, realizada pelo IBGE.

Gráfico 1. Participação do comércio no PIB (2010-2014)



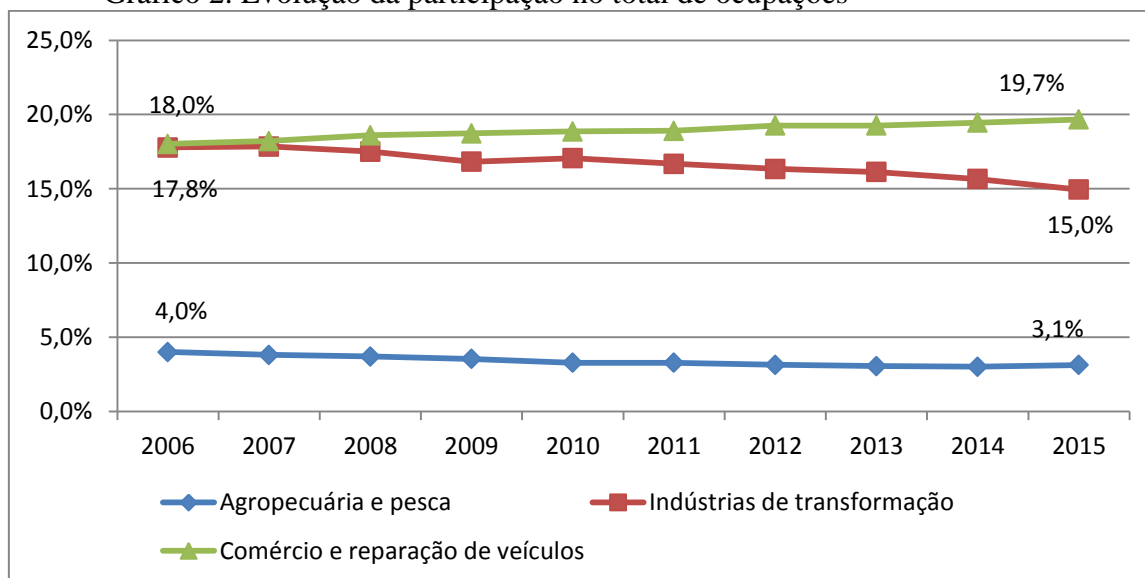
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

A gigantesca discrepância no número de empresas entre o setor do comércio e os demais não ocorre quando olhamos para os números relativos ao pessoal formalmente ocupado. Isto provavelmente ocorre pela própria distribuição geográfica do comércio, principalmente o varejista, que, embora possua muitas empresas de grande porte – como as grandes redes de supermercados –, ainda parece se caracterizar pela imensa quantidade de micro e pequenas empresas, o que eleva o número de empresas existentes. O montante de empresas não é bom indicador da produção de ocupações.

Segundo o mesmo CEMPRE-IBGE, o total ocupado de pessoas no Brasil em 31 de dezembro de 2014 era de cerca de 55,2 milhões, sendo que 48,2 milhões seriam de pessoal ocupado assalariado, isto é, 87,3% do total. Desse montante, 9,3 milhões, ou 19,3% do total, seriam de pessoal assalariado de empresas cuja atividade fora classificada como de comércio ou reparação de veículos. No setor de indústrias de transformação encontramos 17,6% do total de pessoal ocupado assalariado.

São números bastante significativos, cuja tendência em direção ao aumento da importância do comércio vem se consolidando com o passar dos anos, confirmando o setor do comércio como maior empregador de mão de obra do país. A partir de 2006 o número de empregos formais do comércio ultrapassa o das indústrias de transformação, e desde então a distância entre ambos só fez aumentar, semelhantemente ao que observamos na participação no PIB nacional. O gráfico 2 abaixo ilustra bem este movimento:

Gráfico 2. Evolução da participação no total de ocupações



Fonte: RAIS-MTE 2006-2015

Parece-nos fato fora de dúvida a relevância econômica da atividade do comércio como um todo em âmbito nacional, tanto como setor que mobiliza grandes volumes de valor quanto como empregador de vasto contingente da mão de obra nacional.

2.2. Quem é o(a) trabalhador(a) empregado(a) do comércio da base do SEC-RJ?

2.2.1. O emprego no comércio na base territorial do SEC-RJ

O município do Rio de Janeiro produz a segunda maior contribuição para o PIB nacional (sendo responsável por 5,19% dele); o primeiro lugar é ocupado por São Paulo (que contribui com 10,87%). Em terceiro lugar temos Brasília, com 3,4%, e em seguida Belo Horizonte (1,5%) e Curitiba (1,4%). O setor do comércio possui importância central nessa colocação: ele é a atividade com terceiro maior valor adicionado bruto¹⁸ do município.

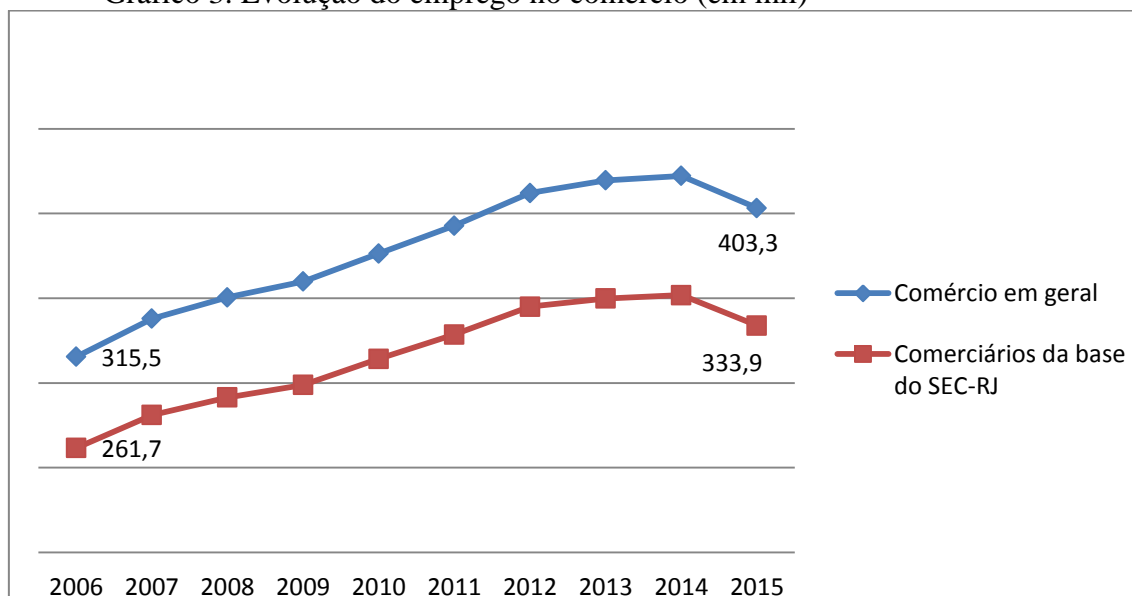
Essa potência econômica se reflete na produção de postos de trabalho. Segundo a RAIS, o ano de 2015 terminou com o município do Rio de Janeiro contando com pouco mais de 2,5 milhões de vínculos de emprego formal. Desses, 16,6% eram empregos do setor do comércio, pouco mais de 400 mil postos de trabalho – número esse que pouco cresce quando acrescentamos os postos de trabalho no comércio

¹⁸ Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

encontrados em Miguel Pereira (1.129) e Paty do Alferes (993), municípios que também são da base do SEC-RJ. Para chegarmos à estimativa final da base retiramos os vínculos relativos aos ramos do comércio que fazem parte de outras bases sindicais, e então chegaremos a exatamente 333.867 vínculos de trabalho em 2015, ou 82,8% de todos os vínculos do comércio para esse ano nestes municípios.

O gráfico 3 abaixo permite visualizar a evolução dos postos de trabalho no comércio em geral e na base do SEC-RJ:

Gráfico 3. Evolução do emprego no comércio (em mil)



Fonte: RAIS-MTE 2006-2015

Desde 2006 o emprego no comércio vem se expandindo ininterruptamente, com uma desaceleração e queda ao final de 2015. A média anual da expansão do emprego foi de 2,8%, com um total de 25,2% de expansão no período e um recuo de 5,1% em 2015, último ano da série, dada a grave crise econômica pela qual o país já então passava, e que segue presente ainda hoje.

2.2.2. Os diferentes setores de atividade do comércio

Como dissemos acima, a base do SEC-RJ não é formada pelos trabalhadores de todos os ramos do comércio, embora seja formada pela ampla maioria dos empregados formais: em 2015, 82,8% daqueles que trabalhavam formalmente no comércio eram da base do sindicato. Ao todo, partindo da CNAE mais recente, a base é formada pelo

conjunto de trabalhadores de 70 diferentes “classes”¹⁹ de comércio de um total de 82 possíveis. Dentre estes segmentos que selecionamos, o conjunto daqueles que fazem parte do comércio varejista são de longe os maiores empregadores: em 2015, 78,8% dos vínculos estiveram inseridos nele. Justamente por isso as dez “classes” que mais empregaram nesse ano foram do varejo, conforme a tabela 1 abaixo:

Tabela 1. As dez “classes” de comércio com maior número de vínculos

CNAE 2.0 Classes	Nº de vínculos em 2015	%	% acum.	Colocação
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	58816	17,6%	17,6%	1º
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	36408	10,9%	28,5%	2º
Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	20997	6,3%	34,8%	3º
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	19255	5,8%	40,6%	4º
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	17071	5,1%	45,7%	5º
Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	10287	3,1%	48,8%	6º
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	10111	3,0%	51,8%	7º
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	9765	2,9%	54,7%	8º
Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	8638	2,6%	57,3%	9º
Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	8059	2,4%	59,7%	10º

Fonte: RAIS-MTE 2015

¹⁹ Termo técnico utilizado pela CNAE. Nada tem a ver com o conceito de classe social. A hierarquia completa para a classificação das atividades econômicas é: Seção => Divisão => Grupos => Classes => Subclasses.

Em conjunto, esses 10 segmentos agregam quase 60% dos vínculos de emprego existentes na base do SEC-RJ. Notamos também que o comércio de produtos alimentícios é o maior empregador: se somarmos o primeiro colocado e o quinto, que são de natureza semelhante e diferem apenas quanto ao tamanho dos estabelecimentos, chegaremos a 22,7% do total de vínculos da base, o que corresponde ao que encontramos na composição tanto da diretoria quanto do quadro social do sindicato.

A tabela 2 abaixo traz a distribuição dos associados ao SEC-RJ por sindicatos patronais aos quais as empresas para as quais trabalham estão vinculadas.

Tabela 2. Número de associados distribuídos por patronal

Sindicatos patronais	Associados	%	% acum.
SINDLOJAS	1441	33,9	33,9
SINDGÊNEROS	1249	29,4	63,4
SIMERJ	442	10,4	73,8
SINDIFER	166	3,9	77,7
SINDIÓPTICA	86	2,0	79,7
SINDIMOVEIS	70	1,6	81,3
Outros	792	18,7	100,0
Total	4246	100,0	

Fonte: SEC-RJ. Elaboração própria.

Infelizmente, os dados oferecidos pelo próprio SEC-RJ não nos permitiram elaborar a exata classificação do ramo de atividade da empresa para a qual cada associado possuía vínculo no final de 2016, apenas a distribuição por sindicato patronal. Isso é particularmente limitador no que tange ao SINDLOJAS, patronal que congrega o maior número de associados, porque tudo indica que a situação dos trabalhadores lojistas é bastante heterogênea (trabalhadores de lojas de rua do centro da cidade versus trabalhadores de lojas de shoppings de luxo, por exemplo). Ainda assim, a tabela é útil para pelo menos mostrar onde estão concentrados os sócios do sindicato. Os setores lojistas (SINDLOJAS), de mercados e supermercados (SINDGENEROS) e de venda de produtos elétricos, eletrônicos e eletrodomésticos (SIMERJ) agregam nada menos que 73,8% dos associados.

É interessante notar como as duas primeiras posições estão “invertidas” no quadro dos associados, se comparado à tabela que apresenta os setores com maior número de vínculos de trabalho. O maior número de trabalhadores nos supermercados da base territorial do SEC-RJ não se reflete no quadro de sócios. Se dispuséssemos de

dados confiáveis sobre as datas de filiação ao sindicato, talvez pudéssemos testar uma das hipóteses desenvolvida por Trópia (1994), de que o sindicato estaria “selecionando” seus associados dentre os mais identificados com sua linha ideológica. De qualquer maneira, dada a conturbada história recente do SEC-RJ, é difícil dizer por enquanto se há ou houve uma política deliberada de seleção dos associados por parte dos dirigentes sindicais.

2.2.3. Características dos trabalhadores

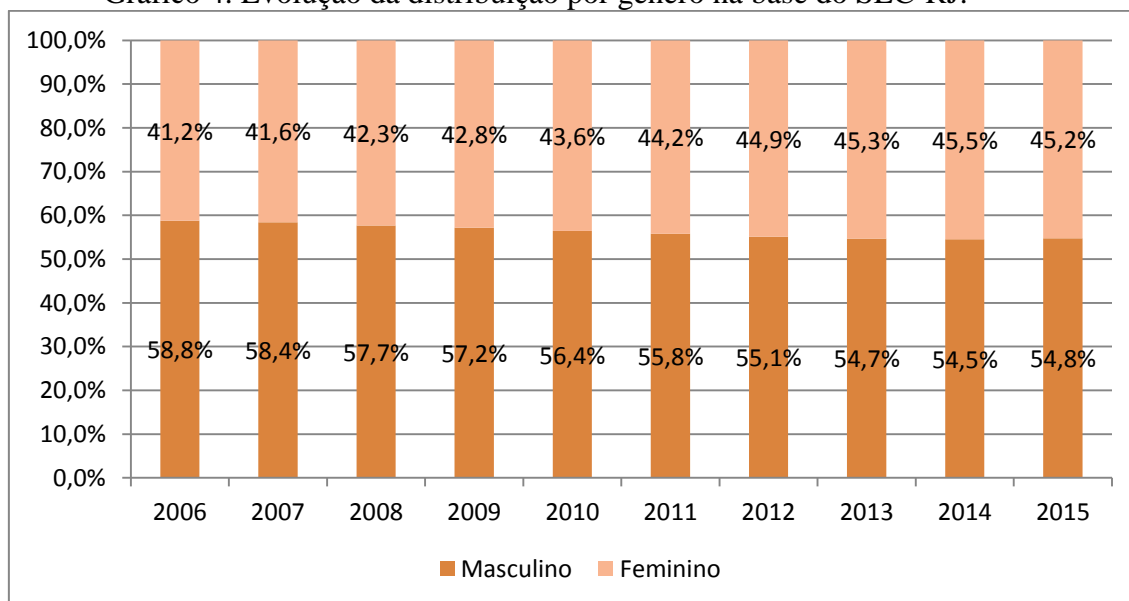
a) Gênero

Começamos então a construção do perfil aproximado do contingente de trabalhadores aos quais em tese correspondem esses vínculos empregatícios formais a partir de algumas variáveis sociodemográficas. Em primeiro lugar, dentre os trabalhadores da base do SEC-RJ, em 2015, encontramos 54,8% de homens e 45,2% de mulheres. Esses montantes acompanham o encontrado na população economicamente ativa para todos os setores econômicos: tendo por referência o Brasil, o estado do Rio de Janeiro ou sua capital, o percentual de participação econômica dos diferentes gêneros é bastante semelhante²⁰. Isto é, não parece haver, nessa dimensão, seleção por gênero para o trabalho no comércio em geral.

Nos últimos anos, como, aliás, na população economicamente ativa em geral, é possível observar o crescimento da fração feminina no comércio. O gráfico 4 abaixo apresenta a evolução da distribuição por gênero dentre a base do SEC-RJ:

²⁰ Para os percentuais de gênero do país e do estado, utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015.

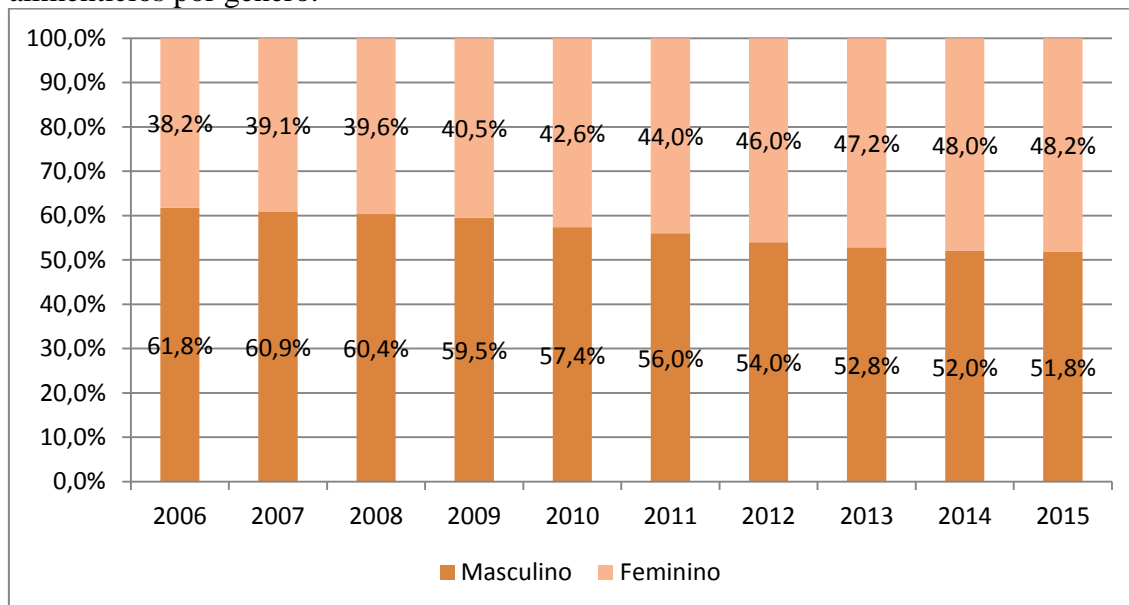
Gráfico 4. Evolução da distribuição por gênero na base do SEC-RJ.



Fonte: RAIS-MTE

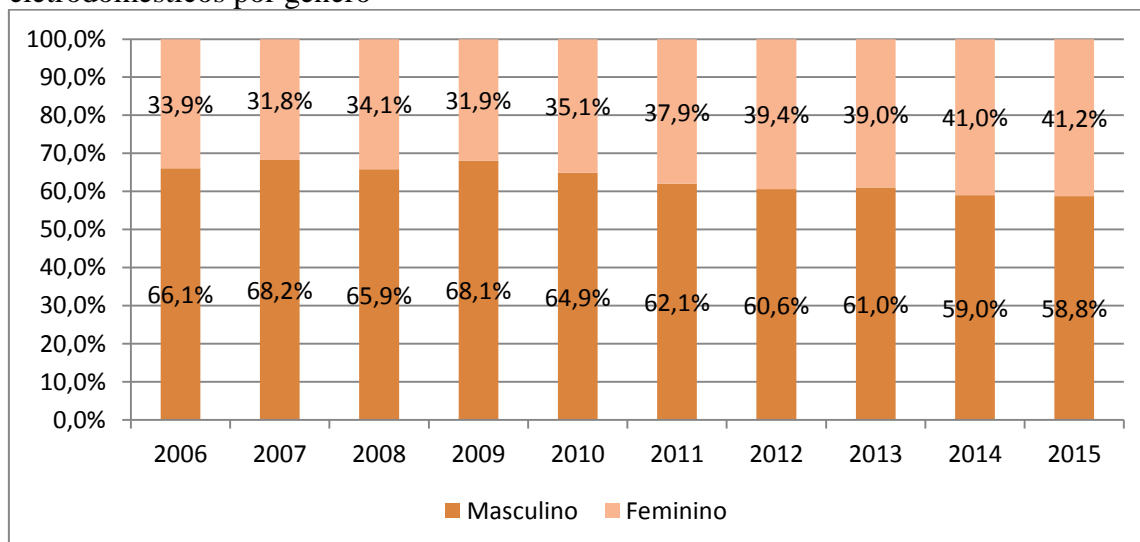
Os dados sobre os três perfis que destacaremos apresentam algumas variações. Vejamos nos gráficos 5, 6 e 7 abaixo:

Gráfico 5. Evolução da distribuição dos trabalhadores do comércio de gêneros alimentícios por gênero.



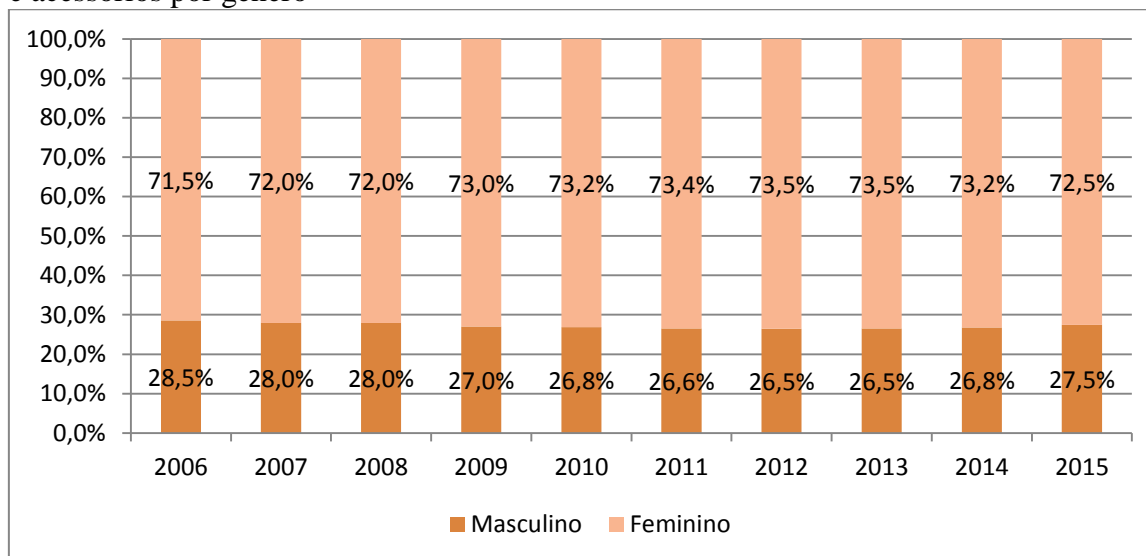
Fonte: RAIS-MTE

Gráfico 6. Evolução da distribuição dos trabalhadores do comércio de eletrodomésticos por gênero



Fonte: RAIS-MTE

Gráfico 7. Evolução da distribuição dos trabalhadores do comércio de vestuário e acessórios por gênero



Fonte: RAIS-MTE

Nos dois primeiros conjuntos de trabalhadores também notamos claramente um aumento anual de trabalhadoras que passam a ocupar mais posições no mercado formal de trabalho. Em ambos é possível notar um aumento de cerca de 10% na composição por gênero, indicando a gradual, mas constante, entrada das mulheres no mercado de trabalho formal. Isso não acontece no último conjunto delineado, onde a composição de gênero praticamente não é alterada no período considerado; no entanto, a última distribuição evidencia uma maciça maioria de mulheres trabalhadoras. Esses dados

indicam o perfil do próprio tipo de comércio exercido neste segmento: “vestuário e acessórios” majoritariamente voltados para o consumidor feminino.

b) Idade

A média de idade dos trabalhadores do comércio da base do SEC-RJ era de 36,2 anos em 2015, contando com um grande número de jovens: quase 40% deles possuem até 29 anos, e cerca de 70% possui até 39 anos, como podemos ver na tabela 3 abaixo:

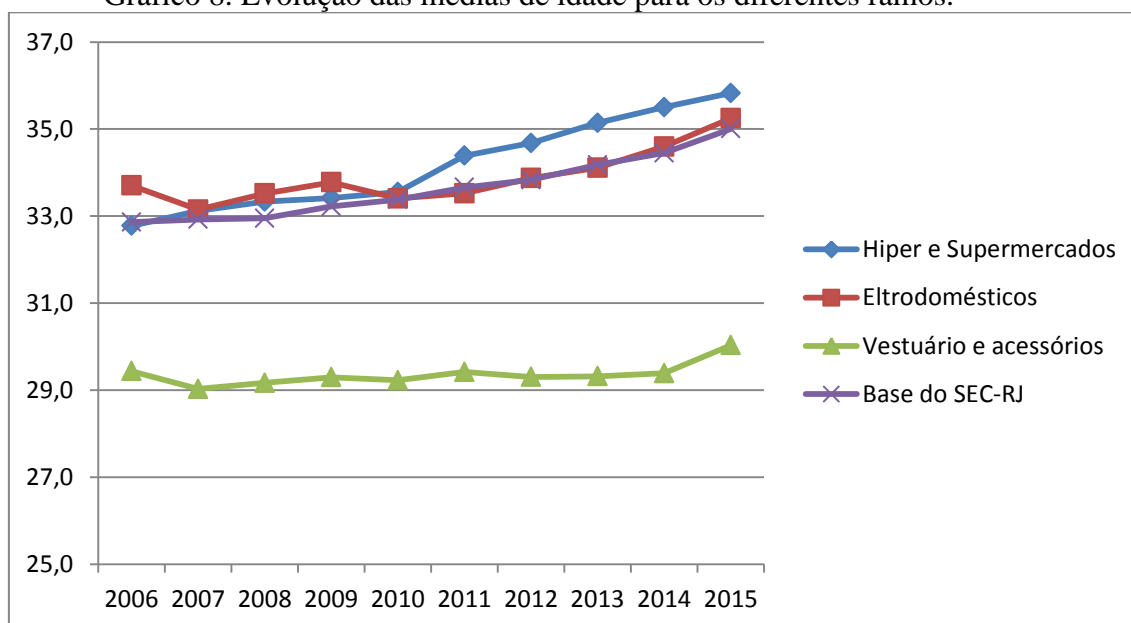
Tabela 3. Distribuição dos trabalhadores da base do SEC-RJ por faixa etária em 2015

Faixa etária	Percentual	% acum.
10 a 14	0,00%	0,0%
15 a 17	0,54%	0,5%
18 a 24	21,47%	22%
25 a 29	17,81%	39,8%
30 a 39	29,63%	69,5%
40 a 49	17,40%	86,9%
50 a 64	12,18%	99%
65 ou mais	0,97%	100%
Total	100,00%	

Fonte: RAIS-MTE

Observemos agora as médias de idade:

Gráfico 8. Evolução das médias de idade para os diferentes ramos.



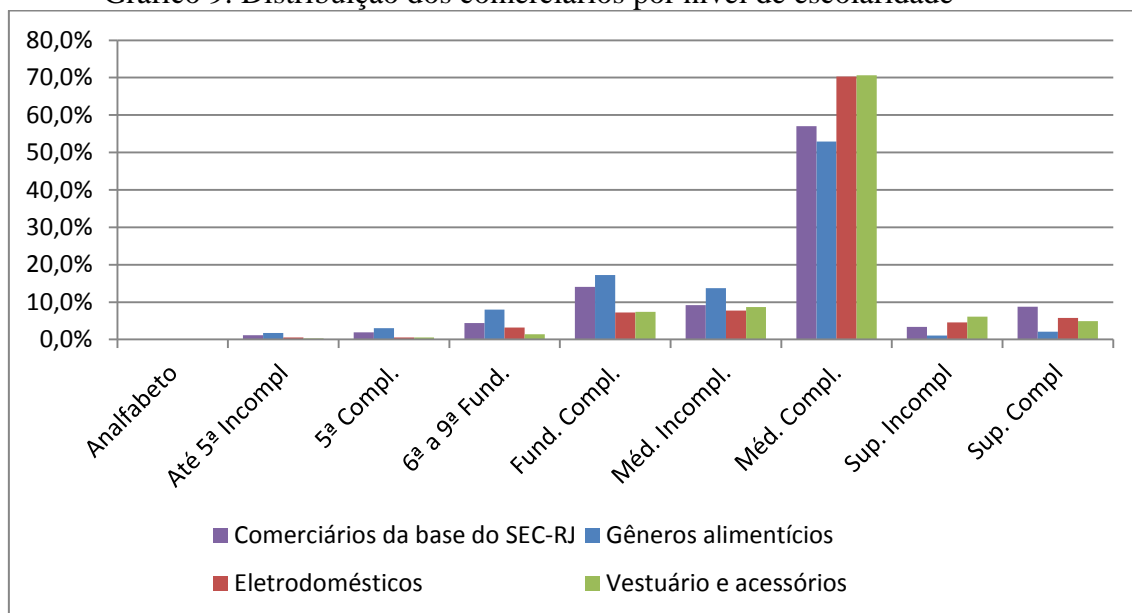
Fonte: RAIS-MTE

É interessante notar como a média de idade dos trabalhadores do setor varejista de vestuário e acessórios é bem menor que a dos outros dois perfis. Provavelmente temos aqui um setor no qual a rotatividade de trabalhadores é muito alta, sendo mesmo visto como um emprego temporário para boa parte deles. A baixa idade também pode indicar a confirmação do senso comum segundo o qual o trabalho em lojas de vestuário é considerado algo passageiro, voltado para jovens que querem começar sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, uma das entrevistas que realizamos²¹ apontou para a possibilidade de haver uma verdadeira barreira para a contratação de trabalhadores “não-jovens” para as lojas de vestuário.

c) Escolaridade

Quanto à escolaridade, é fácil notar uma grande concentração de trabalhadores no ensino médio completo. Em 2015 a maioria dos trabalhadores o possuía (57,1%), como mostra o gráfico 9 abaixo, já apresentando a distribuição para os perfis específicos:

Gráfico 9. Distribuição dos comerciários por nível de escolaridade



Fonte: RAIS-MTE

Apesar da moda da distribuição estar no ensino médio completo para todos os perfis, é importante destacar a distribuição específica dos trabalhadores do ramo dos

²¹ A de Rodolfo. Ver cap. 3.

gêneros alimentícios: cerca de 40% deles *não* logrou concluir o ensino médio. Para os trabalhadores do ramo especializado em eletrodomésticos o percentual de indivíduos nessa situação é de 19%, enquanto para os do ramo do vestuário é de 18%. Esses são dados que indicam uma primeira diferenciação clara entre os “tipos” de trabalhadores do comércio aqui construídos. A qualificação exigida para o trabalho no setor de gêneros alimentícios parece ser bem inferior à exigida para os outros ramos, provavelmente contratando indivíduos situados em posições mais desprestigiadas na hierarquia social.

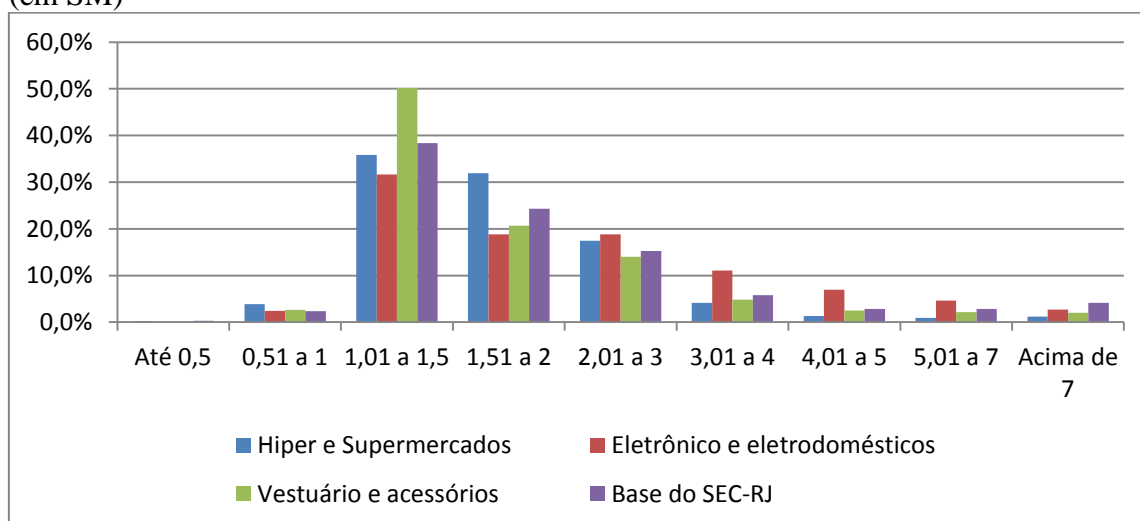
2.2.4. Características do emprego

Nessa seção procuraremos abranger tudo aquilo que nos permite compreender a estrutura na qual o empregado do comércio da base do SEC-RJ está inserido em sua relação com o mundo do trabalho. É a partir do que esses dados aqui expostos indicam – e apenas indicam, nem mais, nem menos – que o trabalhador pensa e interpreta a distribuição de bens na sociedade. A relação dele com o seu trabalho, que determina em boa medida sua sobrevivência e de seus familiares, é central, embora a visão dele sobre essa relação seja passível de ser compreendida das mais variadas formas. A própria atividade de trabalhar, em si, nada determina; mas a interpretação sobre o ato de trabalhar é fundamental, pois se espraia pelas outras relações sociais na qual as pessoas estão inseridas tanto quanto em seu trabalho.

a) Remuneração

Vejamos primeiramente a remuneração dos empregados do comércio por faixas, em 2015:

Gráfico 10. Distribuição dos comerciários por faixas de remuneração em 2015 (em SM)

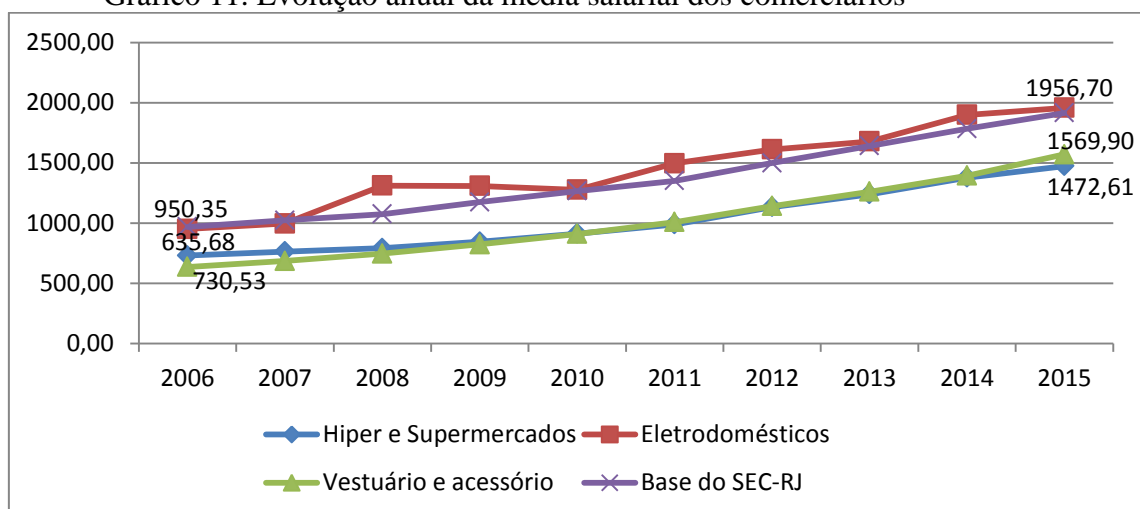


Fonte: RAIS-MTE

No gráfico 10 podemos notar que o salário mínimo é um dos principais referenciais no estabelecimento da remuneração dos trabalhadores do comércio da base do SEC-RJ. A moda da distribuição para todos os “tipos” encontra-se na faixa de 1,01 a 1,5 salários mínimos, que agrega 38,4% dos vínculos totais. Além disso, cerca de 65% dos trabalhadores recebem *até* 2 salários mínimos. A situação é ainda pior para os trabalhadores do setor de gêneros alimentícios e vestuário. Dentre eles, nada menos que 70% recebiam até 2 salários mínimos em 2015, e menos de 5% dentre eles recebiam acima de 5 salários mínimos.

Vejamos o gráfico 11 abaixo:

Gráfico 11. Evolução anual da média salarial dos comerciários



Fonte: RAIS-MTE

Em 2015 a remuneração média dos trabalhadores da base do SEC-RJ atingiu cerca de R\$ 1900. Nos últimos dez anos, a remuneração média desses trabalhadores cresceu 97,8%, enquanto a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) variou 60,3% no mesmo período. Assim, podemos dizer que houve um crescimento de quase 40% da remuneração real desses trabalhadores. Ganhos semelhantes também podem ser observados para os três perfis que destacamos, embora o trabalhador do setor de eletrodomésticos tenha uma média salarial claramente mais alta que os outros dois perfis especificados.

É provável que o movimento que este dado indica favoreça interpretações mais “benevolentes” acerca de desigualdade de nossa sociedade, uma vez que nos últimos dez anos o trabalho formal tem proporcionado ganhos reais aos trabalhadores, aumentando o acesso a bens. De fato, em algumas das entrevistas que realizamos o bom momento vivido nos anos anteriores a 2015 é ressaltado pelos entrevistados, mas principalmente como algo que deveria estimular as pessoas a trabalhar: “o trabalho compensa”.

b) Tamanho dos estabelecimentos

Observar o tamanho dos estabelecimentos nos permite um olhar panorâmico sobre um elemento fundamental da sociabilidade dos trabalhadores. É razoável supor que, quanto menor o estabelecimento, mais fisicamente próximas serão as relações entre o trabalhador e seu patrão, contribuindo para que a relação de trabalho seja vivida mais como uma relação pessoal.

Na tabela 4 abaixo temos o montante de empresas de comércio relativas a cada faixa de trabalhadores para 2015:

Tabela 4. Distribuição das empresas de comércio por faixas do número de postos de trabalho

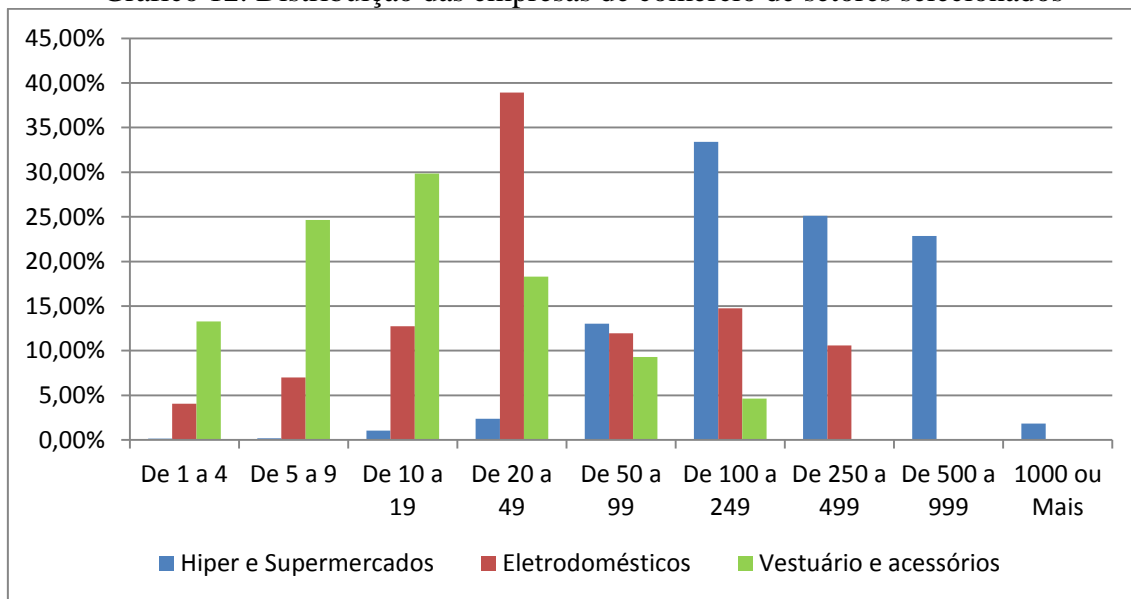
Faixas de postos de trabalho	Total	%	% acum.
De 1 a 4	36105	10,8%	10,8%
De 5 a 9	50697	15,1%	25,9%
De 10 a 19	53065	15,8%	41,7%
De 20 a 49	56665	16,9%	58,6%
De 50 a 99	36094	10,8%	69,4%
De 100 a 249	44778	13,4%	82,7%
De 250 a 499	25468	7,6%	90,3%
De 500 a 999	21558	6,4%	96,7%
1000 ou Mais	10957	3,3%	100,0%
Total	335387	100,0%	

Fonte: RAIS-MTE

A tabela acima nos mostra que cerca de 40% das empresas onde se encontram os trabalhadores da base do SEC-RJ possuem até 19 funcionários, o que corrobora o perfil do comércio como atividade econômica bastante dispersa, tipicamente formada por pequenas e médias unidades e que não favoreceriam a visão do trabalhador como em posição de interesse contraposta à de seu patrão.

No entanto, dada a heterogeneidade da organização do comércio – que envolve de pequenas empresas de propriedade familiar a faraônicos hipermercados –, é de se esperar encontrarmos grandes diferenças entre os vários estabelecimentos. Para tanto, o gráfico 12 apresenta a distribuição das empresas de comércio dos perfis que vimos discutindo até aqui para o ano de 2015:

Gráfico 12. Distribuição das empresas de comércio de setores selecionados



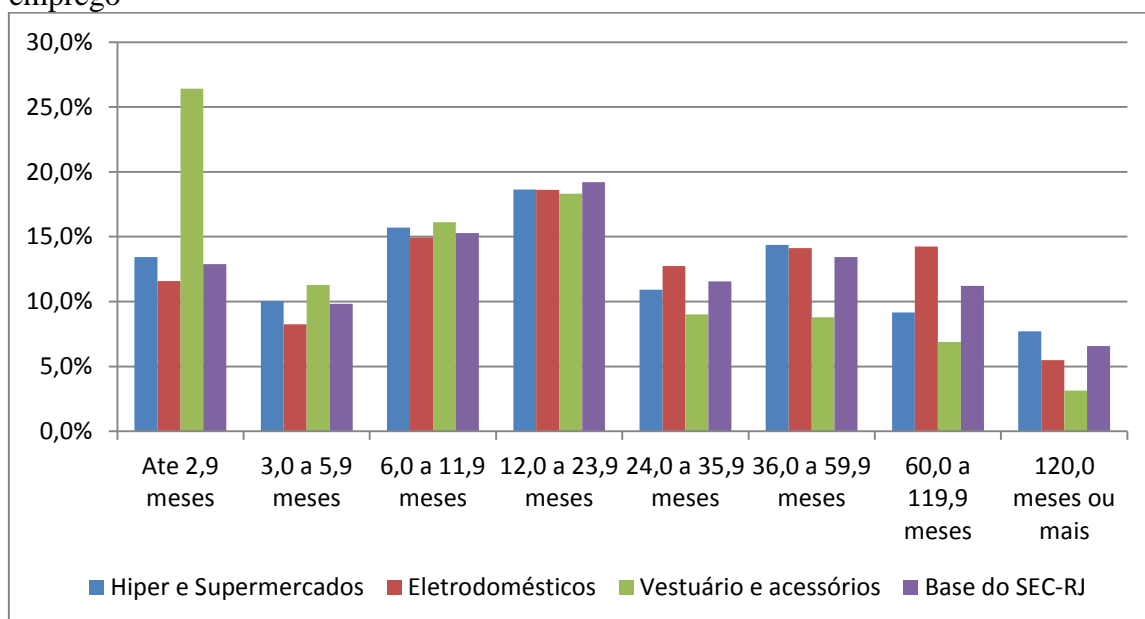
Fonte: RAIS-MTE

De fato, é evidente a diferença entre os setores, principalmente entre os dois que possuem maior número de empresas, o de Hiper e Supermercados (58.816 unidades) e o de Vestuário e Acessórios (36.408 unidades). Enquanto o primeiro possui quase metade de suas unidades (49,8%) com *mais* de 250 empregados, o segundo possui 67,8% com *até* 19. A partir desses dados é possível imaginar que os trabalhadores desses dois segmentos, ainda que estejam classificados sob o mesmo grande setor de atividade econômica, ou que façam parte de uma mesma base sindical, ou mesmo que possuam uma média de renda próxima, vivam realidades de trabalho completamente diferentes. Se essa realidade laboral possui algum impacto na forma como os trabalhadores interpretam a sociedade na qual vivem, então o tamanho do estabelecimento no qual trabalham talvez seja uma das variáveis mais importantes a serem levadas em consideração. Infelizmente, na presente pesquisa apenas poderemos avançar nesse sentido via entrevistas.

c) Tempo de emprego

A nosso juízo, observar o tempo de emprego que um trabalhador possui numa empresa é importante porque indica o grau de rotatividade do segmento no qual está inserido, grau esse que, por sua vez, indica a precariedade do vínculo de trabalho. Vejamos o gráfico 13, que representa faixas de tempo de emprego para o ano de 2015:

Gráfico 13. Distribuição do percentual de vínculos por faixas de tempo de emprego



Fonte: RAIS-MTE

Estes são dados que impressionam. Em todos os perfis apresentados, pelo menos *metade* dos trabalhadores possui vínculo por *até* dois anos. No perfil de trabalhadores de “vestuário e acessórios” esse montante chega a 72%. Em outras palavras, apenas 27,8% dos trabalhadores desse segmento estavam no mesmo emprego há mais de dois anos em 2015. Embora o número seja menor nos outros perfis e para o trabalhador da base do SEC-RJ em geral, eles também apresentam uma taxa ainda alta.

Isto significa dizer que o trabalhador do comércio parece ser bastante desenraizado, isto é, não cultiva muito tempo “de casa” e, portanto, não tende a produzir em seu trabalho laços duradouros com seus colegas. Pelo contrário: a relação entre colegas tende a ser reduzida às experiências imediatas de trabalho, sendo difícil a construção de uma história compartilhada no local de trabalho. Isso não significa dizer, no entanto, que esses trabalhadores necessariamente migrem para outros ramos de atividade econômica, sendo provável, na verdade, o contrário. De fato, nas entrevistas que realizamos, percebemos a enorme rotatividade existente no trabalho no comércio²².

²² Causou-nos espanto o depoimento de alguns trabalhadores, que declararam já ter passado por literalmente dezenas de estabelecimentos.

2.3. Conclusão

Apesar da grave crise econômica que o país tem enfrentado desde 2014, os postos de trabalho no comércio se encontram em nível bem mais alto do que em anos anteriores, e sua participação no total de empregos formais existentes não parece tender a baixar, embora seu montante total varie negativamente, em função da profunda crise econômica e política instalada no país desde então. Quem são os trabalhadores que ocupam esses postos? Em que estruturas estão inseridos? Procuramos responder a essa questão a partir dos dados disponíveis nas bases quantitativas existentes, de modo a termos uma visão meramente panorâmica dos sujeitos vinculados a esse setor tão heterogêneo.

Em primeiro lugar, embora seja um setor econômico bastante diversificado, e que agrega realidades de trabalho bastante diferentes por conta da distribuição de trabalhadores por muitos setores, é evidente o grande peso que o comércio varejista de gêneros alimentícios tem para o trabalho comerciário. Como notamos acima, 22,7% de todos os postos de trabalho dos segmentos da base do SEC-RJ em 2015 vieram deste segmento, quase 60 mil vínculos. Curiosamente, esse fato não se reflete no quadro de sócios do sindicato; nele, são os lojistas que se apresentam em maior número, embora os empregados do setor de gêneros alimentícios sejam os segundo mais presentes. Dada a precariedade dos dados oferecidos pelo próprio sindicato, infelizmente não nos foi possível determinar o movimento diferencial, no tempo, de adesão à instituição por pelos “tipos” de comércio que delineamos aqui. Isso talvez nos permitisse observar se a variação da composição dos sócios por setores sofreu alguma influência da mudança ideológica ocasionada pela eleição de uma nova diretoria.

Quanto ao gênero, pudemos notar a gradual e constante entrada de pessoas do gênero feminino na força de trabalho do comércio. O setor de supermercados é o mais equilibrado neste quesito, apresentando uma distribuição por gênero condizente com a situação da população ocupada em geral no município. Os trabalhadores do setor de material elétrico, eletrônico e eletrodoméstico e de vestuário e acessórios, no entanto, apresentaram perfil oposto: o primeiro apresentou maior peso dentre o gênero masculino, embora também tenha sentido o aumento da presença feminina; já o segundo é maciçamente dominado pelo gênero feminino, e não apresentou variação significativa nesse quesito nos últimos dez anos. Também é esse setor o que apresentou a média de idade mais baixa dentre todos, talvez sinal da seleção dos empregadores por

trabalhadores mais jovens, que mantenham certa imagem de “estar na moda” do empreendimento com seus próprios corpos.

Outra diferenciação dentre os perfis sociais dos trabalhadores do comércio ocorre no nível de instrução. Os dados relativos a essa dimensão permitem concluir que o trabalhador vinculado a supermercados é claramente menos formalmente instruído. Cerca de 40% deles não completou o ensino médio. Apesar de mais da metade deles terem chegado a esse nível, ele é o seu teto. Para os outros perfis, o ensino médio é sempre a moda da distribuição, e, de fato, pouquíssimos possuem instrução acima dela.

Quanto à remuneração, embora tenhamos percebido um forte crescimento real de cerca de 40% na média de remunerações, em 2015 cerca de 65% dos trabalhadores da base do SEC-RJ recebiam *até* dois salários mínimos. Situação pior que a média enfrentavam os trabalhadores do setor de gêneros alimentícios e vestuário: cerca de 70% deles recebiam até dois salários mínimos, e menos de 5% recebiam mais de cinco. Embora receber acima de cinco salários mínimos seja virtualmente impossível para esses trabalhadores, todos experimentaram forte aumento real recentemente, acima da inflação dos últimos dez anos, de modo que é de se esperar dentre eles não a sensação de tragédia que o corte fotográfico das faixas de remuneração favorecem, mas o sentimento *contrário*, o de que o seu trabalho está sendo recompensado.

É curioso notar como a usual correlação positiva entre escolaridade e renda se inverte ligeiramente para os casos dos trabalhadores de supermercados e de vestuário e acessórios. Apresentando um nível geral de escolaridade mais precário, 71,8% dos trabalhadores de supermercados recebem até 2 salários mínimos, enquanto 73,6% os trabalhadores do comércio de vestuário e acessórios recebem na mesma faixa. A nosso ver, essa correlação se explica se levarmos em consideração a grande diferença entre as médias de idade. Por serem por vezes ocupações que não exigem maior qualificação especificamente *escolar* – como veremos nas entrevistas, a experiência *on the job* é bastante valorizada –, o comércio de vestuário parece ser uma forma de grande número de pessoas jovens terem acesso rápido ao mercado de trabalho, seguindo outros rumos profissionais em seguida (no comércio ou não). De fato, a entrevistada mais nova (21 anos) com quem conversamos afirmou sua convicção de que não continuaria trabalhando com vendedora por muito tempo. Esses jovens iniciantes no mercado de trabalho provavelmente recebem salários mais baixos, salários estes que seriam os responsáveis por puxar a composição das faixas de remuneração desse setor para baixo,

a despeito de sua significativa “superioridade” escolar em relação aos trabalhadores de supermercados.

Conseguimos notar uma clara diferença também em uma dimensão que impacta diretamente o cotidiano laboral do trabalhador: o tamanho dos estabelecimentos. No conjunto dos diferentes ramos do comércio, encontramos o de vestuário e acessórios concentrado em pequenas lojas, o de eletrodomésticos em lojas de tamanho médio, e os supermercados em grandes estabelecimentos, praticamente só existindo com estabelecimentos que empregassem acima de cinquenta trabalhadores. Se o trabalho em grandes estabelecimentos favorece a organização e “conscientização” dos trabalhadores, como quer Trópia (1994), então deve-se esperar, já em nosso registro teórico, que esses trabalhadores adotem posições fortemente críticas à desigualdade de renda, adotando para si critérios de justiça que levem em consideração antes as necessidades das pessoas que as suas capacidades no mercado.

Em suma, os trabalhadores do comércio da base do SEC-RJ, seja qual o perfil destacado, enfrentam duras condições de trabalho e de remuneração, embora neste quesito os últimos anos tenham sido benéficos, apesar de não ter sequer arranhado o perfil de baixa remuneração do setor. E, embora sejam também jovens, a primeira greve em décadas da categoria foi realizada apenas em 2016, pouco depois da posse da nova diretoria. Acreditamos que apenas as violências estruturais relacionadas ao trabalho, que procuramos delinear aqui, não são capazes de explicar tudo o que existe na relação entre posição de classe e ação política. É o que procuramos deixar claro no primeiro capítulo dessa dissertação, e reforçamos aqui com a apresentação dos dados precedentes: é preciso buscar *também* nas formas de justificação da desigualdade existente e percebida a explicação para a sua manutenção sem muita resistência. É sobre essa dimensão que pretendemos avançar no próximo capítulo.

3 INDIVIDUALISMO, MÉRITO E TRABALHO

3.1. Sobre as entrevistas

3.1.1. Objetivos

Ao tentar unir dialeticamente os esforços da teoria política e da sociologia política preocupada em pesquisar critérios de justiça, David Miller (1992) oferece uma visão abrangente das dimensões interligadas por essa questão, cotejando várias pesquisas empíricas. A leitura deste seu artigo permite notar a imensa variedade de formas de pesquisar o tema, o que nos obriga a estabelecer uma distinção: trata-se aqui de analisar as crenças e sentimentos sobre *justiça distributiva*. Seria possível ainda a pesquisa sobre o que o autor chama de justiça retributiva, aquela que foca os resultados do processo penal; e, ainda, a dimensão da justiça procedimental, que se preocupa antes com os procedimentos de distribuição que com seus resultados. Esta última é a dimensão privilegiada por Jorge Vala e Cristina Marinho (2003) para analisar os sentimentos de justiça em Portugal, a partir da análise dos resultados do mesmo *survey* aplicado no Brasil em 1999, cujos principais resultados teóricos comentamos no primeiro capítulo desta dissertação.

A análise dos estudos sobre justiça distributiva em Miller (1992) é bastante esclarecedora sobre os diferentes métodos possíveis de abordar a questão, mas, a nosso ver, a virtual ausência de consideração pelas diferenças que uma estrutura de classes sociais produz na socialização dos indivíduos – e, portanto, dentre outras coisas, em suas crenças sobre o que é justo e injusto – compromete gravemente os resultados empíricos que apresenta. Dizer que “as pessoas” acham justo determinado resultado distributivo significa aceitar implicitamente certa “equivalência social” entre todos os indivíduos que comporiam a expressão “as pessoas”. Particularmente no Brasil, pensar sobre a distribuição de bens significa pensar uma ação social cujos pontos de partida e de chegada representam uma radical desigualdade/diferença entre os indivíduos, retirando qualquer sentido sociológico da expressão “as pessoas” como sujeito, se é que existe alguma sociedade sobre a qual ela faça sentido sociológico.

O eixo central desta pesquisa – a influência do sindicato dos comerciários sobre a percepção de desigualdades e os critérios de justiça dos trabalhadores – foi elaborado por nossas principais referências (Cardoso, 2004, 2010; Scalon, 2004; Reis, 2004) a

partir da interpretação das respostas obtidas através de um *survey*. Embora na literatura internacional, particularmente anglo-saxã²³, o tema pareça ser bastante desenvolvido, ele parece ter despertado pouco interesse no Brasil. Isso nos levou a refletir sobre os riscos científicos de abordar um objeto relativamente pouco trabalhado nas ciências sociais brasileiras²⁴ a partir de informações objetivadas produzidas com foco na quantidade. Scalon e Oliveira (2012), ao recorrerem à técnica do grupo focal para discutir a percepção de desigualdades, nos mostraram a grande riqueza que técnicas focadas menos na objetividade das respostas poderiam oferecer para a questão.

De fato, parafraseando Raymond Boudon (2013) ao abordar a sociologia dos valores, se dentro a teoria política “profissional”, realizada em geral nas instituições acadêmicas por indivíduos em dedicação exclusiva, encontramos uma miríade de posições acerca do que seja justo, por que seria diferente na imensa parte da população que não tem o tema como particularmente destacado nas suas vidas? Assim, o recurso a técnicas de pesquisa que permitam uma incursão mais livre do pesquisador no interior do mundo normativo dos sujeitos pesquisados nos pareceu a melhor forma de contribuir para o tema. Embora a contribuição seja humilde, dada a condição de resultado de um curto período de pesquisa, mais importante é sempre procurar afiar nossos instrumentos de trabalho em uma direção correta – ainda que a própria pesquisa, por enquanto, não seja capaz de nos levar tão longe quanto gostaríamos. Justificamos assim nossa escolha por realizar entrevistas semi-estruturadas, que permitem que a conversa entre pesquisador e pesquisado “respire” melhor. O que procuramos com elas foi, justamente, *expandir* o universo que estamos pesquisando, e não *restringir* respostas – objetivo para o qual outras técnicas provavelmente deveriam ser utilizadas. Assim o fizemos também justamente por não saber exatamente quais dimensões teriam maior influência sobre nosso objeto de pesquisa. Queríamos, com o trabalho prático de pesquisa, encontrar novos campos da experiência vivida por nossos entrevistados que poderiam ter relação com aquilo que estávamos pesquisando. A influência diferencial do trabalho nos diferentes ramos do comércio, por exemplo, nos chegou durante o trabalho empírico.

Por esse motivo, por vezes – sempre explicitadas no texto – nos permitiremos elaborar sobre as afirmações de até um indivíduo apenas, se aquilo que apresentou nos

²³ Ver a revisão de Clara Sabbagh (2001).

²⁴ Não cometeríamos o desatino de afirmar que o tema da desigualdade social e de sua percepção é novidade na literatura sociológica brasileira; apenas afirmamos que o meio de abordá-la a partir da análise dos determinantes ideais do sentimento de justiça o é.

parecer digno de ser explorado por futuras pesquisas, por representar um aspecto socialmente relevante, embora pouco presente no conjunto de nossos entrevistados. Mas esse procedimento também apresenta suas restrições, tanto em abstrato quanto na sua realização prática. Em primeiro lugar, ele permite apenas a determinação de algumas direções para novas pesquisas, sendo o momento da “conclusão” bastante difuso, ainda que no próprio texto do pesquisador elas pareçam bastante definitivas. A questão é que concluímos a partir de um número bastante limitado de entrevistas, que estão longe de serem “representativas” do universo pesquisado, embora a seleção delas tenha sido feita buscando algo semelhante ao que seria “representativo”.

Em segundo lugar, temos as restrições das próprias entrevistas. É fácil concordar que as entrevistas com sindicalistas – que as veem mesmo como parte de seu próprio trabalho, o que exige toda uma “musculação” do pesquisador para produzir uma sensação de que se está perguntando ao indivíduo, e não ao cargo que ele ocupa – diferem muito daquelas com trabalhadores não sindicalistas. Em geral, sindicalistas falam enquanto sindicalistas, mas nem sempre trabalhadores falam enquanto trabalhadores, isto é, tendo seu trabalho por sua referência de “projeção” do personagem que constroem ao responder as perguntas. Há também o problema bastante concreto de *realizar* as entrevistas. Embora tenhamos conseguido quase todas as entrevistas que gostaríamos de ter feito – cujos critérios descreveremos abaixo –, as entrevistas realizadas durante o horário de trabalho foram inevitavelmente prejudicadas por fatores do próprio ambiente de trabalho: foram mais curtas e menos elaboradas pelos entrevistados.

Foi bastante difícil realizar entrevistas com trabalhadores não sindicalizados justamente porque apenas dispunham do horário de trabalho para tanto. Todos os trabalhadores que entrevistamos e que estavam ativos (nem todos estavam no “chão de loja”: alguns estavam recém-desempregados, outros “liberados” para atuar pelo sindicato) simplesmente não dispunham de tempo livre durante o horário de trabalho, salvo um curtíssimo horário de almoço. Tampouco a hora de chegada ao local de trabalho e a de saída constituíam bons momentos para conversas mais alongadas; a esperança de entrevistarmos trabalhadores após o expediente pareceu para nós como claramente utópica após algumas poucas tentativas: apenas para sociólogos uma longa conversa ao fim do expediente sobre temas que só a eles interessam parecerá prazerosa... Por esse motivo, as entrevistas que realizamos nessas situações terminaram sendo mais curtas que as outras, realizadas em situações na qual o trabalhador não

estava em seu horário de trabalho. Felizmente, apenas quatro das entrevistas que realizamos se deram nesses termos.

Como de praxe, os nomes apresentados dos entrevistados são fictícios, de modo a preservar sua identidade.

3.1.2. Critérios para seleção dos entrevistados

No segundo capítulo desta dissertação procuramos construir alguns “tipos” de trabalho no comércio, simplesmente organizando os dados estatísticos obtidos em função dos diferentes ramos de atividade. Assim o fizemos para que pudéssemos obter dados específicos relativos aos tipos de trabalho da maioria dos indivíduos que compõem a diretoria do SEC-RJ hoje, de modo a ter uma forma de restringir sua diversidade àquilo que encontramos na diretoria quando entrevistássemos os trabalhadores. Esse expediente tinha duplo objetivo metodológico. Em primeiro lugar, “isolar” de alguma maneira o “efeito-sindicato” da influência de outras dimensões. Ainda que seja evidente que dentro de cada ramo do comércio existam diferenciações bastante grandes entre os trabalhadores, entrevistando trabalhadores de ramos semelhantes acreditamos restringir um pouco as prováveis oscilações. Em segundo lugar, ele tornava possível comparar as opiniões dos trabalhadores de cada ramo entre si, de modo a, talvez, permitir alguma conclusão acerca da influência singular do trabalho em ramos específicos sobre a subjetividade do trabalhador.

Seguindo esses cuidados, realizamos dezesseis entrevistas. Dessas, oito foram com sindicalistas e oito com trabalhadores sem nenhum vínculo com o sindicato: nem diretores, nem associados. Divididas por setor, temos: cinco entrevistas de trabalhadores de supermercados (três diretores e dois não sindicalizados); quatro do setor de material elétrico, eletrônico e eletrodoméstico (dois diretores e dois não sindicalizados); e cinco de trabalhadores do setor de vestuário e acessórios (dois diretores e três não sindicalizados). Realizamos ainda duas entrevistas que não se encaixam nos tipos delineados: uma com um diretor do sindicato que possuía vínculo com uma empresa de comércio de bebidas, o único que entrevistamos que estava inserido no setor de atacado; e outra com uma trabalhadora não sindicalizada do comércio de artigos para cama, mesa e banho, vinculada a uma loja “de rua” da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no bairro da Taquara.

Além de nosso roteiro de entrevistas²⁵, fizemos pequeno uso de um instrumento típico de survey²⁶. São quatro questões retiradas do *survey* já citado no primeiro capítulo, que procuravam dar conta de duas dimensões. As duas primeiras questões perguntavam ao entrevistado quanto ele achava que recebia em média, mensalmente, os trabalhadores de determinadas profissões e, em seguida, quanto achavam que as mesmas profissões *deveriam* ganhar, isto é, quanto seria justo que recebessem por seu trabalho; as duas últimas questões ofereciam cinco modelos de sociedade, exibindo cinco diferentes maneiras de se representar a distribuição dos indivíduos em uma sociedade de acordo com sua renda (em forma de pirâmide, losango, ampulheta, etc). Mesmo cientes de que o conjunto daqueles que entrevistamos está longe de ser “representativo” do conjunto geral dos trabalhadores ou dos sindicalistas, em sentido estatístico, pensamos que seria frutífera a tentativa de mensurar de forma mais ou menos objetiva, e ainda que precariamente, a forma como os indivíduos distribuiriam idealmente a renda. Nossa intenção inicial era realizar o mesmo expediente metodológico que guiou a própria construção do survey original, qual seja, a de simplesmente medir a distância entre o imaginado como “real” e o imaginado como “ideal” – e, de fato, as utilizamos para tanto, como exporemos mais abaixo.

3.2. Resultados das entrevistas

A realização das entrevistas nos levou a concordar com a afirmação de Miller (1994) segundo a qual os indivíduos não adotam um ou outro critério de justiça em absoluto nos seus julgamentos, antes pesando vários critérios e chegando à conclusão através de certo equilíbrio entre eles. “Capacidades” e “necessidades”, então, excluem-se um ao outro apenas em sentido teórico, mas nunca prático.

Isto dito, encaremos de frente a questão que nos mobiliza centralmente: afinal, há alguma diferença, quanto aos critérios de justiça adotados, entre trabalhadores dirigentes sindicais e trabalhadores sem proximidade com o sindicato? Devemos afirmar que sim, mas com bastante cautela: a vivência sindical não parece estar correlacionada com uma mudança drástica de critérios de justiça. A maioria dos dirigentes que entrevistamos mantém a ideia comum de que a remuneração do trabalho deve ser

²⁵ Cujos dois modelos – para sindicalistas e não-sindicalistas – encontram-se respectivamente nos apêndices “A” e “B”.

²⁶ Que podem ser encontrados nos anexos I e II

produto de *ambos*, necessidades e capacidades dos trabalhadores; mas enquanto as capacidades são vistas positivamente, as necessidades o são negativamente; isto é, a justiça está em *recompensar as capacidades, mas restringir a remuneração das necessidades*. É nesse sentido que podemos afirmar que o critério das necessidades está subordinado ao das capacidades. Esta subordinação é defendida, com ainda mais força, pelos trabalhadores não próximos à entidade sindical.

Esse resumo, no entanto, invisibiliza alguns achados que nosso trabalho empírico permitiu vislumbrar, ainda que apenas superficialmente. Qual é o sentido exatamente que o grupo de entrevistados atribui à remuneração pelo trabalho? O que compõe, afinal, as capacidades? Em nosso primeiro capítulo a terminologia para nos referirmos à questão foi necessariamente aberta. Confrontadas com a interpretação particular dos indivíduos, no entanto, as palavras ganham outras conotações, que não se referem mais a enunciados gerais, mas à prática direta dos indivíduos. Por isso, são necessariamente interpretadas de maneira particular para cada um. De outro lado, porém, não estaríamos aqui se não fosse possível elaborar, a partir das interpretações “nativas”, um argumento geral sobre as práticas dos indivíduos *a partir de seus próprios pontos de vista*, isto é, de sua própria racionalidade. Trata-se aqui, ainda, de sociologia compreensiva. Assim, à semelhança da análise de Weber (1974) sobre a “psicologia social” das religiões mundiais, na próxima seção procuraremos apresentar a visão de mundo que emana do conjunto das entrevistas com uma unidade maior do que pôde ser observada em cada uma das entrevistas individuais. Apenas na seção seguinte discutiremos as principais *diferenças* que encontramos, que acreditamos ser determinadas pela influência da vida sindical.

3.2.1. Em busca de um sistema geral de pensamento: a importância do indivíduo

Em primeiro lugar é preciso destacar do conjunto das entrevistas a importância da *ação individual*. Com uma única exceção, todos os entrevistados fizeram questão de ressaltar a importância da vontade individual, do esforço, como justo determinante não apenas para a obtenção de renda através do trabalho, mas também de qualificação, prestígio profissional, e mesmo “vitórias” de sua capacidade de obtenção de bens, como a construção da própria casa ou a compra de um carro. O indivíduo e sua capacidade de ação, bem como os corolários normativos dessa potência imaginada – a ideia de que é possível a um indivíduo disposto encontrar um trabalho, aumentar sua renda, ascender

socialmente, etc. – são o elemento central do “sistema de pensamento” que podemos derivar das entrevistas. Em uma analogia pretensiosa, diríamos que a noção de “indivíduo capaz” está para o pensamento de nossos entrevistados assim como a noção de “mercadoria” está para a análise do modo de produção capitalista marxiano: é sua “forma elementar” (MARX, 2008:57).

Corolário desse destaque do indivíduo como agente privilegiado da sua própria sobrevivência e, principalmente, da possibilidade de ascensão social via trabalho é a importância dada à questão das “oportunidades”. A existência de poucas oportunidades para a obtenção de renda e bens via trabalho seria *o principal obstáculo* imposto ao indivíduo para o seu “sucesso” na vida, limitando sua capacidade de agência. Alguns exemplos disso:

Saulo (sindicalista):

Entrevistador: - Deveriam ser levadas em consideração a condição e a performance [para a remuneração pelo trabalho]?

Saulo: - Sim, mas qual priorizar? Isso que eu tô pensando, entende? Por que assim, partindo do entendimento que a performance, ela vem de estudo e prática, então assim, dentro da nossa realidade o cara que estuda mais, ele tem melhores oportunidades e tem melhores salários, entendeu? Isso seria justo se todo mundo tivesse as mesmas oportunidades de estudo, o cara pudesse estudar a mesma coisa que o cara estudou lá, mas ele não quis. Eu acho que é uma questão dele. Acho que é meio por aí, meio por aí, meio nessa linha.

Henrique (sindicalista):

Entrevistador: - Você tem alguma opinião sobre o porquê de não ter mais gente [pobre que ascendeu socialmente]?

Henrique: - Ah, aí opinião é complicado também, é complexo, porque é tudo aquilo que eu falei né, cara, oportunidade, crescer com as mesmas oportunidades de quem estuda em escolas boas, os de escolas ruins.

Pedro Ivo (sindicalista):

Entrevistador: - Mas você falou igualdade na educação, saúde e alimentação e igualdade de renda? Você acha que [a sociedade brasileira] deveria ser mais igual ou não?

Entrevistado: - Acho que uma coisa leva a outra. Né, se você tem o... Se você primeiro, se você tem uma boa escola, você tem uma boa base, você vai também galgar melhores salários. Você vai estudar, vai fazer uma faculdade, uma pós, um mestrado, um doutorado pra ganhar mais.

Eduarda:

Entrevistador: Deixa eu te perguntar uma coisa. Você acha que a nossa sociedade é desigual?

Entrevistada: Bastante. Uns tem oportunidade demais.

Rodrigo:

Entrevistador: - Você acha que deveria ser mais igual [a sociedade brasileira]?

Entrevistado: - Sim.

Entrevistador: - Por que você acha isso?

Entrevistado: - Por que daria oportunidade pra todo mundo. Muitas pessoas não tem oportunidade. Às vezes é por causa de idade como eu falei, por causa de cor, a gente sabe que tem isso aqui no mundo inteiro, não é só aqui no Brasil, no mundo inteiro tem esse problema.

Em praticamente todas as entrevistas, mas particularmente dentre os vendedores, este limite da oferta de oportunidades, percebido como bastante pronunciado na sociedade brasileira, é visto como a principal *causa* de sua desigualdade social. Na visão dos entrevistados em geral, se houvesse mais oportunidades para os indivíduos demonstrarem suas capacidades, certamente a sociedade brasileira seria menos desigual. A centralidade do “indivíduo capaz” produz também uma base de identificação geral com os outros indivíduos. Isso porque alinha todos a um mesmo “ponto de partida”: se há desigualdades sociais, isso não ocorre, a rigor, por conta de diferenças *essenciais* entre os indivíduos (de cor, “raça”, “sangue”, etc.). O que produz essas desigualdades são as diferenças de *oportunidades* oferecidas. Além disso, esse alinhamento produz também uma *solidariedade* àqueles que se encontram impossibilitados de realizar suas capacidades de uma forma satisfatória. É aqui que a questão da remuneração das *necessidades* encontra seu encaixe na “filosofia social” da maioria dos entrevistados: deveriam ter suas necessidades levadas em conta em sua remuneração na exata medida em que permitiriam ao indivíduo livrar-se das obrigações mais básicas da reprodução de sua própria vida. As respostas “variam” de alimentação a moradia, nunca chegando, por exemplo, ao lazer, ou mesmo ao financiamento de qualificação educacional, saúde, consumo, filhos, etc.

Assim colocada a questão das causas da desigualdade, parece que os entrevistados minimizam a existência de múltiplos *interesses* dentro daquilo que pensam ser a sociedade brasileira. Estendendo o raciocínio, seria como se os mecanismos de retribuição de bens fossem “neutros” em relação ao interesse particular de indivíduos e grupos (o que não significa afirmar que estes não existam), a crítica devendo ser realizada apenas em relação aos “gargalos” existentes em seu funcionamento. Liberando esses gargalos, isto é, oferecendo mais oportunidades a todos, o “sistema” funcionaria corretamente, premiando indivíduos esforçados e qualificados com ascensão social, e punindo aqueles preguiçosos ou simplesmente sem

desejo de ascensão no trabalho e/ou em sua vontade de se qualificar – esta entendida basicamente como obtenção de escolaridade formal.

Mas há uma situação imaginada que leva à inserção de “interesses” neste “modelo”. Com pouquíssimas variações – que serão analisadas mais adiante –, esse raciocínio parece conduzir à percepção de que os “governantes” seriam os responsáveis pela conformação de uma sociedade desigual. Ao atuar apenas em função de seus próprios interesses individuais ou de “classe” – quando são percebidos como um verdadeiro estamento –, os “governantes” deixam de cumprir sua obrigação de melhorar a eficiência do sistema de retribuição meritocrático: agir para produzir uma melhor distribuição de oportunidades. Eles seriam, assim, os principais responsáveis pela perpetuação da desigualdade social brasileira. Podemos ver isso em alguns trechos:

Pedro Ivo (sindicalista):

Entrevistador: - Mas qual que você acha que é a causa dessa desigualdade toda? Porque o Brasil é um país muito desigual, né, e além dessa causa histórica [escravidão], você acha que teria alguma outra?

Entrevistado: - Desinteresse dos governantes. É lamentável e, cara, eu fico muito triste, eu fico olhando assim, às vezes, quando eu vou andando até a central, se você passar ali pelo Souza Aguiar, não sei se você...

Entrevistador: - Eu sei, eu estudei ali, já estudei ali perto.

Entrevistado: - Você vê ali, cara, moradores de rua, sabe. Aí você vê, “porra, os governantes será que não tão vendo isso?”.

Neide (sindicalista):

Entrevistador: - E por que você acha que a gente, o país e o Rio chegaram nessa situação de desigualdade tão grande? Você tem alguma ideia?

Entrevistada: - Ai, eu acho que chegou porque, porque as pessoas deixaram de ser humanas mesmo, sabe? Deixaram a dignidade de lado. Porque as pessoas, porque os governantes que não conhecem a realidade de um trabalhador normal. Eles nunca passaram por isso, eles nunca precisaram pegar uma condução cheia, eles nunca precisaram deixar os seus filhos em casa dentro de uma comunidade, muitas vezes com o tráfico na sua porta. Então a realidade deles eu acho que é totalmente diferente dessas pessoas. Então devido a essa condição eles não fazem um governo pra atender essa população. Eles fazem um governo equiparando que eles têm ali, por eles.

Renato:

Entrevistador: - Por que você acha que no Rio é tão desigual?

Entrevistado: - Eu só culpo só uma coisa, os políticos, tá? O político de hoje, né, o sistema político hoje é a doença do país. Você vê muito aí que nos tempos dos militares foi uma época negra em certo ponto. Mas não tinha a corrupção que existe hoje, tinha, por exemplo, um bandido mandando na sociedade fazendo o que quer, matar quem quer. O político rouba milhões e o patrimônio dele não é confiscado, ele fica pra dar um cala-boca na sociedade ele fica dois meses, dois meses não, três anos, ele fica no máximo regime fechado dois anos e o resto vai ficar em prisão domiciliar.

Vana:

Entrevistador: A senhora acha que a nossa sociedade é muito desigual? (...)

Entrevistada: Eu acho.

Entrevistador: Tem alguma causa que a senhora imagina que seja...?

Entrevistada: Eu acho que é má distribuição da renda né, os governantes não visam o lado do povo realmente, cada um quer ver só o seu umbigo. São poucos que tão engajados em se preocupar com os mais necessitados. Eu acho assim. Eles não se preocupam muito com isso não.

Entrevistador: O que a senhora acha do papel dos empresários nessa desigualdade, acha que eles têm algum papel ou o problema é do governo mesmo?

Entrevistada: Eu acho que é do governo mesmo, porque o empresário... pra tu ver, ó, os encargos sociais que os empresários tem pra abrir um comércio... nossa, é tanta coisa, tanto encargo social que eles pagam... tem muitos que até desanimam pra abrir alguma coisa.

Voltaremos ao tema quando tratarmos das diferenças entre sindicalistas e não sindicalizados. Por enquanto, queremos deixar claro que *ambos* os grupos, com algumas poucas exceções, enxergam “governantes” genéricos como principais responsáveis pela reprodução de uma sociedade desigual. Esperávamos que os dirigentes fossem destacar o papel do empresariado como uma das principais causas de desigualdade social, o que não ocorreu. É certo que eles são atores muito mais presentes no discurso de sindicalistas que no de não sindicalizados, mas sua presença é bem mais reduzida do que esperávamos; em geral, são considerados uma parte pequena da questão, quando esperávamos uma forte polarização. Indicador de que isso não ocorre são os dados resultantes das questões tipo *survey* que aplicamos nos entrevistados. Eles revelaram que tanto os dirigentes quanto os trabalhadores não sindicalizados acreditam que a remuneração de um ministro de governo seja a mais injusta: para o conjunto de todos os entrevistados, a ocupação “ministro de governo” deveria receber cerca de 20% da remuneração que os entrevistados imaginam que eles tenham atualmente. É a única ocupação que apresentou respostas bastante semelhantes para ambos os grupos.

Uma vez presentes as condições de exercício da atividade individual, isto é, em um emprego determinado, uma posição que permite ação, em um “trabalho”, sobre quais critérios deveria estar assentada a remuneração dos indivíduos? Dissemos que ambos os grupos (sindicalistas e não-sindicalistas) afirmam majoritariamente serem as “capacidades” o critério normativo mais importante para a determinação da remuneração. Agora é preciso analisar a expressão, de modo a nos aproximarmos mais das respostas que obtivemos. Para tanto, será preciso decompor o termo em outros, surgidos nas entrevistas. São eles: 1) produtividade; 2) esforço; 3) qualificação; e 4) propriedade. Embora na fala dos entrevistados apareçam sempre entrelaçados, é

possível distinguir essas quatro acepções empíricas diferentes daquilo que chamamos “capacidade”.

3.2.1.1. Decompondo as “capacidades”

a) **Produtividade**

Aqui estão alguns trechos que bem representam o que encontramos nas entrevistas sobre o critério da produtividade:

Rodolfo:

Entrevistador: Se for pra determinar quanto a pessoa ganha, se você pensasse no mundo ideal, a pessoa receberia em relação ao quê?

Entrevistado: Acho que em produtividade. (...) Produziu, produziu, beleza, você vai ganhar mais, não produziu, acho que também não é justo, né? Você não produz ainda vai ganhar mais?

Entrevistador: Que é como é hoje, então, você acha que o sistema que funciona hoje, ele é justo.

Entrevistado: É justo, pra mim é justo.

Luciene:

Entrevistador: - Você acha que o vendedor que faz muitas vendas, deveria realmente ganhar mais que o vendedor que não faz muitas vendas?

Entrevistada: - Acho. Por que assim, a comissão, o comissionado, o comércio é comissionado por isso, por essa motivação, por que né, se você botar as pessoas, por que isso faz gerar venda. Eu acho legal a comissão, o comissionado, eu acho legal, você realmente você impulsiona (...). Eu acho que a coisa, a relação do comissionado é legal pra poder mesmo movimentar a vontade de crescimento, tanto a da empresa quanto a da pessoa, né?

Henrique (sindicalista):

Entrevistador: Mas realmente você acha que quem vende mais merece receber mais também? (...)

Entrevistado: - Mas sempre vai receber mais quem vende mais, não tem jeito, tem que, tem que ser o merecimento, né?

Uma capacidade tipicamente valorizada no comércio lojista, mas não apenas na sua condição de “valor” abstrato. A nosso ver, tratar a produtividade como principal critério para determinar a remuneração significa a incorporação direta dos objetivos das empresas como horizonte normativo do trabalhador. Os trabalhadores que privilegiam a capacidade produtiva tendem a concordar com a justiça do sistema realmente existente em seus locais de trabalho. E isso não apenas porque esse critério é válido em si, o que parece ser o caso para a maioria, mas também porque ele garantiria o contínuo

crescimento do empreendimento através do estímulo dos trabalhadores para ganhar mais.

É importante notar que esse critério é particularmente defendido por aqueles que afirmam “levar jeito” para o trabalho no comércio, isto é, para aqueles que consideram ter uma trajetória de sucesso em sua profissão. Justamente por isso, dentro do comércio parece ser muito valorizado: como é derivado diretamente do interesse do empresário, é o mais recompensado com renda (maior salário para os mais produtivos) e prestígio (outorga da aura de sucesso a um trabalhador em detrimento dos outros, menos produtivos).

b) Esforço

O critério do “esforço” se distingue da “produtividade” justamente por não exigir resultados concretos para fazer jus à remuneração.

Dentro das capacidades, esse critério *polariza* com o da produtividade, por significar potencial perda do investimento feito pelo empresário. Estes trechos, para nós, são os mais representativos do que encontramos nas entrevistas:

Eduarda:

Entrevistador: O que você acha, o seu mundo ideal, qual seria o melhor critério pra determinar quanto cada um deveria ganhar? Que hoje vocês ganham por venda, né, basicamente.

Entrevistada: Cara, acho que é o esforço da pessoa. (...)

Entrevistador: O quanto ela vende, você acha que é um critério justo? (...)

Entrevistada: Não acho. Porque às vezes a pessoa está passando por uma dificuldade, um mês ruim, às vezes tá doente, como aconteceu comigo em outubro, eu fiquei doente, tive que faltar, fiquei de atestado e eu vendi bem pouco, eu não ganhei, sabe, sendo que nos outros meses, eu me doeí bastante. (...) Tipo, ah ela se esforça, ao menos ela se esforça. Ver aquilo como um todo, não ver só números.

Liliane:

Entrevistador: - E você acha que tá certo eles [os gerentes] ganharem isso? É justo eles ganharem isso?

Entrevistada: - Eu acho muito, né? Eu acho um desperdício, por que, poxa, dezoito mil? Se eles ganhassem uns doze tava bom, até dez assim, por que eles, a gente ali, a gente vê que eles não trabalham, só ficam na câmara. A não ser que trabalhem na sala. Só vem andando com celular, por que a gente não pode usar, mas eles usam o dia todo, fica nisso o dia todo. Entendeu? Então questão de trabalho pesava a gente, só quando tinha um cliente que fazia questão, aí chama e ele tinha que ir lá. Ou então uma mercadoria que chega e ele tem que assinar alguma coisa assim. Aí ele chega e eles têm que se mexer, mas suar a camisa nunca, né.

Neide (sindicalista):

Entrevistada: (...) Uma vez eu tive aí uma discussão com um encarregado por que justamente essa questão, eu falei pra ele assim “olha” ele elogiou, elogiou todo, enfim, aí eu falei pra ele justamente assim “olha, você elogiou aquela pessoa, aquele trabalhador que trabalha que desenvolveu uma semana, uma semana a mais que ele ficou mais disposto e você voltou um elogio assim, porém aquelas pessoas que tá lá atrás fazendo aquele trabalho você ignora.

O primeiro trecho apresenta uma proposta, por assim dizer, positiva. Como a produtividade não é determinada exclusivamente pela agência do trabalhador, não poderia ser adotada como critério único para a recompensa. Os dois seguintes apresentam uma proposta negativa: quem não se esforça, não “sua a camisa”, deveria ser menos recompensado. Para esses entrevistados, é justo ser recompensado pelo esforço dispendido durante o horário de trabalho, ainda que ele não resulte necessariamente em lucro. É, sem dúvida, o mais “democrático” dos critérios baseados nas capacidades: todos, independentemente de sua condição econômica ou cultural, estão aptos a fazê-lo – e serem recompensados por isso.

c) **Qualificação**

O critério da qualificação é um caso interessante, merecendo algumas palavras a mais. Dentre nossos entrevistados, ela pode ser entendida enquanto *escolaridade formal* – ensinamentos técnico e superior, cursos de técnicas para o comércio, em suma, que resultem em diplomas – ou como *experiência*. Quanto à escolaridade formal, apesar de ser tipicamente reconhecida pelos entrevistados como uma característica dos indivíduos que deveria ser remunerada, ela não é vista como devendo ser adotada no trabalho no comércio particularmente. Para os trabalhadores vendedores, porque o mote das empresas de comércio é a produtividade, a quantidade de vendas. Não há “venda boa” ou “venda ruim”; a qualidade da venda é a sua quantidade. O fato de alguém possuir um diploma que o certifique como especialista em algo – mesmo em Administração, que parece ser o curso mais afeito à profissão no comércio para alguns entrevistados – não é visto como garantia de produtividade.

Para os trabalhadores de supermercado, a qualificação em nada melhora o resultado do trabalho da pessoa, não devendo ser por isso remunerada.

Rodolfo:

Entrevistado: Cara, acho que a pessoa, ela correu atrás dos objetivos, procurou se qualificar, dormiu tarde, acordou cedo, ralou pra caramba, é...olhando por esse lado, sim. Mas aí, voltando o assunto, tem que ver o lado da empresa, ah tudo bem, ele tem um lado lá de qualificação dele mas tem um cara aqui que me dá muito mais resultado também (...). Tem que ver os dois lados. Então, por exemplo, eu não era, não sou formado, mas estudava, não sou formado, mas estudava, tem gerentes que são formados, né, é, não por isso ganham mais do que eu (...)

Entrevistador: E você acha isso justo?

Entrevistado: Acho justo

Jaqueline (sindicalista):

Entrevistada: Eu acho que teria menos desigualdade entre as pessoas. (...) Quem pouco trabalha ganha mais que quem não trabalha! Ainda tem isso. "Ah, mas eu estudei!" Não, você estudou mas não está fazendo o que você estudou. Tem muita gente que estudou... tem gente que é psicóloga e está como repositor no mercado. Ele estudou para ser psicólogo, não foi para ser repositor, mas ele não está como repositor? Então ele não vai querer ganhar como psicólogo!

Já a experiência é bastante valorizada, pois os entrevistados parecem concordar que é o tempo de trabalho no comércio que permite a produção, no indivíduo, das sutilezas que caracterizariam um bom comerciário, seja vendedor ou responsável por uma das diversas funções dentro dos supermercados.

É interessante notar como para alguns entrevistados essa relativa desvalorização da qualificação escolar no comércio entra em conflito com a importância atribuída ao investimento individual em educação como uma das formas mais legítimas de ascensão social. Diz Luciene:

Eu acho errado esse negócio de, igual a gente vê aí muitas pessoas formadas sem emprego, eu acho errado porque a pessoa estudou, eu acho errado isso. Mas é um problema social.

Pedro Ivo (sindicalista):

Entrevistador: - Quais critérios você acha que devem ser usados pra determinar quanto alguém deve ganhar? É o que ele produz, é a responsabilidade, ou a qualificação, experiência?

Entrevistado: - A qualificação é importante, né? A qualificação, a experiência pode ser sim, pode ser não depende dos trabalhos, porque de repente se você colocar a experiência aquele cara que nunca tem experiência ou pouca experiência nunca vai chegar, né, vai ficar sempre num nível sempre abaixo. Mas a qualificação é importante, tá. Eu dentro do comércio... É, é muito relativo, né? Por que, por exemplo, dentro do comércio eu acho que a qualificação nem tanto porque não precisa ter uma qualificação, porque, né, mas se você tem uma experiência você né, já faz uma diferença.

d) Propriedade

Surpreendentemente, a propriedade apareceu como um critério justo de “remuneração”, ainda que não estejamos aqui falando de recompensa pelo trabalho. Na fala dos entrevistados houve em geral a preocupação de não se colocar contra a exploração da propriedade individual por parte dos empregadores, o que demonstra a aceitação da propriedade como critério legítimo de alocação de renda. Por vezes, essa aceitação ocorria mesmo diante do conhecimento de que a propriedade de uma loja ou marca não foi conquistada pelo trabalho, mas herdada. Esta era uma preocupação particularmente evidente dentre os trabalhadores vendedores.

Luciene:

Entrevistador: - Mas você acha justo ela [a proprietária da loja] ganhar o que ela ganha?

Entrevistada: - Acho justo pelo fato de que é dela, o patrimônio é dela, entendeu? Só acho que ela poderia remunerar melhor as pessoas que trabalham com ela. Mas é justo sim, porque é o trabalho dela, entendeu? Então ela é honesta, paga os impostos então, justo sim, só acho que ela poderia remunerar melhor as pessoas que trabalham com ela.

Henrique (sindicalista):

Não tô falando que [o patrão] tinha que ganhar a metade [do que ganham atualmente] não, irmão, porque é deles, o dinheiro é deles... mas não tão pouco!

3.2.1.2. A importância subordinada das necessidades

O foco nas capacidades como critérios mais legítimos de remuneração não reduzem a importância das necessidades a zero. Em geral, os entrevistados reconhecem a importância de se atentar para elas para definir remuneração. Diz Neide (sindicalista):

Entrevistada: (...) E o currículo e essa questão mesmo até familiar, deles poderem perceber as dificuldades que a gente tem de deixar os filhos lá, teria que avaliar por que qualquer pessoa se sente, eu vou falar como mulher e mãe mesmo, qualquer pessoa que chegasse na época e falasse assim “olha, Neide, quê que você acha, vamos falar hoje de um auxílio creche ou uma ajuda a mais financeira pra você colocar seu filho num curso ou numa escola mais perto, né”, tem mães que tem bebês lá, ficar levando mais

próximo de casa, eu acho que isso aí até que daria até um levante na própria empresa, trabalharia mais satisfeita, né?

Entrevistador: Que prezaria um pouco mais as necessidades, né, do trabalhador?

Entrevistada: Sim, sim, sim! Várias necessidades ali dentro mesmo, o respeito, principalmente o respeito.

Apenas dois entrevistados colocaram a questão das necessidades de forma objetiva. Abaixo temos uma, e o segundo trataremos separadamente mais adiante. Diz Vana:

Entrevistador: E o que a senhora acha que deveria ser usado pra determinar mais ou menos quanto uma pessoa deveria ganhar? (...)

Entrevistada: Eu acho que as necessidades da família das pessoas. Se tem filho pequeno, entendeu? Se... também a competência, o desembaraço no trabalho... a disposição, também. Porque tem gente que não gosta de trabalhar também, entendeu? Quer montar em cima dos outros. Também tem que ver tudo isso.

Entrevistador: Mas a senhora acha que as necessidades seriam a prioridade?

Entrevistada: Eu acho que sim. As necessidades seriam prioridade

No entanto, em geral restringe-se essa importância à determinação do que consideram o mínimo para a sobrevivência. Temos abaixo um trecho bastante cristalino desse pensamento, com o sindicalista Henrique:

Entrevistado: - Por exemplo, eu acho... É, vou falar sobre mim, deixa eu falar sobre mim. Um salário fixo mais comissão, o salário fixo não é um salário fixo que vai te manter, é o salário que vai te deixar numa zona de conforto para que você possa atingir mais para viver bem. Viver bem é o que? Olha ter dinheiro pra pagar um plano de saúde que a empresa não dá. Ter dinheiro pra você poder levar seu filho no MC Donald ou qualquer outro lugar, entendeu?

Entrevistador: - E abaixo disso seria? Você só de manter assim, comer, morar...

Entrevistado: - No limite. No limite. No limite. Entendeu? Então é tipo assim, a pessoa vai ganhar mil e quinhentos reais, mas a pessoa pode chegar a ganhar quatro mil, depende dela.

É como se os entrevistados lutassem para manter esse critério “sob controle”, de modo a não invadir o terreno dos critérios “verdadeiramente legítimos”, fundamentados na agência do indivíduo. Corolário disso é a dura crítica aos meios de obtenção de renda completamente desvinculados do trabalho, como o Programa Bolsa-Família (PBF). Diz a sindicalista Jaqueline:

Entrevistada: (...) eu acho que o Bolsa-Família tinha que ter um limite de crianças para receber, porque muitas pessoas se beneficiam e não arrumam emprego, só arruma filho. Eu tenho amiga que faz filho só para receber o

Bolsa-Família, não trabalha, só o marido que trabalha e tem que se virar, e só faz filho. Então eu acho que ajudou? Ajudou. Saiu muita gente da linha da pobreza, só que eu acho que tinha que ter um período, vamos dizer, “olha você vai ganhar só 3 anos, depois você vai ter que arrumar um emprego”. Nesse tempo não vai conseguir arrumar um emprego? Nem que seja uma faxina? Porque não é vergonha, gente! Eu já trabalhei de tudo na vida, não é vergonha! Vergonha é você ficar esperando o governo te dar alguma coisa para comer! Isso eu acho que é vergonha!

Luciene:

Entrevistada: - [a situação de vida] pode piorar, mas eu acho que também só pioram se você também não tiver força de vontade, por que também tem muita gente que é impulsionada pelos problemas, entendeu? Eu acho que também a gente não pode só ver as coisas, tem que funcionar. Ontem a gente tava falando dos problemas dos planos sociais, pô, eu acho uma vergonha esse negócio do Bolsa Família, cara. Eu acho uma vergonha isso, a pessoa tem que ter uma renda mínima, aí pega um dinheiro, aí você vê aquelas crianças todas, sei lá, tinha que ter no mínimo uma fiscalização, tá entendendo? Eu acho muito complicado isso, eu acho uma vergonha.

Segue-se então que esse “mínimo remuneratório”, que deveria ser atrelado às necessidades do trabalhador é em geral restringido pelos entrevistados àquilo que seja suficiente para a *reprodução física do trabalhador individual*, necessária para que a pessoa possa “correr atrás” de uma vida digna através de seus méritos. Quando perguntados se consideravam justo que alguém que tivesse filhos pequenos recebesse um piso superior àqueles que não tivessem, por exemplo, a resposta em geral foi bem negativa. Em regra, a “fórmula” de discurso aplicada foi: “sabemos que tem gente que precisa, mas...”. O PBF é visto como algo necessário, mas que desestimula alguns a trabalhar. Em suma: necessário, mas injusto. As críticas ao PBF dentre nossos entrevistados se parecem com a opinião mensurada por Lena Lavinias (2014) para um conjunto de respostas representativo do Brasil: tolera-se a existência do programa em função de seu combate à miséria; um mal necessário, uma forma de recolocar os indivíduos no caminho da realização meritocrática.

3.2.1.3. O “sistema de pensamento” dos entrevistados

Observados os critérios adotados pelos entrevistados em geral, chegamos à conclusão de que a fórmula de assalariamento que estipula um salário fixo base mais a comissão sobre as vendas realizadas, típica do comércio varejista de vestuário e eletrodomésticos, adequa-se àquilo que os entrevistados em geral consideram como forma justa de remuneração. Ela subordina o critério das necessidades ao das

capacidades, reconhecendo um mínimo consignado à reprodução do trabalhador e o resto variando conforme suas capacidades.

Este mínimo, em geral, é relativo à sobrevivência *individual* do trabalhador. “Individual”, porque despesas com filhos ou outros dependentes (pais, avós, agregados, pessoas incapacitadas por problemas de saúde) não deveriam integrar o piso; e “sobrevivência” porque, em geral, os entrevistados calculam o piso justo a partir daquilo que imaginam que o trabalhador precise para manter-se “fisicamente”, isto é, basicamente sua própria alimentação e moradia. O custo para financiar quaisquer outras atividades – como lazer, consumo, filhos – deveria ser pago por aquilo que as capacidades do trabalhador pudessem conquistar no mercado. Assim, aqueles que possuem maior necessidade de dinheiro para manter seus dependentes não deveriam receber mais, mas *se esforçar mais*. Essa lógica parece ser flexibilizada apenas quando se trata de qualificação escolar, por ser esse um mecanismo essencial na justa distribuição de oportunidades, na visão dos entrevistados. O esforço de buscar qualificar-se é sempre louvado, e a existência de poucas oportunidades escolares pelo sistema público é, em geral, criticada: não seria responsabilidade exclusiva do indivíduo o acesso à qualificação.

Se por um lado parecem estar de acordo com os critérios de remuneração geralmente aplicados em seus respectivos trabalhos, em geral os entrevistados estão em desacordo com o *montante* de remuneração. Acreditam que suas capacidades deveriam ser melhor remuneradas. Com algumas exceções, os entrevistados apresentaram um forte sentimento de injustiça quanto a essa questão. Esse sentimento era baseado, em geral, na percepção de que produziam mais valor para a empresa do que recebiam em recompensa; mas essa intuição pouco tinha a ver com “mais-valia”, isto é, com a afirmação de que embutiam nos produtos que vendiam mais valor do que lhes era remunerado, mas sim com a simples afirmação de que a empresa *podia* pagar mais. Se não o fazia, *era por falta de reconhecimento das capacidades do trabalhador, e não por ter por foco principal o lucro, isto é, por conta de algo como uma “falha moral”, e não por interesse*. Em última instância, não se critica o interesse de lucro, apenas reivindica-se mais reconhecimento. Essa é uma diferença sutil, mas crucial em suas consequências políticas.

A crítica à remuneração percebida como baixa ocorre em geral por fora de avaliações que levem em consideração a questão do *interesse estrutural* do empregador ou de seus representantes, estando mais próxima de uma crítica à sua incapacidade de

reconhecer um trabalhador capaz, que “mereceria” uma remuneração maior. É assim que devemos compreender a crítica àquilo que uma entrevistada chamou de “falta de humanidade”. Como o processo de trabalho local é percebido como uma relação entre *indivíduos* relativamente abstraídos de suas determinações sociais de classe, indivíduos estes que deveriam ser reconhecidos por suas capacidades, tanto a remuneração por necessidades quanto o não-reconhecimento das capacidades é visto como uma ruptura do pacto implícito, que des-“humaniza” as relações, uma e outra sendo consideradas injustas.

Assim, por desconsiderar o peso central do *interesse de lucro* na distribuição da remuneração pelo trabalho, e ao medir o interesse de seus empregadores com os critérios que aplicam a si e aos colegas, naturalizando o reconhecimento meritocrático, os entrevistados tendem a se lamentar pela baixa remuneração por causa de um não-reconhecimento, e não por motivos de divergência de interesses opostos. Como os trabalhadores que entrevistamos estão geralmente muito distantes dos “donos” dos empreendimentos, o interesse exclusivo no lucro da empresa parece receber cotidianamente camadas de sociabilidade que têm no reconhecimento das capacidades individuais sua centralidade. Alguns sindicalistas relatam que, ao perceberem que – particularmente quando estão em negociação com grandes empresas – o reconhecimento das capacidades deixa de fazer sentido para efeito de remuneração, e vendo aparecer cada vez mais o “cálculo frio” do lucro como critério central, passaram a ver o empresariado como efetivamente desumano. A nosso ver, essa conclusão está diretamente relacionada com a súbita derrocada de seus critérios naturalizados: se o empresariado age contra o que seria “natural”, isto é, a remuneração meritocrática justa, age desumanamente. Veremos esse ponto na próxima seção.

3.2.2. As diferenças no pensamento sobre a justiça entre os trabalhadores: consequências da experiência sindical

Se dentre os entrevistados há, em geral, o privilégio das capacidades dos trabalhadores como critérios de remuneração, e se as necessidades são percebidas e incluídas na remuneração por quase todos os entrevistados, subordinando-as às capacidades, existiria alguma diferença entre sindicalistas e não-sindicalistas dentro do modelo teórico que construímos? Acreditamos que sim. Embora ambas as dimensões apresentem variações, a principal diferença entre comerciários que possuem atividade

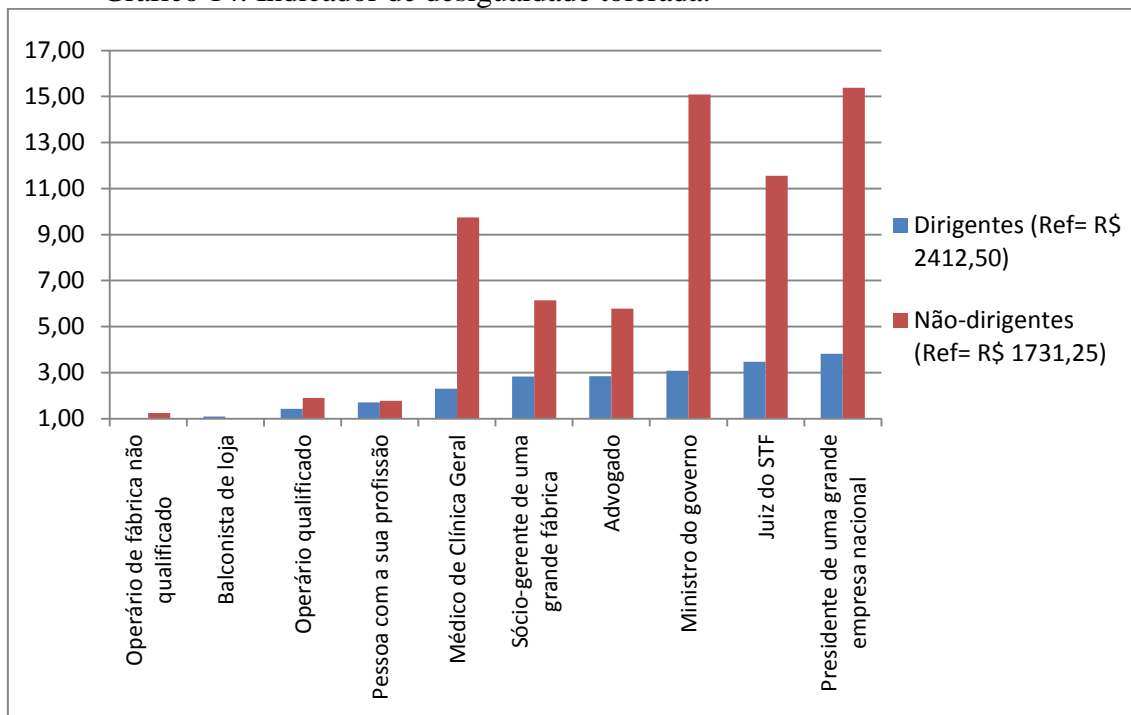
sindical e aqueles que não possuem não está nos *critérios* de justiça que adotam, mas na *sensação de injustiça* que sentem.

O tema das necessidades é sem dúvida mais relevante dentre os sindicalistas. Se a remuneração geral do trabalho se desse em função apenas de critérios de necessidade, ambos os grupos afirmariam a injustiça da distribuição; o grupo dos dirigentes, no entanto, diferentemente dos não sindicalizados, tendem a perceber um rebaixamento injusto do que é considerado como “mínimo necessário”. Parte do que declaram ser sua luta é justamente aumentar a importância do piso recebido. Mas, a nosso ver, o fazem para “restabelecer” a justiça da distribuição diferenciada pelas capacidades, e não para superá-la.

Comentamos acima que, após as entrevistas, pedíamos aos entrevistados que preenchessem duas questões duplas de tipo *survey* que visavam mensurar a percepção da desigualdade de renda real e o montante de remuneração considerado justo para algumas profissões. Ainda que precariamente – dado o reduzido número de entrevistados e, conseqüentemente, a alta probabilidade de incidência de erro aleatório no resultado –, se conjugarmos os dados resultantes com a análise das entrevistas acreditamos ser possível reforçar a afirmação de um maior sentimento de injustiça dentre os sindicalistas.

Para tanto, realizamos o mesmo expediente que Adalberto Cardoso (2004, 2010) para produzir algo como um “indicador de aceitação de desigualdade legítima”. A partir das respostas à questão sobre a renda considerada ideal para determinadas profissões, tomamos a ocupação cujas respostas produziram a menor média salarial para os dois grupos separados – no caso, a de balconista para não sindicalizados (cuja média dos salários ideais resultou em R\$ 1.731,50) e a de operário não qualificado para dirigentes (cuja média dos salários ideais resultou em R\$ 2.412,50) – e a usamos como parâmetro para comparar a renda considerada ideal para todas as outras profissões. Esse artifício nos permitiu ver que o grupo de entrevistados não sindicalizados aceitaria níveis de desigualdade de renda bastante mais elevados que o grupo de dirigentes sindicais. O gráfico 14 mostra os resultados dessa manobra:

Gráfico 14. Indicador de desigualdade tolerada.



Fonte: Dados produzidos pelo autor

A leitura do gráfico deve ser feita da seguinte maneira: para os trabalhadores não-dirigentes, um ministro de governo deveria receber quinze vezes o valor do menor salário ideal, no caso, o de balconista. Para os dirigentes, a mesma ocupação deveria receber cerca de três vezes o valor do menor salário atual (que para eles é o operário manual). É certo que a referência é diferente, em termos de valor, para os dois grupos, o que compromete em alguma medida a leitura do gráfico. Mas nossa intenção era destacar a amplitude da desigualdade legítima para cada grupo e compará-las, e não exatamente as diferenças de valor entre cada grupo.

Nesse sentido, salta aos olhos a diferença entre a desigualdade aceita como legítima por dirigentes e não sindicalizados. Ainda que os números a que chegamos não sejam muito confiáveis, dada a reduzidíssima amostra, e ainda que devemos contar com um inevitável viés produzido pelo desejo dos sindicalistas de mostrarem-se igualitários perante o entrevistador, acreditamos ser possível inferir uma clara diferença entre os grupos de entrevistados. A nosso ver, isso ocorre porque os dirigentes sentem a remuneração real do trabalho como muito mais injusta que os não sindicalizados, como era de se esperar. Para eles, devem existir diferenças salariais, mas essas diferenças deveriam ser bem menores. O que parece indigná-los não é a injustiça dos critérios que presidem à remuneração do trabalho, mas a injustiça dos *resultados práticos*. Como a

remuneração é necessariamente aberta à interpretação dos critérios de distribuição (quem determina como se medem as necessidades dos trabalhadores?), a luta desses sindicalistas atribui importância à expansão quantitativa daquilo que é considerado como retribuição justa, tanto em relação às “capacidades” quanto em relação às “necessidades”, mas aparentemente sem afetar a relação interna entre essas dimensões no conjunto do que é considerado “remuneração justa”.

As entrevistas nos permitiram destacar três razões para essa diferença. Em primeiro lugar, a incorporação de uma visão sobre a própria existência da “categoria” dos comerciários. Com apenas duas exceções, todos os sindicalistas entrevistados afirmam só ter passado a se sentir parte de uma categoria com sua entrada para o sindicato.

Jaqueline (sindicalista):

Entrevistador: Hoje eu ouço muito dos diretores: “os comerciários, os comerciários...”. Você tinha essa noção, se sentia parte de uma categoria? Ou sentia mais “sou trabalhadora do Wal-Mart”? Ou parte de uma categoria mesmo?

R: Não, não. Antigamente eu não tinha essa convicção não, sindicato para mim não existia. Agora eu sou mais categoria.

Saulo (sindicalista):

Entrevistador: - E você se sentia parte de uma categoria antes de entrar no Sindicato, tipo os comerciários?

Entrevistado: - Não, não. Eu fui ter essa percepção como categoria depois. Isso aí com certeza não. Até por que nunca teve nenhum trabalho sindical pra criar essa percepção de categoria, nunca, nunca. De repente esse foi um dos motivos de... Hoje eu me sinto parte de uma categoria e muita gente trabalhou comigo que não se sentia, se sente. Principalmente a galera da minha loja, sabe?

Em segundo lugar, a participação nas negociações com os representantes dos patrões. Como coloca o entrevistado Henrique (sindicalista) abaixo:

Entrevistador: - Você acha que mudou sua visão sobre o empresariado em geral?

Entrevistado: - Sim, cara, pô, vou te falar, mudou muito, cara.

Entrevistador: - É?

Entrevistado: - Os empresários não tão nem aí, brother, eles não querem ganhar só noventa por cento não, eles querem ganhar noventa e seis, noventa e oito. E querem que você com a mesma quantidade de integrantes na família viva com o restante. Entendeu? Não tô falando que tinha que ganhar a metade não, irmão, porque é deles, o dinheiro e deles, mas não tão pouco. Agora por que não ganha cinco por cento, por que que não ganha quatro? Ganha cinco, por que não ganha seis? Entendeu?

Marcos Diego (sindicalista):

Entrevistador: - E como você vê, por exemplo os empresários, continua a mesma coisa? (...)

Entrevistado: - Não, é porque na verdade antigamente eu enxergava o empresário como meu possível passaporte de ganhar um pouquinho mais. Hoje eu vejo ele como um terrível inimigo. (...) Eu acho que ele sempre teve essa condição e isso mesmo que me irrita mais ainda porque hoje eu conheço o lado de cá, que eu falo que eu sento com o patrão pra conversar e eu vejo a planilha dele. (...) E isso me dá muito mais nojo desse sistema do jeito que as coisas são hoje, muito mais vontade de brigar por isso contra esse tipo de injustiça. Seria só essa a diferença.

Naquele momento os entrevistados sentem que, de fato, o interesse dos empregadores não está em produzir a maneira mais justa de remunerar seus trabalhadores, mas sim em remunerá-los o menos possível. Isso aumenta a indignação entre os sindicalistas na medida em que a dimensão dos *interesses estruturais* – isto é, não individuais e, portanto, ilegítimos a seus olhos – se sobrepõe à da *justiça*. Embora defensores de uma visão de mundo um tanto individualista, eles passam a perceber a conexão entre a remuneração injusta que percebem e a efetiva ação de um terceiro, que trava o bom “funcionamento” dos critérios justos de remuneração – os próprios “patrões”.

Ainda entre os sindicalistas, pensamos ter encontrado um tipo de indignação contra a desigualdade percebida que claramente se diferencia da interpretação dos demais dirigentes do sindicato. Trata-se daquela fortemente influenciada pela participação político-partidária, que se inclina em absoluto para a valorização das necessidades como critério último de justiça distributiva. Veremos esse caso separadamente na próxima seção.

3.2.2.1. A importância da experiência político-partidária

De todos os entrevistados, um em particular, Alfredo, apresentou respostas tão diferentes às questões do nosso roteiro que merecem ser apresentadas separadamente. Sua visão de mundo deve ser interpretada como um fenômeno diferente do observado dentre outros entrevistados. Em primeiro lugar, apesar de pensar o ser humano como dotado de pleno livre arbítrio (“se você não der um passo e não fizer, nada acontece”), e, portanto, apresentar um forte voluntarismo na vida em sociedade (a miséria não justificaria a prática de crimes, por exemplo), Alfredo não individualiza a produção de

valor na vida econômica. Para ele, por exemplo, a remuneração de cada cidadão é produzida coletivamente:

Entrevistador: - Então você sempre trabalhou no comércio, né?

Entrevistado: - A minha vida trajetória sempre no comércio dialogando. (...) E prestando serviço sempre a uma população que é ela que paga na verdade o salário de cada trabalhador, de cada comerciante, de cada cidadão.

Sendo a produção de valor coletiva, o que inviabilizaria sua distribuição igualitária? A ação do “capital”. Para ele, a igualdade entre os homens existe apenas “perante o nascimento”, isto é, enquanto membros de uma mesma espécie, mas inexistente socialmente, dada a radical desigualdade na distribuição de meios de produção. Esta radical desigualdade seria apenas mascarada discursivamente, em especial em épocas eleitorais, quando todos teriam a ilusão de igualdade no voto.

Ao ser perguntado por que os indivíduos *deveriam* ser mais iguais, Alfredo toma decididamente o critério das necessidades de consumo, fortemente igualitário.

(...) um trabalhador que ganha mil e quatrocentos reais ele entra num supermercado, ele paga um quilo de açúcar hoje, ele paga três reais e noventa e nove centavos na promoção. Mas se entra um outro que ganha nove mil reais, dez mil reais, doze mil reais, um artista o que for, que ganha mesmo, tô falando da pessoa independente da sua profissão, mas que ele ganha muito, muito mais, ele vai pagar esse mesmo preço, vai consumir a mesma quantidade. Aonde é que tá o direito de igualdade?

O ponto a alinhar todos em um mesmo “ponto de partida” é o das suas necessidades de consumo, o que torna injusta a apropriação de tudo aquilo que “sobre” após a sua satisfação. Isso fundamenta uma distinção feita pelo entrevistado: “salário” e “renda”. Salário seria o montante ao qual o trabalhador faria jus em função das suas horas trabalhadas, montante este que, idealmente, deveria ser capaz de suprir todas as suas necessidades. Embora não precise exatamente quais necessidades seriam essas (“porque precisariam de muitos dados técnicos de estudo”), Alfredo é enfático em afirmar que o seu suprimento determinaria o limite entre “salário” e “renda”: supridas as necessidades, o valor que tiver sobrado em decorrência do trabalho do indivíduo é denominado por ele como “renda”.

(...) poucos seres, pessoas, ganha hoje cem mil reais, cem mil reais em salário, eu lhe pergunto: é salário? Isso é renda. (...) Eu trabalho em uma empresa, correto? Eu tenho um salário, vamos dizer de seis mil reais, esse é o meu salário. Mas a empresa, pelo seu alto desenvolvimento resolve, tem uma política que eu vou ter ali mais quinhentos mil reais, ou trezentos mil, esses trezentos mil ele tem que voltar pra o processo da igualdade, pra gerar essa igualdade.

Em suma, “renda” é o montante residual considerado supérfluo, posto não ser mais útil na erradicação das necessidades de um indivíduo. O destino para esse montante, independentemente de seu valor ou de como foi gerado, deve ser um fundo público geral, o Estado.

Esse cidadão, dez mil reais pra sua família, ele não tem lugar pra ele ficar dizendo que o mundo não presta. Correto? Mesmo levando em consideração muitas coisas, dez mil reais. Mas qualquer concepção acima disso, isso é direito do estado.

Isso porque a apropriação da “renda” estaria diretamente relacionada à desigualdade social:

Essa renda vai gerar o que? Isso é pra gerar alguma coisa? Quer dizer que o cara ganha um milhão e não gera um emprego? Ele não gera um emprego, só gera comprar imóvel e alugar pra ganhar dinheiro, o que ele tá gerando? Ele tá gerando essa violência, a desigualdade social (...).

A força que manteria e reproduziria uma sociedade tão desigual como a nossa seria a do “capital”, “a maior frente de perversidade ao povo”, agindo *através* das pessoas, como um demônio. O elo entre capital e pessoas seria a *ganância*, o desejo de ter algo para além de suas necessidades. A nosso ver, ao fundo desta visão de mundo está a segunda premissa normativa máxima do Novo Testamento: amar o próximo como a si próprio. (De fato, a trajetória do entrevistado foi fortemente marcada pelo contato com o cristianismo, embora no momento da entrevista ele tenha declarado não frequentar regularmente espaços religiosos.) A *ganância* levaria ao egoísmo, e conseqüentemente à negação da solidariedade pela identificação de si no outro. Veículos do capital, indivíduos gananciosos seriam os principais agentes produtores da desigualdade social, por se apropriarem daquilo que não lhes pertence, mas a todos.

Mas, perguntamos, por que não deveria lhes pertencer, uma vez que é fruto do seu trabalho? Um médico, por exemplo, não deveria ter sua posição de trabalhador qualificado melhor remunerada, de modo a ser justa? Responde o entrevistado que *não*, porque não há participação individual na divisão do trabalho. A “capacidade” da qualificação não faria sentido se pensarmos o trabalho como uma atividade social por excelência. Ao preencher o salário ideal para cada ocupação distinta nas questões tipo *survey* que oferecemos, o entrevistado preencheu todas com a mesma quantia: R\$ 6.000,00. E assim fecha-se o “modelo” do entrevistado.

O entrevistado Marcos Diego argumenta de forma semelhante, embora não tenha a clareza e as sutilezas de um modelo longamente elaborado, como parece ter sido o de Alfredo. Cerca de 20 anos mais jovem, Marcos Diego afirma que a remuneração dos

empregados deveria ser feita a partir da produção global de valor das empresas nas quais trabalham.

Entrevistador: - O que você acha que poderia ser usado pra saber quanto cada um devia ganhar?

Entrevistado: - O lucro da própria empresa. Acho que o lucro da própria empresa, se você faz parte, se você trabalha ali, gera riqueza pra aquela empresa, aquela riqueza deveria ser repartida ali de uma forma proporcional que fosse legal, que mantivesse a saúde da empresa, que a gente precisa também nesses moldes, precisamos dessa empresa também pra empregar senão vai criar desemprego, mas que esse lucro fosse repartido de uma forma mais justa.

Ao ser perguntado se o critério das necessidades seria também justo, o entrevistado, respondeu afirmativamente: “Essa questão da necessidade eu acho que é legal, eu acho que funciona, acho que é por aí”. Isso porque, em sua visão, esse critério contrapõe diretamente o da produtividade, típico da “lógica do capitalismo”.

O que ambos têm em comum, e que parece ter sido determinante no pensamento que apresentam hoje sobre a questão das desigualdades, é a ativa e prolongada participação política, especificamente partidária. Ambos são filiados à força política que organizou a chapa vencedora das eleições do SEC-RJ: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Alfredo desde 1989 (28 anos de partido); Marcos Diego, desde 2002 (15 anos de partido). Antes de ser filiado ao PCdoB, ainda enquanto estudante secundarista, Marcos Diego filiou-se ao PSB. Foi para o PCdoB porque chegou à conclusão de que seria preciso “realmente fazer uma revolução porque não existe solução pra esse problema [da desigualdade social]”. Alfredo chegou a trabalhar em uma prefeitura de uma cidade da Baixada Fluminense conquistada por uma chapa capitaneada pelo partido, tendo retornado ao trabalho no comércio pelo desejo de enfrentar os dirigentes de então do SEC-RJ, que começava a passar pelo processo de intervenção judicial descrito na introdução deste trabalho. Caracterizamos como “ativa e prolongada” a participação desses entrevistados para diferenciá-los de outros dirigentes entrevistados também filiados ao PCdoB, mas cuja filiação é bem recente, sendo praticamente resultado do processo eleitoral que elegeu a atual diretoria do SEC-RJ. Caracterizamos também como participação “especificamente partidária” porque entre os entrevistados alguns revelaram ter participado ativamente de movimentos de reivindicação em algum momento da vida.

Embora a visão que tenham sobre critérios de remuneração não seja exatamente a delineada por Marx para a sociedade comunista (MARX, 2012), sua defesa tanto da distribuição equânime do valor produzido pelos trabalhadores de uma mesma empresa

(no caso de Marcos Diego), quanto do atendimento obrigatório das necessidades dos indivíduos, bem como a vedação da apropriação privada do valor excedente produzido por qualquer pessoa (no caso de Alfredo) contrastam fortemente com a intransigência na defesa de algum critério baseado nas capacidades individuais de todos os outros entrevistados.

Além disso, as respostas objetivas que ofereceram sobre os montantes de remuneração consideradas justas também obedeceram a lógicas diferentes. Alfredo, por exemplo, assinalou o *mesmo* valor ideal para todas as ocupações: R\$ 6.000,00, consistentemente com o que afirmou na entrevista. Já Marcos Diego ofereceu quatro montantes de remuneração justa: R\$ 1.000,00, R\$ 10.000,00, R\$ 15.000,00 e R\$ 20.000,00. Apenas duas ocupações receberam o montante de R\$ 20.000,00: médicos e juízes do STF, justamente profissões “credenciadas”. Por outro lado, ministros de governo foram os únicos que receberam apenas R\$ 1.000,00, o que, a nosso ver, ainda é parte da crítica aos governantes como essencialmente elitistas percebidas dentre os outros entrevistados.

Não queremos afirmar que todo militante de longa data do PCdoB deva necessariamente apresentar concepções de remuneração justa mais próximas daquelas baseadas nas necessidades das pessoas; para tanto seria necessário realizar trabalho empírico sobre a formação ideológica de seus militantes, o que sequer é esboçado aqui. Dizemos apenas que, em nosso caso concreto, essa participação pareceu aumentar as chances de construção de visões de mundo que não encontramos em nenhum dos outros entrevistados, tornando estes entrevistados que destacamos, e particularmente Alfredo, verdadeiros pontos fora da curva, e portanto prováveis expressões de outras linhas na produção social das formas de pensamento, linhas que não parecem atravessar o conjunto dos entrevistados²⁷.

²⁷ Não tivemos fôlego para tanto, mas se tivéssemos expandido a pesquisa para abranger também os *assessores* dos dirigentes – em regra militantes de longa data do PCdoB, com raras exceções –, provavelmente encontraríamos mais casos desse “modelo” de pensamento. O que nos levaria finalmente a abordar a importância, para a produção de certas visões de mundo, de elementos estratégicos negligenciados aqui, como a participação partidária no jogo sindical, a produção ideológica particular a cada central sindical, etc. Por outro lado, trata-se de uma entrada *precisa* para a investigação da influência partidária na produção subjetiva sindical, que procura ver as relações concretas entre indivíduos (assessores e dirigentes) como o ponto de partida da análise, e não a relação entre “centrais” ou “partidos”, ou mesmo “classes”, de maneira antropomórfica.

3.2.3. A percepção de desigualdade sociais e critérios de justiça nos diferentes ramos do comércio

Além da distinção sindicalistas *versus* não sindicalistas, procuramos observar se a atividade de trabalho em diferentes ramos do comércio está correlacionada com determinadas maneiras de pensar a justiça de sua remuneração. Como fizemos no capítulo dois, separamos os entrevistados em três “ramos”, e procuramos analisar suas respostas como parte de um grupo específico de trabalhadores, independentemente de sua participação sindical ou não. Aqui, eles são analisados por sua inserção de trabalho específica.

3.2.3.1. Trabalhadores de supermercado: o sacrifício

Como visto em nosso segundo capítulo, os trabalhadores do ramo de supermercados apresentam o perfil social mais objetivamente precarizado, particularmente quanto à remuneração e escolaridade. Nas entrevistas, claramente percebemos que esse perfil se confirma. Renda e escolaridade declaradas são em regra inferiores às dos outros entrevistados. Outro aspecto, surgido das entrevistas, e que não pudemos salientar com os dados quantitativos disponíveis, foi o relativo às condições de trabalho. Extensas jornadas, envolvendo atividades agressivas ao corpo (ter de ficar em pé durante literalmente toda a jornada de trabalho, restrições para o uso dos sanitários, insalubridade, perigos laborais não remunerados, como uso de equipamentos cortantes e o trabalho em ambientes de temperatura muito diferenciada, dentre outros) somam-se para compor o calvário desse trabalhador. Se tomarmos a pesquisa desenvolvida por Luzimar Barreto França Júnior (2010) em sua dissertação sobre a rede Carrefour poderemos constatar que não se trata de fato isolado dos trabalhadores do Rio de Janeiro.

De todos os entrevistados, cinco eram trabalhadoras de supermercados, e apenas duas não possuíam nenhum vínculo com o sindicato. Essas trabalhadoras não sindicalizadas não nutriam fortes sentimentos de injustiça quanto à sua condição. Uma delas, Vanessa, efetivamente achava justo o que ganhava, e também aquilo que ganhavam os seus superiores hierárquicos. Ao ser perguntada, ela responde:

Entrevistada: - Eu acho que cada cargo tem a sua responsabilidade, né. Eu acho que cada um tem que ganhar pelo procurou fazer, pelo que estudou, eu acho que é bem merecedor sim o que eles ganham. Mas não sei dizer se eles mereciam mais ou menos, não sei te dizer isso não, mas acho que cada um colhe o que planta, né. Eu acho que o que eu trabalhei, o que eu procurei, eu acho que não tá tão ruim não, tava bom, tava bom.

Já Liliane, a segunda entrevistada, afirmou que podia ganhar um “pouquinho melhor”. Perguntamos, então, quanto seria o ideal:

Entrevistada: - Assim, mil cento e pouco na carteira. Por que tem outros lugares, uma colega falou que ela faz a mesma coisa que eu em outro lugar e ela ganha mil e quinhentos na carteira. E é um comércio, assim, só tem na Zona Sul, não é igual ao Guanabara que é aquela fila, aquela coisa horrível assim. (...) Então aqui também poderiam pagar, entendeu? Mesmo que não ganhasse mil e quinhentos, mas um pouco mais de mil e cem, entendeu? Mil cento e trinta e oito...

Trinta e oito reais a mais no salário poderia torná-lo justo... Os entrevistados sindicalizados desse setor dificilmente concordariam com isso. Jaqueline, Neide e Alfredo apresentaram fortes sentimentos de injustiça. Este último, por conta de injunções ideológicas derivadas de sua experiência partidária, como já analisamos. O mesmo não acontece com as outras duas entrevistadas. Como a regra do conjunto dos entrevistados, Neide e Jaqueline focam nas capacidades do indivíduo como principal critério justo para remuneração; mas aqui pensamos ser interessante notar como essas trabalhadoras não determinam um critério específico de capacidade, afirmando que todos os que envolvem esforço da pessoa devem ser recompensados. Diz Neide (sindicalista):

Entrevistada: - Eu acho que uma forma justa mesmo (...) Vamos falar, tem muitas meninas lá que tem até um nível mesmo de escolaridade maior e tem, vamos falar que tem um currículo bacana, eu acho que seria uma forma também de você ir avaliando por esse lado. Avaliar a qualificação, também a avaliação de comportamento dentro da loja, eu acho que tudo isso deveria ser avaliado sim. A dedicação, por que tem muitos que se dedicam realmente. (...) Mas eu acho que também uma forma de avaliar seria isso aí mesmo, entendeu? Dar uma oportunidade àqueles que realmente se dedicam, entendeu?

Jaqueline (sindicalista):

Entrevistador: Eu estou fazendo essas perguntas por que eu queria saber de você o que você acha que deve ser utilizado para medir mais ou menos quanto a pessoa deve ganhar? (...)

Entrevistada: A capacidade de trabalho da pessoa, né? Não adianta, tem muita gente que tem o estudo mas não sabe fazer o que aquela outra faz e não tem.

Liliane:

Entrevistador: - Entendi. E você acha que o Brasil é um país desigual?

Entrevistada: - Eu acho que é aquilo, a pessoa tem que se esforçar. Por que a chance é pra todo mundo, né, se você não se esforçar você não vai ter o que você quer. Assim que eu penso. (...)

Entrevistador: - As pessoas não se esforçam?

Entrevistada: - Não se esforçam. As pessoas não querem trabalhar, estudar, entendeu? Vai na conversa de alguém, algum colega que fala aquilo ali, entra na mente da pessoa e ela vai naquela onda ali e aí nunca consegue o que quer. É que nem eu, eu queria ser funcionária pública e se eu tivesse esse pensamento? Eu faço concurso faz bastante tempo e assim, eu nunca consegui passar entre os convocados. Como que eu ia ficar se eu ficasse nessa? Ia ficar complicado, né?

A conclusão que tiramos disso é que o sentimento de justiça dessas trabalhadoras é fortemente determinado por um componente ético baseado especificamente no esforço individual. Para elas, a justiça da remuneração não deriva exatamente de critérios abstratos específicos; todos esses critérios estão ligados a um princípio fundamental, que estabelece a obrigatoriedade da recompensa àquele que se esforça, que busca melhorar de situação, independentemente de se alguma qualidade objetiva resulta desse esforço: qualificação escolar, experiência, cargos que exigem responsabilidade, etc. Não se trata exatamente daquilo que Souza (2012) qualificou como “ética do trabalho duro”, característica de seus “batalhadores”, porque não percebemos entre essas entrevistadas uma percepção normativa positiva do trabalho, pelo contrário; o trabalho parece ser visto como sofrimento por todas. A elevação do esforço como ética parece ser antes uma maneira de dar um sentido legítimo ao duro cotidiano de trabalho que têm de enfrentar.

Este sentido parece ganhar sua força legitimadora, sobretudo, quando permite distinguir seus adeptos daqueles que estão *abaixo* deles no espaço social. Assim, esses trabalhadores são duros críticos, por exemplo, dos beneficiários do Programa Bolsa Família, como já comentamos acima. Em regra, todos os entrevistados o são, mas essas entrevistadas o são particularmente: receber dinheiro sem “esforço” viola o princípio básico que fundamenta sua ética.

A influência da vida sindical para as duas dirigentes desse ramo é clara, mas apenas no que tange ao *sentimento* de justiça, e não aos seus critérios, como vimos assinalando. Tendo incorporado a noção de “categoria” como uma nova forma de ver o conjunto de seus colegas, a “jurisdição” de sua ética é ampliada, de modo a ter como unidades sujeitas a ela não os indivíduos e os encarregados, sub-gerentes, gerentes, etc,

mas os “trabalhadores” e os “patrões”. Assim, o que as indigna é o não cumprimento das promessas devidas ao conjunto daqueles que se esforçam – os trabalhadores.

Provavelmente contribui para a produção dessa visão o caráter alienante do trabalho que realizam. Como aquilo que realizam é simples, mesmo aos olhos dos próprios trabalhadores, seu “esforço” tende a ser visto como algo quase físico: o cansaço das pernas ao passar o dia de trabalho inteiro em pé, as dores e lesões decorrentes do uso contínuo de máquinas de fatiar ou das caixas registradoras. O trabalho adquire, assim, a imagem de um verdadeiro sacrifício do corpo, desvinculado de qualquer ação criativa. As imagens positivas que retém de sua atividade, em geral, focam nas relações de amizade criadas no trabalho, nunca na atividade em si. Nesse sentido, a remuneração e o reconhecimento do esforço no ambiente de trabalho tendem a ser as únicas moedas de troca vistas como legítimas por eles.

Por fim, é curioso notar como esse ramo do comércio apresentou, ao mesmo tempo, as expressões políticas mais resignadas e as mais combativas. Dele saíram as entrevistas mais polarizadas que fizemos. A explicação para isso, no entanto, nos escapa.

3.2.3.2. Trabalhadores de vestuário: o talento

Antes de abordarmos os resultados das entrevistas com os trabalhadores desse “ramo” do comércio é preciso um esclarecimento metodológico. Como vimos no capítulo dois, os trabalhadores desse ramo apresentam média salarial bastante semelhante aos trabalhadores de supermercados. Isso nos surpreendeu a princípio, pois o contato que havíamos tido com os dirigentes sindicais desse ramo mostrava justamente o contrário: eram aqueles que apresentavam, principalmente, a maior renda. Em momento posterior, já mais esclarecidos sobre as variações do mercado de trabalho neste ramo por conta das entrevistas, percebemos a grande diferenciação que existe entre as empresas e os trabalhadores desse ramo, tão diretamente ligado ao consumo e, portanto, tão diretamente ligado à amplitude das distâncias entre as posições de classe no espaço social. Um empreendimento dedicado a comercializar peças íntimas ao lado do Mercado de Madureira abriga do proprietário ao faxineiro, passando pelos clientes, agentes sociais completamente diferentes de um que comercialize no mesmo “ramo” no Fashion Mall. A questão empírica para nós é que os dirigentes sindicais do SEC-RJ desse ramo se encontravam muito próximos do “lado Fashion Mall” da metáfora, o que

nos levou ao seguinte dilema: entrevistar indivíduos não sindicalizados em tudo semelhantes aos dirigentes para mensurar a influência da vida sindical quanto ao nosso objeto significaria a seleção de um grupo de trabalhadores que não nos foi possível “ver” através dos dados quantitativos que levantamos. Bem ou mal, foi o caminho que seguimos, por ser o que mais se ajustava ao nosso problema de pesquisa. Certo é que em várias dimensões – renda, prestígio, experiência em cargos de supervisão, ambiente de trabalho – os trabalhadores que entrevistamos desse setor estavam em melhor situação que os do setor de eletrônicos e eletrodomésticos, e em *muito melhor* situação que os de supermercados, embora os dados que apresentamos no capítulo dois não corroborem essa visão. Dito isto, passemos ao que encontramos entre os trabalhadores desse setor do comércio.

Realizamos cinco entrevistas com trabalhadores desse setor, sendo duas delas com dirigentes do SEC-RJ, e quatro com trabalhadores não sindicalizados. Todos eles trabalhavam em lojas que, segundo a própria classificação de uma entrevistada, atendiam um público de “nível” “B” ou “A”, ou até mesmo “AA” – os níveis correspondendo ao poder de consumo dos clientes. Em suma, trabalhadores cujos clientes estavam longe de poderem ser considerados “populares”. Além disso, apenas um deles, Eduarda, não havia trabalhado em algum cargo de supervisão ou gerência. Por fim, eram todos vendedores²⁸, o que significa dizer também que sua forma de assalariamento é a tipicamente encontrada no comércio para esta ocupação: salário fixo (um “piso”, nem sempre registrado em carteira, mas sempre existente de fato, segundo os entrevistados) mais comissão sobre as vendas. Na hipótese extrema de que o vendedor não consiga vender nada em um mês, ele receberia o piso estabelecido (e provavelmente também uma ameaça de desligamento caso isso se repetisse no mês seguinte). Por fim, seu salário não sobe em razão direta às vendas realizadas: é preciso atingir uma meta de vendas determinada pela gerência para que só então haja um acréscimo no salário.

As entrevistas revelaram que estes trabalhadores – independentemente de atividade sindical – foram os que aderiram de maneira mais cristalina às capacidades individuais como critérios justos de remuneração. Mas há um viés específico de sua adesão que parece refletir diretamente os mecanismos distributivos que presidem sua experiência profissional: o critério de justiça que destacam como o mais importante é o

²⁸ Apenas um deles, Rodolfo, trabalhou em uma loja de vestuário durante um curto período como motoboy, tendo se tornado vendedor da mesma loja logo em seguida.

da produtividade. Ainda que apenas um deles tenha declarado achar justo o salário que recebia, todos concordaram que o *critério* da produtividade era justo para determinar a remuneração. O sentimento de injustiça, quando existe, decorre apenas do percentual a ser repartido com os trabalhadores, considerado baixo.

É importante notar que não se trata apenas de um recurso genérico ao esforço individual como fonte justa para a remuneração: esse esforço tem que produzir um resultado específico. Quando perguntados sobre a justiça de se remunerar trabalhadores por sua qualificação escolar, todos deixaram claro que é louvável o investimento escolar, mas que isso não seria critério justo para determinar a remuneração. Importante era, sobretudo – como colocou a entrevistada Luciene – “vender, vender, vender... a vida toda!”.

Adotar o critério de produtividade não apenas seria o mais justo, como o mais *útil*: ele estimularia o indivíduo a dar o seu máximo durante seu tempo de trabalho. Nisso também concordam todos os entrevistados desse ramo, parecendo adotar o clássico discurso conservador da “preguiça” dos trabalhadores: se assim não fosse, todos ficariam encostados. A natureza positiva desse estímulo era devida às boas consequências que trariam para a empresa e para o indivíduo. O assalariamento comissionado consegue, assim, transformar a necessidade capitalista de estímulo à produção por parte do trabalhador em critério de justiça da remuneração legitimado pelos próprios trabalhadores. Mas isso não ocorre apenas por uma simples “inculcação” desse critério na sua consciência. Ele se objetiva muito concretamente na forma de salário e, principalmente, prestígio profissional. Assim, entre todos os entrevistados, esses trabalhadores foram os únicos que se mostraram orgulhosos de seu trabalho não apenas pelo dinheiro que conseguiram, mas também por motivos estritamente vinculados à função que exerciam. Diz o sindicalista Saulo:

Entrevistador: - Cara, deixa eu te perguntar: você se orgulha do seu trabalho? (...)

Entrevistado: - Muito.

Entrevistador: - Por quê?

Entrevistado: - Por que não é um trabalho fácil! Muitas vezes você tem que convencer a pessoa a comprar uma coisa que às vezes ela nem precisa, sabe? Infelizmente a gente vive no capitalismo funciona assim, então assim, eu tinha muito cliente, eu adorava, eu me sentia bem, eu me sentia realizado de pegar uma pessoa que entrou numa loja pra comprar um bikini e fazer ela levar um bikini, uma bolsa e uma saída de praia. Tá entendendo? Eu me sentia orgulhoso, sacou? Por que eu sei que boa parte desse conhecimento é o seu carisma, é o diálogo, é o carinho que tu trata.

Todos os entrevistados afirmaram se orgulhar do seu trabalho, mas em regra a razão para isso era o fato de ter garantido o próprio sustento e o de familiares através do trabalho, e não aquilo que realizavam em si. Este, no entanto, parece ser o caso dos trabalhadores de lojas de vestuário e acessórios.

Em suma, esses trabalhadores se destacaram dentre os entrevistados como os menos dispostos a se opor aos critérios de justiça que presidem sua prática profissional, pelo contrário: tendem a endossá-los. Mas a participação sindical tende a produzir maior sentimento de injustiça entre os seus que entre os trabalhadores não sindicalizados. A reclamação, no entanto, é a mesma pra todos: a injusta distribuição do lucro. Não criticam que se leve em consideração o critério da propriedade para tanto; apenas desejam receber *um pouco mais*. E, diferentemente das trabalhadoras de supermercado, sua base para tanto não é um montante específico de “x” reais, mas um *percentual* maior. Está aqui uma sutil, mas decisiva diferença: exigir maior percentual indica em regra a referência em sua capacidade de produção de valor para a empresa: “se vendi ‘x’, mereço um percentual de ‘x’”.

3.2.3.3. Trabalhadores do setor de elétricos, eletrônicos e eletrodomésticos: o impacto ideológico da crise

Os dados acerca dos trabalhadores desse ramo que apresentamos no capítulo dois apontam que têm uma média de remuneração bem superior àquela dos outros ramos, e nível de escolaridade semelhante aos trabalhadores do ramo de vestuário, com cerca de 10% cursando ou tendo terminado um curso de nível superior. Essas pessoas trabalham em estabelecimentos que, em termos de tamanho, estão em um meio termo entre as pulverizadas lojas de vestuário e a grande concentração dos supermercados. Realizamos quatro entrevistas com trabalhadores desse ramo. Dois deles (Marcos Diego e Pedro Ivo) eram dirigentes do SEC-RJ; os outros dois, trabalhadores não sindicalizados – um vendedor e um responsável pelo setor de trocas de uma conhecida rede de móveis, eletrônicos e eletrodomésticos.

Infelizmente não conseguimos realizar mais entrevistas com trabalhadores vendedores desse setor, e um dos motivos foi a ausência de tempo livre dos trabalhadores em seu horário de trabalho, como já notamos acima. Como nos contou um deles em uma de nossas incursões, “nenhum trabalhador gosta de sair da ‘frente de loja’”, não apenas por receio de advertências dos superiores hierárquicos, mas

principalmente pelo medo de perder potenciais vendas. No entanto, foi dessa maneira que realizamos as entrevistas com os trabalhadores lojistas de vestuário, sem termos tido muitos problemas, o que indica a maior pressão sob a qual estão sujeitos os trabalhadores do ramo de eletrônicos e eletrodomésticos. De qualquer modo, acreditamos ser possível chegar a algumas conclusões sobre as percepções dos trabalhadores desse ramo específico.

A melhor forma de perceber a visão desses trabalhadores sobre a justiça de sua remuneração é pensando-os como estando em uma “posição intermediária” entre os trabalhadores de supermercados e os lojistas de vestuário. De um lado, eles acreditam na importância da produtividade na determinação de sua remuneração, aproximando-se dos lojistas; no entanto, mitigam essa visão com a consciência de que sua sorte profissional está positivamente correlacionada à dinâmica econômica geral, bem como às manobras creditícias que a própria loja é capaz de produzir para conquistar o cliente, o que retiraria do trabalhador a capacidade de “autodeterminar” sua remuneração. Dessa maneira, a adesão ao critério da produtividade, tão evidente entre os lojistas, aqui é explicitamente limitada. O entrevistado Renato coloca a questão da melhor forma:

Entrevistado: - (...) o que eu não acho justo é você ser obrigado a trabalhar sem ter, trabalhar só se você realmente vender. É porque a venda não depende só de você, depende de vários fatores, por exemplo, muitas vezes o vendedor deixou de vender porque o gerente não teve jogo de cintura, uma negociação, o gerente ele não se preocupou em conversar com o gerente [supervisor], de encontrar o produto numa loja mais próxima, porque o vendedor em si, mesmo se ele tentasse, ele não conseguia, mas o gerente conseguia. Então é por esses fatores que eu achava extremamente injusto. Se tudo dependesse exclusivamente de você, todos os recursos, eu acharia justo, porque a sua, o seu potencial, a sua inteligência, a forma de você aplicar o seu conhecimento ia fazer a diferença. Mas quando não depende de você, né, depende de uma promoção feita pela televisão, depende do jogo de cintura de um gerente que está operando naquela loja, depende de fato de vários fatores externos e internos, então não é justo que você por vários fatores você chegue no final do mês sem salário e ficar devendo pra empresa. É por essas razões que eu não concordo.

O entrevistado Rodrigo diz:

Entrevistador: (...) Por exemplo, os vendedores aqui ganham por venda, né?
Entrevistado: - É! Mas tem dia que vende bem, o vendedor acerta o dia, ele pode estourar [(vender)] dois mil e outro ele ganhar, seiscentos, setecentos reais.
Entrevistador: - Aham. E você acha isso injusto?
Entrevistado: - Injusto por causa da venda, de venda né, depende da venda, depende do fluxo, como o Brasil tá nessa crise aí, a loja não tá nem vendendo do jeito que vendia. Não aqui, mas geral, no Rio de Janeiro todo. No Brasil todo a venda não tá como antigamente, esse que é o problema.

O entrevistado Pedro Ivo (sindicalista):

Entrevistador: - Mas porque você acha que tem que ter salário base [e não apenas comissão]?

Entrevistado: - O que acontece hoje o mercado ele desacelerou as vendas. Então o cara ele não tem a garantia que ele vai ganhar nada. Como que o cara vai garantir e aí é o que eu falo pra você, a questão, pô, da alimentação, porque muitos não têm nenhum ticket de refeição, não tem uma cesta básica, ele vai ter condições de manter os filhos. Ele já tendo isso daí ele consegue pelo menos seguir o horizonte. Pode ser uma coisa também do cara, “pô, mas se o cara ganhar isso daí ele não pode acomodar? Pô, pra ele continuar ganhando aquilo que ele...?” Pode, mas aí quem trabalha no comércio que faz isso é burro. Porque quanto mais você ganha, mais você quer. Né?

Isso explicaria a maior importância dada por esses trabalhadores, em relação aos vendedores do setor de vestuário, ao elemento fixo que compõe o seu salário. Os dois entrevistados desse ramo dirigentes do SEC-RJ tomam o aumento desse elemento fixo como o foco principal de seus esforços políticos, por perceberem que a dinâmica econômica atual inviabiliza uma vida digna para os trabalhadores do ramo, se apenas critérios de produtividade forem levados em consideração para remunerá-los. A experiência da crise econômica parece predispor os trabalhadores a flexibilizar suas concepções fortemente meritocráticas em prol de uma salvaguarda maior ao trabalhador. Por outro lado, é certo que não podem ser equiparados aos trabalhadores de supermercado e sua valorização do “esforço” como critério máximo. Em um ambiente de escassez de oportunidades de fazer valer suas capacidades, a justiça meritocrática parece sofrer de vazio existencial, pendendo para o critério das necessidades.

Justamente por esse “risco” ao consenso produzido pela crença na meritocracia que Capelesso (2012), em sua dissertação sobre os trabalhadores do Ponto Frio e Casas Bahia, encontrou uma miríade de maneiras desenvolvidas pelas próprias empresas para manter “aquecida” a competição dentre os trabalhadores. Não apenas comissão, mas variadas premiações pela produtividade.

3.3. Conclusões parciais

Analisamos as entrevistas realizadas sob dois pontos de vista. O primeiro, e principal, tratou de observar semelhanças e diferenças entre sindicalistas e não sindicalizados quanto aos critérios de justiça aplicados à remuneração dos trabalhadores e à percepção de desigualdades. O segundo procurou, subsidiariamente, observar se e como essas duas dimensões variaram conforme o ramo de comércio no qual o

trabalhador estava inserido, buscando refinar a análise das percepções e critérios gerais delineados na primeira seção.

Chegamos à conclusão de que há sim uma forte diferença entre sindicalistas e não sindicalistas, mas ela está centrada antes no que estamos chamando de *sentimento de injustiça* do que nos *critérios de justiça*: os sindicalistas percebem a ordem social como muito mais injusta que seus colegas não sindicalizados. Além disso, embora compartilhem uma forte crença na remuneração por mérito pessoal, apontamos também uma maior presença das necessidades dentro a visão de mundo dos sindicalistas, sendo o seu não reconhecimento pelos empresários uma das fontes de suas críticas.

A legitimação das desigualdades se comportou como esperávamos. Os não sindicalizados, embora procurem reduzir as distâncias salariais ideais entre as diferentes profissões, rebaixando a remuneração ideal daqueles que imaginam que recebam os salários mais elevados, ainda assim se mostraram bem mais tolerantes à desigualdade que os sindicalistas. A convivência sindical, o cotidiano de trabalho em uma instituição discursivamente banhada pela afirmação de uma rígida oposição entre os interesses de patrões e empregados parecem mesmo produzir efeitos significativos sobre o pensamento de seus integrantes. A afirmação de quase todos os entrevistados sindicalistas de que sua sensação de pertencimento a uma categoria e dos empresários mudou muito, tendo sido praticamente *criada* pela vida sindical, evidencia essa influência. Além disso, o contato com os momentos de negociação, onde as relações entre patrões e empregados são tratados em toda sua crueza, deixando exposta sua realidade de jogo de soma zero, parece ter efeitos profundos sobre os dirigentes do SEC-RJ, principalmente por ser uma gestão composta por trabalhadores em sua maioria neófitos no movimento sindical. Por fim, a influência ideológica de membros do Partido Comunista do Brasil, alma política da central sindical à qual é filiado o SEC-RJ, estrategicamente posicionados como assessores de cada um dos membros da diretoria executiva do sindicato, parece também contribuir para determinar as diferenças nas crenças e valores de dirigentes sindicais e trabalhadores não sindicalizados.

Por outro lado, essa influência não teve o condão de desfazer as características ideológicas mais profundas, ligadas à própria noção de indivíduo e de suas capacidades de trabalho no mercado – em uma palavra, à ideologia meritocrática. Por vezes ela é mitigada por alguma consideração sobre as necessidades dos trabalhadores. Mas o critério das capacidades é, sem dúvida alguma, dominante. Durante as entrevistas pudemos notar claramente o esforço dos entrevistados para delimitar a importância das

necessidades ao suficiente para que o indivíduo pudesse fazer valer suas capacidades – em suma, nas necessidades de alimentação e moradia, que “libertarian” o indivíduo para vender sua força de trabalho, conquistando sua remuneração, apenas então, legitimamente. Para além disso, a remuneração por necessidades é claramente considerada injusta. Saúde, educação, lazer, consumo – todas essas dimensões da vida humana deveriam ser supridas através das recompensas conseguidas meritocraticamente. A necessidade de sustentar filhos é um dos exemplos de necessidades surgidos nas entrevistas que, se remunerada, seria considerada bastante injusta. A resposta, em geral, é de que aqueles que têm mais filhos deveriam esforçar-se mais para garantir seu bem-estar. Tão forte é essa crença que um dos entrevistados, sindicalista, chegou a defender o controle de natalidade para pessoas pobres.

Nesse sentido, a fórmula de composição salarial “piso fixo + comissão” reflete, externamente ao trabalhador, suas convicções internas de justiça mais profundas. Por isso parece ser universalmente aceita e defendida com vigor – à exceção dos trabalhadores longamente socializados por critérios de necessidade via vida político-partidária. No caso dos trabalhadores de supermercado, que possuem salário fixo, a parte variável do trabalho corresponde aos benefícios e domingos trabalhados, embora a comparação não seja de todo cabível: quanto aos benefícios, porque em geral também são fixos no momento da contratação; quanto aos domingos, porque sua agência quase nada consegue determinar na assunção desse compromisso, pois são os seus superiores que escolhem os trabalhadores para tanto. De qualquer maneira, se porventura fosse oferecida a esses trabalhadores essa forma de assalariamento, acreditamos que a aceitariam de bom grado: diferenciar os “esforçados” dos “preguiçosos” é algo levado muito a sério por eles.

A análise dos entrevistados por ramo do comércio varejista também permitiu algumas conclusões, feitas sobre o pano de fundo da crença geral na justiça da meritocracia. A principal delas é quanto às éticas específicas produzidas por cada forma de assalariamento e de processo de trabalho. De um lado, temos os trabalhadores de supermercados, os mais precarizados em termos de capitais econômico e cultural, cujo trabalho exige baixíssima qualificação e altos custos físicos aos trabalhadores. Sua forma de avaliar a justiça da remuneração não se apega a um critério específico, antes considerando tudo aquilo que envolve o esforço individual como fazendo jus à diferenciação salarial. Como disse uma das entrevistadas, “cada um colhe o que planta”. Os sindicalistas trabalhadores de supermercado concordam com a justiça da

remuneração pelas várias manifestações do esforço individual, embora critiquem que isso não ocorra *na prática*.

De outro lado, temos a ética dos trabalhadores lojistas de vestuário, que admitem especialmente a produtividade como critério mais justo de remuneração. Aqui temos não só uma percepção particular de esforço individual como de *talento*, isto é, de uma capacidade individual singularíssima. Esses trabalhadores parecem universalizar diretamente os critérios de remuneração sob os quais trabalham como justos. Assim, o foco na produtividade, fundamental para qualquer capital, transforma-se em ética, e os critérios desta transformam-se em princípios de justiça. Não só tendem a rejeitar fortemente uma proposta de remuneração baseada nas necessidades como também rejeitam a remuneração de outros critérios baseados em esforço, como a qualificação escolar. Apenas uma entrevistada – a mais nova entre eles, trabalhando há apenas oito meses – afirmou que todo esforço deveria ser remunerado, independentemente da produtividade. Todos os outros, sindicalistas ou não, afirmaram ser a produtividade um critério justo de remuneração.

Por fim, os trabalhadores do setor elétrico, eletrônico e eletrodoméstico parecem situar-se em um “meio termo” entre os trabalhadores de supermercados e os lojistas de vestuário. Defendem o critério de remuneração por produtividade, por qualificação escolar e por esforço em igual medida, não privilegiando um particularmente, como os tipos anteriores. Para eles, todos esses critérios de capacidades individuais parecem possuir valor neles mesmos, sendo irredutíveis uns aos outros. Sem dúvida, são fortemente meritocráticos. A situação de crise que experimentam atualmente, no entanto, tende a fazê-los assumir as necessidades como critério relevante, embora pareçam fazê-lo ao arrepio de suas convicções. É preciso que reconheçamos, no entanto, que as entrevistas que realizamos com esses trabalhadores permitem apenas uma aproximação cautelosa ao seu pensamento sobre o tema, diferentemente do que ocorreu com os outros trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social como problema específico de nosso tempo é, sem dúvida, reconhecida pelos trabalhadores do comércio que entrevistamos, sejam eles próximos à instituição sindical ou não. Suas possíveis causas e variadas justificações, bem como a necessidade de sua superação mobilizam os indivíduos; procurando sempre posicionar-se sobre a questão, não lhes ocorre ser indiferente. Nesse sentido, podemos confirmar a “igualdade” como um código cultural compartilhado, parte de nossa tradição ideológica ocidental. No entanto, sua utilização prática enquanto discurso pode variar bastante. Ela faz “ressoar” no pensamento dos indivíduos alguns sentidos sedimentados que interpretam esse valor de maneiras por vezes completamente díspares. Vimos aqui pelo menos três contextos sociais que parecem produzir essa variação: a participação sindical, a participação político-partidária, e a atividade laboral específica.

Se retomarmos as hipóteses que permitem respostas mais “objetivas” formuladas em nosso primeiro capítulo, em primeiro lugar temos que reconhecer que não parece haver relação entre critérios de justiça, de um lado, e percepção das desigualdades, de outro. Os sindicalistas, que apresentaram maior sentimento de injustiça nas entrevistas, não percebem maior desigualdade social. São os trabalhadores não sindicalizados que o fazem. Por outro lado, podemos agora afirmar que há sim relação entre os critérios de justiça e o sentimento de injustiça. Aqueles que pesam mais as necessidades do trabalhador em sua concepção de remuneração justa sentem a sociedade brasileira como mais injusta do que aqueles que pesam mais as capacidades.

Não podemos dizer, no entanto, que esse sentimento seja tal que produza uma deslegitimação daquilo que percebem como a ordem social brasileira. Salvo aqueles socializados na militância partidária comunista, que se propõem mesmo a subvertê-la, todos os sindicalistas parecem apontar para o reconhecimento da legitimidade da ordem; apenas se ressentem da desigualdade considerada exagerada. Como colocou um entrevistado: “Tem que ter diferença salarial? Eu acho até saudável...”. O futuro que projetam como ideal possível, como “sociedade boa”, não é igualitário quanto à satisfação das necessidades das pessoas. Mas é interessante notar como esse mesmo contingente é fortemente igualitário em um ponto: no acesso a oportunidades de trabalho e de qualificação. A utopia que alguns entrevistados apresentam é aquela na qual todos os indivíduos teriam acesso a tudo aquilo que permitiria a um “indivíduo

capaz” e esforçado ser bem recompensado em sua atuação no mercado. Não por acaso, uma de suas principais preocupações é com a qualificação escolar, vista quase exclusivamente como meio de ascensão social, raramente como meio de aperfeiçoamento ou satisfação intelectual. “Igualdade de oportunidades” é o mote geral, em clara oposição a uma “igualdade de resultados”. Essa postura, sem dúvida, legitima o mecanismo de mercado enquanto meio distributivo, em detrimento do estabelecimento *político*, necessariamente arbitrário, da remuneração justa.

Mas não é possível aqui estabelecer um corte rígido, sendo mais fecundo pensarmos, como Miller (1992) sugere, em termos de diferentes composições de critérios de justiça que fundamentam os sentimentos de justiça. Nesse sentido, é possível afirmar, sem dúvida, que os sindicalistas atribuem maior legitimidade ao critério das necessidades na remuneração dos trabalhadores que os não sindicalizados. Quando interagindo com a socialização de um partido comunista, a participação sindical pode mesmo levar à deslegitimação da ordem social atual, como vimos.

Essa interação entre partido e sindicato parece ser crucial para determinar a deslegitimação da ordem social por parte de sindicalistas. Nesse sentido, a argumentação bourdiesiana que destaca a importância da produção de “princípios de visão e divisão” para a efetiva mobilização dos indivíduos nos parece correta. Sem isso, os trabalhadores sindicalistas tenderiam a pautar sua atividade pela adesão direta aos princípios de retribuição existentes no (e produzidos pelo) mercado. Não deixa de ser irônico que nossa posição final nessa questão seja semelhante à de Lenin e Lukács, que criticamos duramente em nosso primeiro capítulo. Há uma diferença crucial, entretanto: ambos tratam a mobilização de classes como um “vir-a-ser” da entidade “classe social”, e não, como tentamos fazer aqui, como a instituição de um princípio de divisão que partilha com a objetividade da existência da classe social a determinação da ação política.

Há ainda outro ponto que parece confirmar o acerto da elaboração bourdiesiana: trata-se do princípio de divisão que justifica a própria existência do sindicato: a oposição patrões *versus* empregados. Esta oposição não parece ser determinada pela influência partidária, antes se constituindo como um elemento estrutural da dinâmica social mais ampla: um “princípio de divisão” historicamente decantado na sociedade brasileira. Certamente essa oposição pode ser diluída até o limite, quando então patrões e empregados seriam vistos como dois participantes diferentes em um harmonioso concerto de interesses (como no corporativismo sindical descrito por Vianna (1974)); o

discurso pelo qual foi eleita, no entanto, parece impelir os dirigentes da atual gestão do SEC-RJ a reforçar a divergência de interesses. A necessidade de justificar continuamente sua posição de representante dos empregados do comércio, assim, está estreitamente atrelada à sua combatividade na defesa dos interesses deles *contra* o dos empregadores. Em sua atuação, os sindicalistas neófitos passam a incorporar esse princípio – segundo uma entrevistada, “se sentindo mais categoria”. Além disso, a efetiva atuação enquanto representantes, negociando com os empregadores, reforça a oposição através do contato com as ações orientadas exclusivamente pelo fim de lucro dos empregadores, contrastando com suas ações orientadas para os valores meritocráticos.

Seguindo o segundo eixo de investigação, o da produção diferencial de visões sobre a justiça da remuneração a partir do trabalho em diferentes ramos do comércio, podemos chegar a algumas conclusões interessantes. São, basicamente, refinamentos do critério das “capacidades” defendidos pelos trabalhadores: os trabalhadores do ramo de supermercados parecem valorizar o esforço individual em todas as suas manifestações; os trabalhadores de vestuário e acessórios, particularmente a produtividade; os trabalhadores do ramo de eletrônicos e eletrodomésticos, de forma igual os critérios de produtividade, esforço e qualificação, sendo atualmente impelidos, pela crise, a adotar cada vez mais o critério das necessidades para compor uma remuneração considerada justa.

Por isso é preciso qualificar a afirmação de que os sindicalistas apresentam maior sentimento de injustiça. Por terem, em sua maioria, forte referência de justiça da remuneração do trabalho no conjunto de capacidades passíveis de serem acionadas no mercado, a fórmula de salário típica do comércio lojista parece refletir as convicções de justiça dos trabalhadores em geral. A fórmula estipula o salário como o resultado do somatório “piso + comissão sobre vendas”, sendo o piso referenciado legitimamente nas necessidades básicas de reprodução da própria existência do trabalhador, e a comissão referenciada no “merecimento” avaliado em função das diferentes capacidades apresentadas, mas principalmente na performance, ou produtividade. Em geral, o sentimento de injustiça dos sindicalistas advém da crítica à baixa remuneração em função das necessidades dos trabalhadores, mas estão longe de afirmar que elas devam ser a principal referência na determinação da remuneração, pelo contrário; quando perguntados deixam claro que uma remuneração baseada exclusivamente nas necessidades das pessoas seria considerada injusta – o mérito é fundamental. Não seria

surpreendente se, uma vez conquistado, pelo SEC-RJ, um piso considerado suficiente para as necessidades de alimentação e moradia, muitos dos dirigentes atuais deixassem de ver a realidade do comércio como injusta para os trabalhadores.

Talvez aqui possamos arriscar um argumento histórico. Como vimos no capítulo dois, nos últimos anos os comerciários experimentaram uma forte valorização salarial, bem acima da inflação do período. Somado à criação de milhões de postos de trabalho durante o período Lula e ao aquecimento da economia, o trabalho é reforçado como uma atividade que realmente recompensa o trabalhador. E como a taxa de sindicalização não acompanhou esse crescimento (POCHMANN, 2014), permitiu-se a interpretação da melhora das condições de vida como exclusivamente ligada à recompensa das capacidades do trabalhador, isto é, unicamente como expressão das diferentes manifestações do esforço individual de cada um.

Nesse sentido, podemos concluir que, apesar da posição estrutural de representantes dos trabalhadores possua profunda influência na visão de mundo dos sindicalistas, ela não tem o condão de desfazer determinações ideológicas bastante arraigadas, que não só podem ser produzidas em sua socialização enquanto membro genérico de uma sociedade capitalista, como também o são – e, talvez, principalmente – em sua socialização enquanto trabalhador de um ramo econômico específico, o do comércio, que possui acoplado a si as visões de mundo que organizam a distribuição de recompensas em seu interior.

Ao final de nossa pesquisa, essa segunda “socialização” parece ser extremamente importante. Como dissemos no segundo capítulo, um dos argumentos de Trópia (1994) para explicar o “conservadorismo” do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo (SEC-SP) era a atuação da entidade para selecionar os associados, admitindo em geral lojistas, e dificultando a associação de trabalhadores de supermercado. Como esses últimos seriam os mais explorados e precarizados em suas relações de trabalho, seriam também, para a autora, os mais predispostos a radicalizar as pautas políticas. Há claramente no argumento da autora o elemento de “naturalização da consciência anti-exploratória pelos explorados”²⁹, típico da tradição marxista, que criticamos em detalhe no primeiro capítulo dessa dissertação. O que encontramos em nossas entrevistas, embora não permita conclusões de maior monta, não parece permitir essa afirmação. O fato de trabalharem sob péssimas condições, recebendo baixos

²⁹ Elemento também fortemente presente em França Júnior (2010) e Capelesso (2012), citados anteriormente.

salários, não impede posições bastante resignadas. O elemento decisivo parece ser antes a *interação* entre essa posição e o estabelecimento de novas maneiras de ver a própria posição – o que, a nosso ver, ocorre quando esses trabalhadores passam pela instituição sindical. Mas isso não significa dizer que antes da participação na instituição esses trabalhadores eram indiferentes, ou possuíam uma “falsa consciência”; antes, que apresentavam visões de mundo estreitamente relacionadas com os horizontes de recompensas existentes em seus respectivos trabalhos. Eram pragmáticos, porque, materialmente, funcionava.

Assim, o tema da produção subjetiva de interesses e valores a partir da situação de trabalho ganha grande relevância. A meio caminho do presente trabalho de pesquisa nos demos conta disso, de modo que apenas pudemos “arranhar” a superfície do fenômeno com nossas entrevistas. Futuramente pretendemos nos dedicar à pesquisa sobre o impacto do processo de trabalho nas variadas formas possíveis de organização do mundo subjetivo dos trabalhadores do comércio.

REFERÊNCIAS

BARTELT, Dawid Danilo (Org.). A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

BOUDON, Raymond. The origin of values: sociology and philosophy of beliefs. New Brunswick, NJ, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. Espaço social e gênese das “classes”. In: _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CAPELESSO, Karen Renata. Experiências dos trabalhadores comerciários no contexto da mundialização do capital: fusão Casas Bahia e Ponto Frio em Cascavel - PR (1992 - 2011). 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CARDOSO, Adalberto M. Desigualdade, injustiça e legitimidade: uma investigação empírica sobre aspectos da sociabilidade brasileira. In: SCALON, Celi. Imagens da desigualdade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. Pp. 115-176.

_____. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Boletim de indicadores do comércio nº 6. Comércio em 2013: um balanço dos principais indicadores. Disponível em <http://www.dieese.org.br/boletimindicadoresdocomercio/2014/boletimIndicadoresComercio06.pdf>. Data de acesso: 15 de outubro de 2016. Publicado em junho de 2014.

EVANS, Geoffrey (Org.). The end of class politics? Class voting in comparative context. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FRANÇA JÚNIOR, Luzimar Barreto. Trabalho e reestruturação na Rede Carrefour: Uma análise crítica. 2010. 193 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista.

GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. Vila da Feira: Editorial Presença. 1984.

- HIRSCHMAN, Albert O. Mudanças na tolerância com a desigualdade de renda no curso do desenvolvimento econômico. In: Estudos Cebrap, n. 13, p. 29-54.
- LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- LAVINAS, Lena (Coord.). Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social? Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Folio Digital, 2014.
- LENIN, Vladímir. Que fazer?. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. O Capital: crítica da economia política. Livro I, vol. 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____; e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. Crítica ao programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MILLER, David. Distributive justice: what the people think. In: Ethics, vol. 102, nº3, pp. 555-593. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- MUNCH, Richard. The production and reproduction of inequality: a theoretical cultural analysis. In: MUNCH, R.; SMELSER, N.J. (Ed.). Theory of culture. Berkeley: University of California Press, 1992.
- NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.
- POCHMANN, Márcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutural social. São Paulo: Boitempo, 2014.
- QUADROS, Waldir; GIMENEZ, Denis Maracci; e ANTUNES, Daví José Nardy. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, Dawid Danilo. A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- RAMALHO, José Ricardo. Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro, nº 32, 1991, pp. 31-48.
- REIS, Elisa. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol. 15, nº 42, 2000.

_____. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: SCALON, Celi (Org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. Pp. 37-45.

SABBAGH, Clara. A taxonomy of normative and empirically oriented theories of distributive justice. *Social Justice Research*, v. 14, n° 3, p. 237-293, 2001.

SALATA, André; SCALON, Maria Celi. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. In: *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 27, n° 2, 2012.

SANTOS, Wanderley G. *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCALON, Maria Celi. Percepção de Desigualdades: uma análise comparativa internacional. In: _____. (Org.). *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004b, v. 1, p. 307-342.

_____; OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A percepção dos jovens sobre desigualdades e justiça social no Brasil. In: *Interseções*, v. 14, n°2, p. 408-437. Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

_____. “Nova Classe Média” ou “Nova classe trabalhadora”? Quem são os “Batalhadores” Brasileiros? In: *Poverty in focus*, Brasília, DF, n° 26, 2012b.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

VALA, Jorge; e MARINHO, Cristina. Percepções de justiça social, confiança e avaliação do sistema político. In: _____. CABRAL, Manuel Villaverde; e FREIRE, André. *Desigualdades sociais e percepções de justiça*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1971.

_____. A psicologia social das religiões mundiais. In: _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. *Economia e Sociedade*, v. 2. Brasília: Ed. UnB, 2000.

WRIGHT, Erik Olin. *Understanding Class*. Londres: New Left Books, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (SINDICALISTAS)

Este roteiro foi o primeiro a ser elaborado, e visava a entrevista com sindicalistas. Esforçamo-nos ao máximo para segui-lo, mas sempre procurando não prejudicar a livre manifestação do entrevistado. Para não sindicalistas, ver o Apêndice B.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

VARIÁVEIS “AMOSTRAIS”

1. Sexo;
2. Gênero;
3. Idade;
4. Cor

“QUEBRA-GELO”: RESIDÊNCIA, TRANSPORTE, ETC.

1. Mora onde no Rio? Gosta de lá? Por que?
2. Quantas pessoas moram com você? (adultos, menores)

ENTREVISTA PROPRIAMENTE DITA

A. Vida laboral

1. Agora, gostaria de saber de você o que exatamente você faz no seu trabalho como comerciário.
 - 1.1.Nº de horas de trabalho por semana?
 - 1.2.Em quantas empresas já trabalhou?
 - 1.3.Já exerceu função de supervisão?
 - 1.4. Fez algum curso de preparação/qualificação pra atividade que exercia?
 - 1.5.Qual era sua renda mensal antes de vir para o sindicato?
 - 1.6.E a renda da sua família hoje?

1.7. Sua renda era suficiente para prover sua família?

2. Com qual idade começou a trabalhar?
3. Você se **orgulha** do seu trabalho? Por que? (percepção normativa do trabalho)

B. Vida familiar

1. E seu cônjuge? Também trabalha? Com o que?
2. E seus pais? Trabalhavam em que? Quando você tinha 15 anos, por exemplo, qual era a profissão deles? (supervisão?)

C. Classes

1. Diante disso que você me falou, em qual classe social você se colocaria? (estimulada: Alta, média alta, média, média baixa, trabalhadora, baixa/pobre, nenhuma)

D. Desigualdade social e Igualdade como código cultural / promessa da modernidade

1. Você acha que o Brasil é um país desigual? E o Rio de Janeiro, onde o sindicato atua? Por que? (*Ganância dos ricos, preguiça dos pobres, desigualdade é importante pro progresso, falta de organização dos pobres?*)
 - 1.1. Por que ele **deveria** ser mais igual?
2. Você acha que recebe menos ou mais do que merece? Acha justo ganhar o que ganha?
3. Quanto ganha alguém na mesma posição que você? E nas categorias acima de você (*quais seriam as categorias?*)?
4. E quanto você acha que **deveriam** ganhar?
5. **O que deveria ser utilizado para sabermos o quanto cada pessoa deveria ganhar?** (*Responsabilidades que o trabalho exige; nº de anos de educação e treinamento; função de chefia; se a pessoa faz bem seu trabalho; dedicação ao emprego; o necessário para sustentar uma família, experiência no trabalho*). Por quê?

6. Quanto você acha que ganham essas profissões? (*apresentar tabela com profissões*)
7. E quanto você acha que **deveriam** ganhar? (*apresentar tabela com profissões*).

E. Oportunidades

1. Na sua experiência de trabalho e pensando o país como um todo, as pessoas que você conhece, etc., é possível dizer que no Brasil as pessoas são recompensadas por seus esforços? Por que?
2. As pessoas são recompensadas por sua inteligência e qualificação?
3. Pelo que as pessoas são **mais** recompensadas no Brasil?

F. Política como atividade e pertencimento de classe / vida sindical

1. O que te levou a participar do sindicato?
2. O que te levou a **permanecer** no sindicato? Isto é, o que te cativou na atividade sindical?
3. Você se sentia parte de uma categoria antes de conhecer/participar do sindicato? O que te fez mudar de opinião (ou não)?
4. Qual sua função no sindicato?
5. Quantas horas por semana você passa no sindicato?
6. Você participa de todas as atividades de base promovidas pelo sindicato, como assembleias, mobilizações de rua, reuniões de diretoria, etc.?
7. Durante minhas visitas pelo sindicato percebi a grande quantidade de assessores que aqui trabalham, e a importância deles no auxílio à atividade sindical. Você trabalha com muitos assessores? Quais que você mais consulta/conversa/trabalha?

G. Impacto “individual” do sindicato

1. Você acha que o sindicato mudou sua vida de alguma forma? Como?
2. E ele mudou a forma como você vê/pensa a sociedade?

H. Religião

1. Você tem alguma religião?
 - 1.1. Qual?

1.2. Com qual frequência participa das atividades?

1.3. Você segue seus preceitos?

2. Você acha que sua religião tem algo a dizer sobre a questão da desigualdade social?

I. Política “oficial”

1. Você concorda com a divisão, na política, entre esquerda e direita? Se sim, o que significaria ser de direita ou de esquerda pra você?
2. Se tivesse que estabelecer um lugar na política, você se consideraria de esquerda ou de direita? (De 0 a 10)
3. Você tem referência em algum partido específico pra formação de sua opinião sobre a conjuntura?

J. Tipos de sociedade (*Mostrar os cinco tipos de sociedade*)

1. Para você, qual melhor descreve o Brasil?
2. E qual **deveria** ser, isto é, qual seria a situação mais justa pra você?
3. Onde você se situaria: base? Topo?
4. Onde **desejaria** estar?
5. O que você acha que seria necessário para que esse seu desejo de ascensão fosse realizado?
6. Você acha que o sindicato cumpre papel importante na mudança do tipo de sociedade? E como isso aconteceria?

K. Finalizando a entrevista

1. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

L. AGRADECIMENTOS

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (NÃO-SINDICALISTAS)

Este roteiro é quase idêntico ao outro, tendo sido substituídas apenas as perguntas relativas à atividade sindical, bem como as relacionadas a ela. Algumas perguntas também foram modificadas de posição, em função de nossa experiência com o fluxo das entrevistas anteriores com os dirigentes sindicais.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

VARIÁVEIS “AMOSTRAIS”

1. Sexo;
2. Gênero;
3. Idade;
4. Cor

“QUEBRA-GELO”: RESIDÊNCIA, TRANSPORTE, ETC.

1. Mora onde no Rio? Gosta de lá? Por que?
2. Quantas pessoas moram com você? (adultos, menores)

ENTREVISTA PROPRIAMENTE DITA

A. Vida laboral

1. Agora, gostaria de saber de você o que exatamente você faz no seu trabalho como comerciário.
 - 1.1.Nº de horas de trabalho por semana?
 - 1.2.Em quantas empresas já trabalhou?
 - 1.3.Já exerceu função de supervisão?
 - 1.4. Fez algum curso de preparação/qualificação pra atividade que exercia?
 - 1.5.E a renda da sua família hoje?
 - 1.6. Qual a **forma de assalariamento**? Gostaria de ter outra?

1.7. Sua renda era suficiente para prover sua família?

2. Com qual idade começou a trabalhar?
3. Você se **orgulha** do seu trabalho? Por que? (percepção normativa do trabalho)

B. Vida familiar

3. E seu cônjuge? Também trabalha? Com o que?
4. E seus pais? Trabalhavam em que? Quando você tinha 15 anos, por exemplo, qual era a profissão deles? (supervisão?)

C. Classes

2. Diante disso que você me falou, em qual classe social você se colocaria? (estimulada: Alta, média alta, média, média baixa, trabalhadora, baixa/pobre, nenhuma)

D. Desigualdade social e Igualdade como código cultural / promessa da modernidade

8. Você acha que o Brasil é um país desigual? E o Rio de Janeiro, onde o sindicato atua? Por que? (*Ganância dos ricos, preguiça dos pobres, desigualdade é importante pro progresso, falta de organização dos pobres?*)
 - 8.1. Por que ele **deveria** ser mais igual?
9. Você acha que recebe menos ou mais do que merece? Acha justo ganhar o que ganha?
10. Quanto ganha alguém na mesma posição que você? E nas categorias acima de você (*quais seriam as categorias?*)?
11. E quanto você acha que **deveriam** ganhar?
12. **O que deveria ser utilizado para sabermos o quanto cada pessoa deveria ganhar?** (*Responsabilidades que o trabalho exige; n° de anos de educação e treinamento; função de chefia; se a pessoa faz bem seu trabalho; dedicação ao emprego; o necessário para sustentar uma família, experiência no trabalho*). Por quê?
13. Quanto você acha que ganham essas profissões? (*apresentar tabela com profissões*)

14. E quanto você acha que **deveriam** ganhar? (*apresentar tabela com profissões*).

E. Oportunidades

4. Na sua opinião, pelo que as pessoas são **mais** recompensadas no Brasil?
5. Na sua experiência de trabalho e pensando o país como um todo, as pessoas que você conhece, etc., é possível dizer que no Brasil as pessoas são recompensadas por seus esforços? Por que?
6. Na sua opinião, pela sua experiência de trabalho, em geral as pessoas são recompensadas por sua inteligência e qualificação?

F. Impacto “individual” consciente do comércio

3. Você acha que o trabalho no comércio mudou sua vida de alguma forma específica, que outros trabalhos não puderam? Como?
4. E ele mudou a forma como você vê/pensa a sociedade?

G. Política como atividade e pertencimento de classe

8. Na sua opinião o sindicato de trabalhadores em geral (não especificamente o SECRJ) trabalha pra tornar a sociedade brasileira mais justa? Como você acha que isso deve ser feito?
9. Você já fez parte de algum movimento de reivindicação em geral? Se sim, o que te levou a participar? Se não, você teria interesse em algum? Por quê?
10. Você já participou de atividades promovidas pelo sindicato, como assembleias, mobilizações de rua, reuniões de diretoria, etc.?
11. Você se sente parte de uma categoria de trabalhadores do comércio? O que te fez chegar a essa conclusão? Alguma situação específica?

H. Política “oficial”

4. Você concorda com a divisão, na política, entre esquerda e direita? Se sim, o que significaria ser de direita ou de esquerda pra você?
5. Se tivesse que estabelecer um lugar na política, você se consideraria de esquerda ou de direita? (De 0 a 10)

6. Você tem referência em alguém específico, seja político, partido, movimento, algum familiar específico pra formação de sua opinião sobre a situação política ao seu redor?

I. Religião

3. Você tem alguma religião?
 - 3.1. Qual?
 - 3.2. Com qual frequência participa das atividades?
 - 3.3. Você segue seus preceitos?
4. Você acha que sua religião tem algo a dizer sobre a questão da desigualdade social?

J. Tipos de sociedade (*Mostrar os cinco tipos de sociedade*)

7. Para você, qual melhor descreve o Brasil?
8. E qual **deveria** ser, isto é, qual seria a situação mais justa pra você?
9. Onde você se situaria: base? Topo?
10. Onde **desejaria** estar?
11. O que você acha que seria necessário para que esse seu desejo de ascensão fosse realizado?
12. Você acha que o sindicato cumpre papel importante na mudança do tipo de sociedade? E como isso aconteceria?

K. Finalizando a entrevista

2. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

L. AGRADECIMENTOS

**APÊNDICE C – LISTA DE SINDICATOS PATRONAIS COM OS QUAIS O
SEC-RJ ESTÁ LEGALMENTE HABILITADO A NEGOCIAR**

1 Sindicatos patronais atacadistas

- 1.01. Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios
- 1.02. Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos (SINDISIDER)
- 1.03. Sindicato do Comércio Atacadista de Jóias e Relógios do Município do Rio de Janeiro (SINCAJOR)
- 1.04. Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Pedras Preciosas (SNCAPP)
- 1.05. Sindicato do Comércio Atacadista de Carne Bovina, Suína, Pescado, Frutos do Mar e Derivados do Estado do Rio de Janeiro
- 1.06. Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas do Rio de Janeiro
- 1.07. Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos do Estado do Rio de Janeiro
- 1.08. Sindicato do Comércio Atacadista de Vidros Planos do Estado do Rio de Janeiro (SINCAVIDRO)
- 1.09. Fecomércio Atacadista
- 1.10. Sindicato do Comércio Atacadista de Café do Município do Rio de Janeiro
- 1.11. Sindicato do Comércio Atacadista de Maquinismos em Geral do Município do Rio de Janeiro (SINDMAQ)
- 1.12. Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos do Estado do Rio de Janeiro (SINDROMED)

2 Sindicatos patronais varejistas

- 2.01. Sindicato do Comércio Varejista de Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças, Vidros em Geral e Materiais de Construção do Município do Rio de Janeiro (SINDIFER-RIO)
- 2.02. Sindicato do Comércio Varejista de Flores Naturais do Estado do Rio de Janeiro (SINDIFLORES)

- 2.03. Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e Acessórios do Município do Rio de Janeiro (SINCOPEÇAS)
- 2.04. Sindicato de Estabelecimentos Funerários do Estado do Rio de Janeiro (SEFERJ)
- 2.05. Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Município do Rio de Janeiro (SINDIGÊNEROS)
- 2.06. Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Rio de Janeiro (SINCARNES)
- 2.07. Fecomércio Varejista
- 2.08. Sindicato do Comércio Varejista Feirante do Município do Rio de Janeiro (FEIRANTES)
- 2.09. Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes do Rio de Janeiro (AMBULANTES)
- 2.10. Sindicato do Comércio Varejista de Joias do Município do Rio de Janeiro (SINCOJOIAS)
- 2.11. Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico dos Municípios do Rio de Janeiro e Niterói (SINDIÓPTICA)
- 2.12. Sindicato do Comércio Varejista de Móveis e Decoração do Município do Rio de Janeiro (SINDIMÓVEIS)
- 2.13. Sindicato do Comércio Varejista de Miguel Pereira e Paty do Alferes (SICOMÉRCIO)
- 2.14. Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico, Eletrônicos e Eletrodomésticos do Rio de Janeiro (SIMERJ)
- 2.15. Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SINDILOJAS)

**ANEXO A – REMUNERAÇÃO PERCEBIDA E IDEAL PARA DIFERENTES
OCUPAÇÕES**

Remuneração

52. PENSE AGORA NA SUA REMUNERAÇÃO (CASO ESTEJA DESEMPREGADO, PENSE NA REMUNERAÇÃO DO SEU ÚLTIMO EMPREGO). VOCÊ ACHA QUE RECEBE (OU RECEBIA): (ESTIMULADO)

- | | |
|------------------------------|--------------------|
| 1. Muito menos do que merece | 6. Nunca trabalhou |
| 2. Menos do que merece | 8. NS |
| 3. O que merece | 9. NR |
| 4. Mais do que merece | |
| 5. Muito mais do que merece | |

53. QUANTO O SR.(A) ACHA QUE GANHAM APROXIMADAMENTE POR MÊS AS PESSOAS COM AS SEGUINTE **PROFISSÕES**: (ESPONTÂNEO)

Questões 53A à 53J

[ANOTAR]

99998. R\$ 99.998,00 ou mais

99999. NS/NR

00000. Nunca trabalhou [054J]

- | | | | | | | | |
|--|--|--|---|--|---|---|---|
| 53A. Operário de fábrica qualificado | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53B. Médico de Clínica Geral | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53C. Presidente de uma grande Empresa Nacional | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53D. Advogado | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53E. Balconista de Loja | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53F. Sócio-gerente de uma grande fábrica | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53G. Juiz do Supremo Tribunal | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53H. Operário de fábrica não-qualificado | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53I. Ministro do Governo Brasileiro | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 53J. Pessoa com a sua profissão | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Ml | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td> </td></tr> </table>
Reais | | <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> <table border="1" style="width: 20px; height: 20px; margin: 0 auto;"> <tr><td>0</td></tr> </table> | 0 | 0 |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | |

54. E QUANTO O SR.(A) ACHA QUE DEVERIAM GANHAR POR MÊS AS PESSOAS COM AS SEGUINTE PROFISSÕES: (ESPONTÂNEO)

Questões 54A à 54J	
[ANOTAR]	
99998, R\$ 99.998,00 ou mais	
99999, NS/NR	
00000, Nunca trabalhou [055J]	

- | | | | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 54A. Operário de fábrica qualificado | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54B. Médico de Clínica Geral | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54C. Presidente de uma grande Empresa Nacional | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54D. Advogado | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54E. Balconista de Loja | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54F. Sócio-gerente de uma grande fábrica | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54G. Juiz do Supremo Tribunal | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54H. Operário de fábrica não-qualificado | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54 I. Ministro do Governo Brasileiro | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |
| 54J. Pessoa com a sua profissão | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| | <i>Mil</i> | <i>Reais</i> | 0 | 0 |

55. EM QUE MEDIDA CONCORDA OU DISCORDA COM AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES: (ESTIMULADO)

Questões 55A à 55B	
1. Concorda totalmente	8. NS
2. Concorda em parte	9. NR
3. Não concorda nem discorda	
4. Discorda em parte	
5. Discorda totalmente	

**ANEXO B – MODELOS DE REPRESENTAÇÃO PERCEBIDA E IDEAL DA
SOCIEDADE BRASILEIRA**

63. PARA DEFINIR O QUANTO UMA PESSOA DEVE GANHAR, DEVERIA SER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO: *(ESTIMULADO)*

Questões 63A à 63B	
1. Extremamente importante	8. NS
2. Muito importante	9. NR
3. Bastante importante	
4. Pouco importante	
5. Nada importante	

63A. O QUANTO É NECESSÁRIO PARA SUSTENTAR UMA FAMÍLIA

63B. SE A PESSOA TEM CRIANÇAS PARA CRIAR

64. ACHA QUE O SEU SALÁRIO OU RENDIMENTO É JUSTO? NÃO ESTAMOS PERGUNTANDO QUANTO RECEBE OU QUANTO GOSTARIA DE RECEBER, MAS O QUE PENSA QUE É JUSTO CONSIDERANDO AS SUAS QUALIFICAÇÕES E O SEU ESFORÇO. O SR(A) ACHA QUE SEU SALÁRIO É: *(ESTIMULADO)*

- | | |
|-------------------------------------|--------------------|
| 1 Muito menos do que seria justo | 6. Nunca trabalhou |
| 2 Um pouco menos do que seria justo | 8. NS |
| 3 O meu salário é justo | 9. NR |
| 4 Um pouco mais do que seria justo | |
| 5 Muito mais do que seria justo | |

Tipos de Sociedade

65. VOU APRESENTAR A SEGUIR 5 DESENHOS QUE REPRESENTAM DIFERENTES TIPOS DE SOCIEDADES. LEIA AS DESCRIÇÕES E OBSERVE OS DESENHOS.

ANEXO 03

1. **Tipo A** Uma sociedade com uma pequena elite no topo, poucas pessoas no meio e muita gente na base.

x x x	Poucos no topo
x	
x	
x	Quase ninguém no meio
x	
x	
x x x x x x x x x x x x x	Quase todos na base

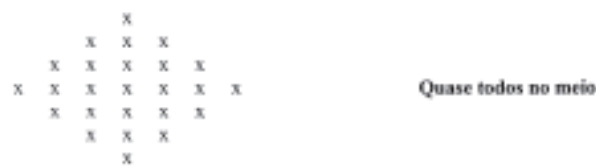
2. **Tipo B** Uma sociedade em forma de pirâmide, com uma pequena elite no topo, mais pessoas no meio e a maioria na base.



3. **Tipo C** Uma sociedade em forma de pirâmide em que apenas algumas pessoas estão na base.



4. **Tipo D** Uma sociedade em que maioria das pessoas está no meio.



5. **Tipo E** Muitas pessoas perto do topo e apenas algumas perto da base.



8. NS

9. NR